



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

BRUNA APARECIDA THALITA MAIA

**MATILDE RIBEIRO: A MINHA HISTÓRIA É TALVEZ IGUAL A TUA: UMA
TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA**

São Francisco do Conde

2016

BRUNA APARECIDA THALITA MAIA

**MATILDE RIBEIRO: A MINHA HISTÓRIA É TALVEZ IGUAL A TUA: UMA
TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientação: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

São Francisco do Conde

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M184m

Maia, Bruna Aparecida Thalita.

Matilde Ribeiro : a minha história é talvez igual a tua : uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra / Bruna Aparecida Thalita Maia. - 2016.
108 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza.

1. Feministas negras - Brasil. 2. Identidade de gênero. 3. Mulheres - Biografia. 4. Ribeiro, Matilde - Biografia. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 920.72

BRUNA APARECIDA THALITA MAIA

**MATILDE RIBEIRO: A MINHA HISTÓRIA É TALVEZ IGUAL A TUA: UMA
TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

São Francisco do Conde - BA, 16 de novembro de 2016

Aprovada em 16/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cristiane Santos Souza (Orientadora)

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dra. Mariana da Costa Aguiar Petroni

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dra. Zelinda Barros

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não posso agradecer a nenhuma pessoa em especial, sem antes, agradecer profundamente a todo este processo que atravessou minha vida, desde a inserção na universidade, o encontro com pessoas especiais, as dificuldades, as privações, as alegrias, as conquistas, o desafio de escrever esta monografia, a energia dispensada, as horas trabalhadas, a grandiosa aprendizagem, com toda certeza são motivos de agradecimento prévio.

Eu não gostaria de colocar em ordem crescente estes agradecimentos temendo ser injusta com as tantas pessoas que merecem ser lembradas aqui. Para tal, tentarei exercitar minha memória no sentido de encontrar pessoas que contribuíram para esta importante realização, primeira, na minha vida dentro da universidade, sem esquecer, no entanto, das pessoas que me possibilitaram estar aqui.

À minha amada mãe, Silvana Aparecida dos Santos Maia, que sempre humilde nas conversas e nas insatisfações comigo, sempre se mostrou companheira da vida, torcedora incondicional pelas minhas conquistas e parceira fiel em qualquer que fosse as minhas escolhas, até as quais desaprovava. Sua vida, também é referência pra mim, agradeço pelos passos dados.

Às minhas tias Doralice, Rosana, Teresa, que sempre próximas me fortaleceram por suas trajetórias de luta e resistência dentre as mais adversas situações da vida. Aos meus amados irmãos, Rodrigo, Saulo e Bruno, que mesmo sem demonstrar muito sempre souberam que são meus protetores e amados em qualquer condição. A sobrevivência diária não é fácil, porém juntos vamos mais longe. Tamo junto. Aos meus primos e primas, inumeráveis. Dedico este trabalho à vocês, que ainda não puderem entrar neste mágico e impetuoso mundo da universidade.

Às amigas de infância, Luana, Thays, Dayane que, traçados diferentes caminhos da vida se mostraram sempre amadas e amáveis nas minhas escolhas mais impensadas, eu sinto falta de vocês.

Ao companheiro Rodger pelos momentos de compreensão e paciência nas minhas irritabilidades e nas dificuldades da vida por sempre se mostrar disposto a vencer, a encontrar soluções criativas para todas as árduas situações que enfrentamos juntos.

À Matilde Ribeiro, por permitir que tão inexperiente estudante pudesse arriscar linhas sobre sua aguerrida vida e sua história, não há palavras que possam descrever o quanto eu sou

grata à sua permissão e disponibilidade em colaborar com esta pesquisa. Espero que esteja à altura de sua vida. Axé.

À professora Cristiane Santos Souza, minha *orí*, que me mostrando um caminho imenso de possibilidades abriu vários horizontes, desafiante e possível pra mim. Por ser tão dedicada, companheira, compreensiva e paciente pelos momentos em que falhei com você. Obrigada por me apresentar a antropologia, as trajetórias de vida, as biografias, e a importância das pessoas nas nossas pesquisas e trabalhos. Esse trabalho tem um pedaço grande de você e do seu coração que transborda amor e seriedade quando se trata da vida de outras pessoas. Você é parte da minha vida, da minha história. Obrigada, por tudo. *Ora yêyê ô!*

Às amigas que mais que fortalecedoras são exemplos de vida também, que no apoio mútuo desde o começo se mostraram empoderadoras de si e de mim, pela paciência, obrigada pelos lanches e merendas, pelas horas de alegria e de festa. Amadas Ícaro, Caroline, Beatriz, Thais, Maria Flor e Poliana. Obrigada pelas discussões e pelos aprendizados que estão polvilhados ao longo deste trabalho, a mãozinha de vocês, horas segurando a minha, horas me apoiando nas crises, e horas me ensinando sobre o que eu não percebia, foram fundamentais para que eu conseguisse.

Às professoras e professores da UNILAB que me deram amostras todos os dias de resistência pela educação, de militância diária e de transformação que as leituras e escritas podem causar. Ao Pedro Leyva, que lá no primeiro trimestre me deu uma ideia que me foi fundamental neste processo, e pelas aventuras nas viagens, Obrigada. As professoras Claudilene Silva, Fábila Barbosa, Maria Cláudia Cardoso, Ana Flauzina, Elizia Ferreira, Caterina Rea e Juliana Barreto por me mostrarem que na academia também se é resistência.

À Maíra Vale por ter participado em minha pré banca, lido meus primeiros capítulos e me presenteado com indicações valiosíssimas para a realização deste trabalho. Muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer ao grupo NYEMBA, coordenado pela professora Cristiane e Acácio Almeida, atualmente, contribuem, Claudilene Silva, Mariana Petroni e Rafael Buti que fazendo jus ao nome e espalhando muitas sementes tem florido em mim, muitas experiências e oportunidades, e eu deixando algumas raízes desde o começo deste grupo. Vida longa ao Nyemba.

Ao grupo de estudos e pesquisa FEMPOS, que coordenado pela professora Caterina Reacontribui para que eu vislumbresse horizontes antes impensáveis, muitos deles estão inseridos neste trabalho, obrigada pelas discussões e desconstruções.

Aos projetos que estive vinculada enquanto da construção deste trabalho e que foram bases fundamentais para os meus embasamentos e para as reflexões erguidas nestas páginas. Ao “Volta ao mundo em imagens” projeto de pesquisa, ao qual fui honrada com a bolsa de Iniciação Científica, por um ano e junto com os companheiros Emanuel Semedo e Leonardo Faislon, e a coordenadora Cristiane que me possibilitaram participar de eventos importantes e de uma intensa troca de saberes sem perder a ternura e sem dar importância ao desgaste das responsabilidades. O período de trabalho no projeto foi de fundamental importância para estes escritos, o projeto de iniciação científica e esta monografia foram grandes realizações pra mim. Ao projeto Biblioteca Náutica na Baía de Todos os Santos que mesmo, por muitas vezes, ausente me apresentou muitas possibilidades pelo aproximar-se com as comunidades e pessoas de que tanto falamos, mas que às vezes não conhecemos. O aprendizado no Passé foi pra vida toda, que esse projeto nunca pare. Vida longa!

Agradeço, também, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira que em construção e no processo inicial de sua história é importantíssima para a minha caminhada me proporcionando passos antes impensados.

Não poderia deixar de fazer reverência e agradecer à todas as pessoas que produziram importantes trabalhos sobre raça, classe social, gênero, feminismo negro, empoderamento, outras trajetórias, biografias e mais uma série de temas que abordo neste estudo. Agradeço às mulheres que dedicaram suas vidas para a construção de pesquisas e documentos sobre a luta dos invisibilizados.

Se por falta eu posso ter esquecido de alguém, gostaria de me redimir e dizer que este trabalho foi feito por muitas mãos, muitos risos, muito suor e muitas discussões regadas a café e a Belchior. Cada parte deste trabalho está espalhado, por aí, das experiências que vivi, das pessoas que conheci, dos lugares que visitei.

*Em memória da minha amada mãe, Silvana,
que dedicou à vida aos nossos cuidados.*

Cada fio de água tem o seu caminho. Te Amo, sempre.

RESUMO

Esta monografia pretende apresentar a trajetória de vida de Matilde Ribeiro, em uma perspectiva interseccional, visando os marcadores de raça, classe social e gênero. Através de entrevistas e levantamento bibliográfico, relacionando com literatura produzida por intelectuais negras que, se debruçam a estudar as relações de raça e gênero, e assim apontar suas ações nos campos da militância política e da inserção na academia, invocando a reflexão que estes podem ser importantes instrumentos de subversão de normas e naturalizações dadas às mulheres negras em uma sociedade marcada por heranças coloniais. O pioneirismo de Matilde em assumir um ministério (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) que foi demandado por movimentos sociais que ela participa, representa a sua competência e experiência para assumir cargo de tamanha importância. Na busca de compreender como espaços de luta, pensando a militância e a academia, foram importantes para gerar empoderamento à Matilde, é pensado como ele pode ser motivado para outras mulheres.

Palavras-chave: Matilde Ribeiro. Trajetória de vida. Mulher negra. Feminismo. Empoderamento.

ABSTRACT

This monograph intends to present the life trajectory of Matilde Ribeiro, in an intersectional perspective, aiming the markers of race, social class and gender. Through interviews and bibliographical research, relating to literature produced by black intellectuals, who study the relations of race and gender, and thus to point their actions in the fields of political militancy and insertion in academy, invoking the reflection that these can be Important instruments of subversion of norms and naturalizations given to black women in a society marked by colonial legacies. Matilde's pioneering role in assuming a ministry (Secretariat for the Promotion of Racial Equality) that has been demanded by social movements that she participates represents her competence and experience to assume such a position of importance. In the quest to understand how spaces of struggle, thinking militancy and academia, were important to generate Matilde's empowerment, it is thought how it can be motivated for other women.

Keywords: Matilde Ribeiro. Life trajectory. Black women. Feminism. Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Baía de Todos os Santos- Passé/Candeias/BA	22
Figura 2	Matilde Ribeiro	43
Figura 3	Matilde e sua família	45
Figura 4	Matilde Ribeiro discursa no dia da consciência negra no palácio do planalto	60
Figura 5	Luiza Bairros, Nilma Gomes e Matilde Ribeiro – Ministras da SEPPIR.	78
Figura 6	Matilde faz a abertura do evento Madiba vive	90
Figura 7	Matilde presta homenagem a Nelson Mandela.	90
Figura 8	Lançamento do projeto “Memória Lélia Gonzáles”	92
Figura 9	Lançamento do projeto “Memória Lélia Gonzáles”	93
Figura 10	Mesa de abertura da comemoração aos cinco anos da Unilab na Assembléia Legislativa da Bahia.	94
Figura 11	Marcha das mulheres negras em Brasília- Encontro Nacional.	96
Figura 12	Matilde discursa na cerimônia de posse como diretora do Campus dos Malês	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEERT	Centro de Estudos sobre o Trabalho e Desigualdades
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMUNDE	Encontro Mundial de Étnico Empreendedorismo
ENF	Encontro Nacional Feminista
ENMN	Encontro Nacional de Mulheres Negras
FEMPOS	Feminismos pós-coloniais e epistemologias anti-hegemônicas
FIES	Financiamento Estudantil
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Mulher
NYEMBA	Processos Sociais, Memória e Narrativas entre Brasil e África
ONG	Organizações não-governamental
PIB	Produto interno bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção de Igualdade Racial do Estado da Bahia
SOF	Sempre Viva Organização Feminista
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	17
2	NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE	22
2.1	EU VIM DE LÁ PEQUENININHO	40
3	TRAJETÓRIA NARRADA EM TERCEIRA PESSOA	43
4	CIDADÃ ENTRE DOIS MUNDOS: MILITÂNCIA E ACADEMIA	60
5	DAÍ ASAS AO SEU EMPODERAMENTO	78
6	SE WO WERE FI NA WO SANKOFA: TECENDO	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICES	104

APRESENTAÇÃO

Desde que decidi em minha cidade natal, Taubaté-SP, a mudar para outro estado dentro do Brasil, sair do conforto maternal da casa de minha mãe, e da cidade onde havia nascido e crescido, onde eu tinha certos privilégios e facilidades, em relação a trabalho e a estudo, fui “bombardeada” de opiniões e informações de pessoas que queriam o meu bem e pediam para que eu não me afastasse.

Porém, taurina que sou, fiquei irredutível e não aceitava a possibilidade de não mudar, só pensava, ansiosamente, como seria a minha mudança e os aprendizados que teria e as conquistas que possivelmente viriam. Pensava em muitas coisas, mal sabia que tudo é incerto e imprevisível e se tratando do curso que viria fazer e da universidade que faria parte, fui surpreendida. Então, quando cheguei à universidade, fiquei espantada como o ensino público se distancia brutalmente do ensino superior de uma instituição particular, percebi a diferença, pois, havia estudado durante um ano e meio em uma instituição de ensino superior privada, cursava Pedagogia, pelo Programa do Governo Federal de (Financiamento Estudantil) FIES. Como podem ser ocultadas e vedadas tantas verdades e toda a carga histórica do nosso país, bem como todas as desigualdades, além de questões básicas de política não serem discutidas e visibilizadas nas faculdades de ensino particular.

Depois desse choque de realidade e de identidade, construído a partir das leituras que foram sendo feitas no início das aulas, a partir das descobertas das diversas questões que permeiam o desenvolvimento do Brasil, percebi que uma questão eu nunca havia me feito, e agora me inquietava.

Como a minha própria cor (branca) e a minha postura enquanto mulher me possibilita ou não inserção em determinados espaços, não percebia as relações de racismo, machismo, presentes em muitos espaços, principalmente na mídia brasileira, sentia que havia algo muito desigual em ver pessoas que têm condições econômicas de acesso a qualquer bem e outras não, via na minha família o tratamento diferenciado entre os homens e as mulheres, mas não refletia a ponto de sistematizar argumentos ou hipóteses acerca destes comportamentos, nem pensava a importância de políticas públicas, aliás, nem ao menos parava para falar/escutar sobre política, não tinha o conhecimento das lutas dos movimentos sociais em relação à busca por equidade política, social e econômica. Assim, mergulhada nas questões e temas tratados na UNILAB¹, inclusive, alguns que jamais havia estudado ou que jamais sequer havia

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

escutado, ou que estavam “longe” da minha realidade, como assim diziam, no contexto que eu vivia antes.

Estudar os processos da escravidão, a colonização no Brasil e na África, os movimentos culturais e sociais, foi como renascer para mim, como despertar, como realmente sair da caverna, foi preciso que eu reconsiderasse tudo que havia aprendido com o que foi historicamente construído antes e me abrir para a leitura e pesquisa proposta pelas ciências ao fundamentado texto teórico, que a universidade me oferecia. Fiquei animada e muito satisfeita quando fui conhecendo os professores e seus currículos, senti, e ainda sinto que estava no lugar certo, no meu lugar. Conheci então, uma mulher, era ex-ministra, um cargo de poder altíssimo, a meu ver, figura imponente, uma mulher lindíssima e paulista como eu. A minha professora havia sido a ministra da igualdade racial do Brasil, a primeira ministra desta secretaria, por este motivo já fiquei encantada, pois, ainda não conhecia a história de sua trajetória, mas depois que pude conhecer um pouco mais de sua trajetória e suas realizações tive a certeza que seria um exemplo a ser referenciado. Uma mulher que não deveria ficar conhecida apenas no “mundo” acadêmico, ou em espaços que a grande maioria da população do Brasil não alcança, inatingível para tantos outros brasileiros, a exemplo da minha família.

A participação no grupo de estudos e pesquisa FEMPOS- Feminismos pós-coloniais e epistemologias anti-hegemônicas, coordenado pela professora Caterina Rea, foi onde tive contato pela primeira vez com as teorias feministas, entendidas como um conjunto de teorias que afirma e luta pela igualdade em todos os âmbitos entre mulheres e homens, e as teorias pós-coloniais, construções prático-teóricas profundamente enraizadas nas experiências individuais e coletivas de quem viveu a colonização/subalternidade. A cada leitura e discussão me deu a comprovação de que a pessoa que eu pretendia pesquisar para descrever sua vida era uma referência no cenário nacional de militância no feminismo negro.

Foi somente depois que comecei a ler e a estudar as teorias feministas que pude compreender a importância e a força vital das mulheres da minha família, principalmente, minha mãe e minhas tias, todas viúvas, morando em um mesmo terreno com cinco casas construídas, que me relaciono desde que nasci. Comecei a refletir a força delas e como se desenhava a história *matriarcal*, na medida em que a autoridade, a herança e a descendência têm como centro a figura da mãe-avó. (HITA, 2014), que no contexto particular de minha família, é centrado na irmã mais velha, já que a mãe-matriarca é falecida. As cinco casas construídas no terreno deixado por minha avó são chefiadas por mulheres, minhas tias e minha mãe, que trabalham e batalham para manter a família unida, na medida do possível.

A inserção em outro grupo de estudos e pesquisas ao qual eu fui bolsista de Iniciação Científica no PIBIC² durante um ano chamado NYEMBA- Processos Sociais, Memória e Narrativas entre Brasil e África, coordenado pela professora Cristiane Santos Souza, também, foi responsável pela escolha da metodologia deste trabalho, após conhecer às suas produções com juventude negra, mulheres negras e migrantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador vindos dos interiores da Bahia, pude entender o poder que as trajetórias de vida, as biografias, as histórias orais têm e que estas pesquisas teórico-metodológicas contribuem de maneira sem igual para os estudos das Humanidades e das Ciências Sociais.

A participação no projeto de iniciação científica com o tema “Volta no mundo em imagens: Bimbau e Pierre Verger, trajetórias que se cruzam, identidades que se forjam?”, devido à semelhança do meu plano de trabalho com o tema da monografia, foi também o que me fez perceber o quanto a trajetória de vida de um indivíduo pode explicar um contexto social, o quanto devemos respeitar e valorizar as trajetórias das pessoas, como elas ensinam.

Foi então que comecei a perceber e entender a força da minha família, das mulheres que não tiveram a mesma trajetória de vida de Matilde, a maioria delas nem ao menos terminou o ensino fundamental, mas, que sozinhas trabalharam e criaram seus filhos e não mais se casaram, algumas chegaram a namorar, porém não chegaram a morar juntos, dentro do contexto doméstico que elas atuam estabelecendo relações políticas e sociais com seus filhos e com suas irmãs.

² Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Poder trabalhar e estudar a vida e os feitos de Matilde Ribeiro, mais do que as entrevistas em jornais e revistas, escrever sobre sua trajetória de vida, até o momento, desta militante, acadêmica, ministra, e valorizá-la, e, se possível, produzir um trabalho que faça jus a sua produção intelectual, militante e social é uma grande responsabilidade e com certeza uma satisfação pessoal muito grande, um sentimento de gratidão por todos que incentivam, desde as mulheres da minha casa, lá em Taubaté, as mulheres e professoras que encontrei na universidade que estão sempre como um exemplo vivo para mim de que ainda é possível, é possível resistir e é possível chegar lá, seja onde que se queira chegar. Sinto a necessidade de deixar aqui registrado que enquanto uma mulher socialmente vista como branca, e que por conta disso sou ciente que carrego privilégios que pessoas negras nunca tiveram, sei o meu local de fala, mas como eu já disse anteriormente o que a Unilab me proporcionou foi um [re]encontro comigo mesma, foi uma nova visão sobre eu mesma. Por isso me sinto muito feliz e posso dizer que escrevi este trabalho com compromisso de que realmente a trajetória de Matilde Ribeiro representa uma referência de empoderamento para outras mulheres e meninas que começam a entender agora as opressões que as cercam. Ademais, produzi este trabalho visando a valorização de muitos anos de luta de uma mulher que eu me vejo em muitos aspectos, então eu também penso vendo a trajetória de Matilde Ribeiro que é possível alcançar locais que me diziam “não é lugar pra você” e nele me lanço na minha vida e na escrita desse trabalho.

1 INTRODUÇÃO

As histórias de vida e narrativas individuais e sociais são há muito tempo importantes métodos de pesquisa nas Ciências Sociais. Elas podem ser utilizadas para explicar fatos históricos importantes que ocorreram e que foram vivenciados por pessoas que narraram tal fato de maneira particular. Também são utilizadas quando se planeja valorizar um feito importante de alguma pessoa, de algum grupo ou de alguma comunidade.

As pesquisas sociais buscam relatar e refletir a dinâmica social de um grupo, de algum lugar, num determinado contexto. As narrativas biográficas podem ser utilizadas como ferramentas de pesquisa e como métodos integrais para o desenvolvimento de soluções para os problemas de uma sociedade. As histórias de vida continuam sendo instrumentos fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade. (KOFES, 1992, p. 24). Acredita-se que o uso de trajetória de vida nas Ciências Sociais, como foi dito, é um poderoso recurso que pode e deve ser utilizado em vários campos científicos a fim de subverter também os cânones da academia em relação às experiências sociais e humanas.

Na tentativa de reconhecer que a herança colonial do Brasil fez com que mulheres negras fossem subalternizadas e colocadas em papéis sociais de desvalorização, além da hiperssexualização de seus corpos e da maternidade como algo intrínseco e compulsório a elas, opto por evidenciar através de uma narrativa que as mulheres negras em suas histórias nunca ficaram inertes ao processo de subalternização sempre imposto a elas. As mulheres negras trabalhavam nas ruas, lideravam revoltas e revoluções, davam aulas, se reuniam para resolver problemas de outras mulheres e se ajudavam, e ainda assim compartilhavam de sucessivas opressões.

Evidente que as mulheres negras são personagens principais e pilares na história do pequeno desenvolvimento do nosso país. As mulheres sempre trabalharam nas casas, no campo, nas cidades, nas ruas, nas empresas, nunca ficaram paradas, e sempre foram subestimadas. Sueli Carneiro (2003) fala que quando as feministas diziam que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar, as mulheres não entenderam nada já que as mulheres negras trabalhavam desde sempre.

Através da narrativa de vida de Matilde Ribeiro percebemos que traz consigo como herança a força e vitalidade de suas ancestrais, que faz hoje seu trabalho incansavelmente, resiliente e resistente, um trabalho pelo outro, pelas suas semelhantes, na busca de igualdade racial e de gênero.

Pontuo, portanto, que o uso do método biográfico é capaz de revelar um contexto muito maior que o da vida individual de um ser, ele é capaz de explicar um sistema, neste caso, opressor, que tem como a mulher negra a base de uma pirâmide de escala social. Atento ao fato que este trabalho não tem o objetivo de lamentar as opressões que as mulheres negras são submetidas todos os dias, mas sim, evidenciar e aflorar em outras mulheres os caminhos possíveis e não impossíveis de transposição de barreiras que não as deixam serem livres destas amarras invisíveis.

Podemos iniciar a busca pela importância do tema, a partir, da compreensão da tradição oral, sabendo que a fala antecede a escrita, e a escrita compõe a cristalização da fala, a documentação da fala. A importância do relato oral foi por muito tempo evidente em sociedades africanas, a transmissão de conhecimento emitida pelos griôs, sábios que tinham a missão de preservar a sabedoria de um determinado povo, passando, assim, as técnicas de sobrevivência, a história dos ancestrais e as tradições, para os mais jovens para que a história deste povo não fosse “perdida”.

O uso de relatos de vida trazem relações do dizível ao indizível, como trata em seu texto “Relatos orais: do dizível ao indizível” Maria Isaura Pereira de Queiroz. Nele apresenta um panorama sobre a importância do estudo através de interpretações e análises de relatos orais e do uso de histórias de vida em pesquisas científicas. A autora propõe uma revalorização dos relatos orais e nomeia como técnica de excelência de coleta de dados, que podem ser articulados com outras fontes documentais.

Em uma breve comparação entre História oral e História de vida, a autora coloca a história oral como ampla, que abrange várias formas de relatos orais. Já a história de vida seria uma ramificação do relato oral, um aprofundamento da história de um indivíduo, que, na maioria das vezes, tem como meta explicar eventos ocorridos em um grupo, a partir de uma história de vida individual podemos compreender coletividades.

Mesmo que o cientista social registre somente uma história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que ela é parte; busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo. O biógrafo, mesmo que retrate a sociedade de que seu personagem participa, o faz com o intuito de compreender melhor a existência do biografado (QUEIROZ, 2003, p.20)

Não podemos consentir que minimizem a eficácia do uso de relatos de vida em pesquisas científicas, quando alegam que o indivíduo, colaborador/interlocutor da pesquisa, usa da subjetividade para determinar o que será relatado ou não. Devemos pensar que a subjetividade, também, é uma construção social e que ela é fruto das vivências objetivas, da dinâmica social que um indivíduo está inserido, a uma sociedade que ele participa. O indivíduo é, também, um fenômeno social. Segundo a autora, “Todo o psiquismo seria, então, menos individual do que coletivo, pois estaria sempre sob influência das representações e imagens reunidas no inconsciente coletivo”. (*idem*, 2003 p. 12)

Segundo Le Goff (1990), a memória é um campo de estudo fundamental pra história. Não é possível pensar em estudos da história sem pensar no campo da recordação, então, compreendendo que o uso da memória individual de uma pessoa tem interferência de inúmeros aspectos externos que a forma, e pode nos servir como excelentes, material e instrumento de pesquisa, sabendo que a história oral é dinâmica e mutável.

Os estudos de trajetória de vida, “o processo de configuração de uma experiência social singular.” (KOFES, 2001, p. 27) buscam dar voz a personagens que foram historicamente invisibilizados, com o propósito de dar destaque às lembranças, à memória. Buscamos dar visibilidade e protagonismo através das narrações destes sujeitos.

Devemos dessa forma, construir a capacidade de enxergar a importância e a eficácia do uso de trajetória de vida e de relatos orais, entendendo a “impossibilidade da apreensão da vida sem o contar da história, sem a linguagem” (KOFES, 2001, p.23), como metodologia de pesquisas científicas sérias e comprometidas, não só com a academia, mas também, com seus interlocutores, com quem se constrói junto o material. O poder da oralidade, da memória, nos traz excelentes conteúdos para análises e compreensões de processos sociais, políticos e culturais de momentos, lugares e histórias que não conhecemos, ou que não vivemos. As “estórias de vida” são utilizadas como outro método de pesquisa que contribui para as teorias sociais no que tange as relações entre os indivíduos e a sociedade, sobre esta metodologia, Kofes pontua:

As estórias de vida estarão sendo consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida. (KOFES, 1992, p. 04)

A escolha em narrar uma vida e ouvir o que este indivíduo tem a dizer sobre si, sobre suas experiências, sobre sua colocação em uma dinâmica social, parte também, do exercício

de valorização da ação destes agentes transformadores, que no caso da presente pesquisa, pretende usar trajetória de vida da colaboradora como forma de apontar mecanismos de subversão de espaços sociais pré-determinados direcionados às pessoas (mulheres, negros, pobres) em uma sociedade patriarcal, não me abstenho, assim, de utilizar bibliografia referente ao feminismo negro, interseccionalidade e aos mecanismos adotados por militantes que compartilham destas visões e práticas políticas. Os estudos feministas são estudos críticos à cultura e a forma como a ciência é construída e não podem ser entendidos, reduzidos à ideologia.

Espera-se com estas discussões contribuir para o debate sobre o uso de teorias e metodologias que utilizem as trajetórias biográficas como escopo para análise de contextos sociais e assim despertar maior interesse nas Ciências Sociais para a contribuição destas vidas, muitas vezes, invisibilizadas, dito, não valorizadas para a produção de conhecimento e para os debates teóricos acadêmicos.

Para melhor organizar minhas reflexões e interpretações o trabalho está desenvolvido em quatro capítulos nos quais pretendo apresentar, a partir da trajetória de vida de Matilde Ribeiro, como os espaços dados a determinados sujeitos perpetuam estereótipos e mantém grupos em locais de domínio ou mando de subalternizado. E que eles, sem dúvida, podem ser subvertidos e com a criatividade, principalmente do movimento de mulheres negras em particular e, como isso, tem se juntado e produzido empoderamento individual e coletivo. Pretende-se estimar os trabalhos que Matilde desenvolveu na militância através do movimento negro e feminista e na universidade/academia como fontes de referência para outras mulheres.

No primeiro capítulo intitulado “Nossos passos vêm de longe”³ o objetivo é apresentar o território do Recôncavo, onde me encontro, e onde conheci Matilde, assim este território tem um sentido muito importante nesta pesquisa, pois, aqui neste território me (re)conheci, (re)descobri e (re)signifiquei muitos pensamentos que tinha em minha vida. Aqui pude refletir sobre dinâmicas sociais, construção de estereótipos e construção das desigualdades. Este território é importante e com ele começo, navegando em lembranças e em conhecimento, como se estivesse na Baía de Todos os Santos. Este território relaciona-se com os nossos pais que saíram daqui para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida.

O segundo capítulo é chamado “Trajetória narrada em terceira pessoa” no qual objetivo permitir que o leitor se aproxime de Matilde, por suas próprias palavras, ou seja, pelo

³ Esta expressão foi utilizada por Renata Nogueira em seu trabalho “O curso da saúde das mulheres negras” (1994) e mais tarde foi reutilizado por Jurema Werneck.

seu próprio entendimento de pessoa, de si. Nele traço a trajetória de vida de Matilde na infância, sua relação com a família, com o local onde nasceu e depois pra onde se mudou sua relação com os locais onde viveu, e depois sua inserção escolar, no mercado de trabalho e a seguir na militância e na academia.

No penúltimo capítulo chamado “Cidadã entre dois mundos: militância e academia” pretendo refletir sobre como a inserção em espaços públicos, a exemplo da academia, o partido político (PT) e o Movimento Negro podem gerar empoderamento e sustentação para o enfrentamento diário a situações de discriminação e opressão. Bem como, estes espaços podem ser uma forma de “educação” não-formal, onde pessoas jovens possam desenvolver a “consciência crítica”, situando que possam estar vivendo situações de discriminação e desigualdade social e que através destas relações possam adquirir a autoconfiança e autoestima, produtos do empoderamento.

No último capítulo titulado “Dai asas ao seu empoderamento” debato este conceito que é um eixo norteador desta monografia, discuto como o empoderamento tem sido utilizado entre algumas cientistas sociais e como o empoderamento das mulheres negras é uma bandeira do movimento, como ponto de conquista e de enfrentamento ao patriarcado instituído. Não deixo de sinalizar também que o empoderamento não é um local imutável e estável, ele pode ser construído, sabendo que as relações sociais são dinâmicas, o empoderamento também é instável, é preciso vigilância e manutenção deste estado, mesmo com muitos componentes externos que tentam suprimir as mulheres em todas as suas expressões.

Nas considerações finais eu discuto como a trajetória de empoderamento de Matilde Ribeiro é importante para que outras mulheres percebam que é possível subverter espaços sociais dados com base em diferenças de gênero e como a inserção na militância e na academia são ferramentas importantes na luta pela igualdade de gênero e de raça, que é o seu principal objetivo.

2 NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE⁴

O meu lugar
 É caminho de Ogum e Iansã
 Lá tem samba até de manhã
 Uma ginga em cada andar
 O meu lugar
 É cercado de luta e suor
 Esperança num mundo melhor
 E cerveja pra comemorar
 [...] Doce lugar
 Que é eterno no meu coração
 E aos poetas traz inspiração
 Pra cantar e escrever
 [...] Ai meu lugar
 Quem não viu Tia Eulália dançar
 Vó Maria o terreiro benzer
 E ainda tem jongo à luz do luar
 [...] Doce lugar
 Que é eterno no meu coração
 E aos poetas traz inspiração
 Pra cantar e escrever⁵

Figura 1 - Baía de Todos os Santos retirada na comunidade Passé no município de Candeias.



Autor: Francisco Rodger Bessa, 2016.

⁴ O título faz alusão ao texto da médica e doutora em comunicação e cultura, diretora da organização civil Criola- mulheres negras, Jurema Werneck em seu artigo “Nossos passos vêm de longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o Sexismo e o Racismo”, 2014.

⁵ Utilizo desta música para remeter ao espaço do Recôncavo e suas manifestações artísticas e culturais, sem antes, deixar de ressaltar as lutas por independência e igualdade, saudando os mais velhos que estiveram neste território. Música: O meu lugar, intérprete: Arlindo Cruz; CD: Arlindo Cruz, sambista perfeito; Ano de lançamento: 2007; Gravadora: Deckdisc.

Neste capítulo inicial pretendo apresentar os aspectos econômicos, culturais e sociais que foram responsáveis pelo desenvolvimento e reconhecimento do território do Recôncavo da Bahia como importante centro de produções para formação do Brasil em si. Pontuo, ainda, que temos uma infinidade de aspectos a serem profundamente analisados, porém, voltei-me a um período histórico, no século XVI, em seu “surgimento” e as primeiras ocupações deste território e, depois, falarei sobre o período dos ciclos econômicos, do açúcar, do fumo, compreendido entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Apresentarei brevemente, também, o início do século XX e as transformações econômicas, onde o petróleo surge como novo produto econômico do Recôncavo e as mudanças nos meios de transporte, realizado primeiramente por meio exclusivamente marítimo e fluvial e passa a ser ferroviário e rodoviário, ocasionando a diminuição considerável das atividades, que antes se dava, pelas águas da Baía de Todos os Santos e dos rios, principalmente o Paraguaçu e Joanes.

O motivo de sentir necessidade de apresentar o território do Recôncavo é o fato de estar instalada aqui há mais de dois anos, quando saio de uma cidade do interior de São Paulo e me mudo para a cidade do petróleo que outrora foi a cidade do açúcar, dos engenhos e das usinas. O reencontro que se deu neste local, a ressignificação de uma série de estigmas e estereótipos que carregava comigo, e ainda tento desconstruí-los, e a aquisição de muito conhecimento tanto teórico como prático, são fundamentais para este trabalho.

Falar no Recôncavo Baiano é falar também da baía que circunda este território, a Baía de Todos os Santos e sua relação vital de troca com as pessoas que nela se alimentam, se sustentam e mantêm muitas práticas culturais e sociais. As águas da Baía que enchem e esvaziam todos os dias, são como nós que, vamos e voltamos, que às vezes aparecemos, nos colocamos às vistas e outras nos recolhemos.

A ideia de maré que vai e vem ligo com as idas e vindas da nossa história, o fio simbólico das águas com a nossa vida. Na trajetória de Matilde e na minha o ir e vir está presente, como apresentarei mais adiante, a migração e o retorno e a maré sempre a nos receber, sabendo que não somos as mesmas de antes, assim como as águas também não são.

É certo que já trazia comigo o conhecimento de mulheres que lutam e que não se deixam abater, assim como a mulher que escolhi para ser interlocutora. Aqui pude compreender que existem lutas diferentes e que as mulheres são “moldadas” a seguirem padrões de comportamento e de estética e aquelas que não se enquadram nesses termos serão consideradas “menos” mulher ou um tipo de mulher que não é valorizada.

Entendo que mesmo as mulheres que vivem em um contexto doméstico apenas, todos os dias se deparam com situações em que elas têm que mediar e realizar negociações, a luta doméstica sempre foi silenciada, já que o espaço privado sempre foi o destinado a mulher enquanto que o público ao homem, e visto isso, o espaço público sempre foi o mais importante e o privado apenas local de descanso, onde não se discutia questões políticas. As mulheres que trago como experiência de vida pré-universidade não tiveram acesso à educação formal e mesmo assim, realizam negociações em suas próprias casas, resistem às dificuldades e desigualdade que se veem submetidas, nas relações com os familiares administram os escassos recursos econômicos que dispõem. Elas são para mim exemplo de resistência e inspiram a força e a coragem que levo comigo de enfrentar as adversidades e dificuldades da vida.

Decido iniciar este capítulo apresentando o local onde germinou a ideia deste trabalho, o território de tantas convergências, o local de resistência e de história - Recôncavo da Bahia - ele que não pode ser considerado apenas um território no sentido físico geográfico. O Recôncavo traz consigo vidas, culturas, ancestralidades, sabedorias, autonomia, produção, subsistência, traz sangue e suor. Entendemos o Recôncavo como um local que permite que sentimentos aflorem e que a partir deste local se conheça seu passado, não próximo, mas o passado que constituiu este país, passado histórico onde mãos e pés de mulheres negras contribuíram para erguer o Brasil.

O Recôncavo Baiano é um território localizado ao leste do estado da Bahia, na região nordeste e é localizada em torno da Baía de Todos os Santos, maior bacia do litoral brasileiro com 800 km de área total e possui cerca de quarenta e cinco ilhas, algumas particulares e desabitadas e outras em que moram poucas famílias. (SOUZA, 2013)



Mapa 01 – Fonte: SOUZA, Cristiane S. Trajetória de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana. 2013. 419 p. Tese de doutoramento. UNICAMP, Campinas-SP, 2013.

Esta região tem uma importância econômica e cultural significativa para o estado da Bahia e para o Brasil, já que, foi uma das primeiras áreas a serem ocupadas e exploradas economicamente através do cultivo e beneficiamento da cana de açúcar e do tabaco, importantes na dinâmica de exportação para outros países, o que possibilitou o avanço e poder econômico das cidades desta região, principalmente, Cachoeira, São Felix, Maragogipe, Nazaré das Farinhas, São Francisco do Conde e Santo Amaro, que foram importantes produtoras. Ademais, em toda a região a agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão dentre outros), desenhou a paisagem e a dinâmica das populações, bem como a pesca, a mariscagem e a extração de outros produtos presentes na natureza.

O território do Recôncavo começa a ser habitado em meados do século XVI, com a invasão dos portugueses a concessão das sesmarias. De início houve a fundação de muitas plantações e engenhos para produção de açúcar. As primeiras regiões a serem povoadas foram à beira do Rio Paraguaçu, como o transporte era fluvial e as plantações se instalavam as margens do rio devido à fertilidade das terras, também ali se concentrou o maior número de pessoas, formando as vilas, que depois tornaram cidades como Cachoeira, Maragogipe, dentre outras. Segundo Brandão (1998), com o desenvolvimento dessas produções gerou-se uma nova dinâmica de relações sociais, culturais e econômicas definindo uma organização da produção em um espaço e criando redes de contatos com outras vilas.

O ciclo do açúcar, que se desdobrou com o fumo, a pecuária, a agricultura alimentar, o café, o algodão, as especiarias, couros e peles, carvão vegetal, caieiras e olarias, as rendas e os bordados, a cerâmica utilitária e lúdica, criou assim uma complexa tradição cultural, um tecido social territorialmente diverso e uma exuberante paisagem construída. Cada coisa em seu lugar; havia o Recôncavo da cana, do fumo, da subsistência e do material de construção, da lenha e da pecuária, que subia até Pojuca, Catu, Mata de São João, e mesmo Alagoinhas. Primeira rede urbana à escala regional implantada nas Américas. (Brandão, 1998, p.32).

Vale ressaltar que estes municípios que formam o Recôncavo foram importantes locais de migração de escravos libertos e livres, devido aos engenhos de produção açucareira. São Felix e Cachoeira, principalmente, atraíam a população que ia a busca de empregos próximos ao rio Paraguaçu e a Baía de Todos os Santos. “Entre 1880 e 1890, as fábricas de charutos experimentaram conjuntura de crescimento das exportações para o mercado europeu. O nível de empregos nessas atividades também seguiu num ritmo de crescimento” (FILHO, 2009. p. 15).

No início do século XX a crise açucareira fez com que diminuísse substancialmente o número de trabalhadores que viviam no Recôncavo, muitos migraram para Salvador em busca de empregos nas regiões portuárias, outros foram atraídos pelas construções das estradas e

ferrovias que vinham para mudar completamente os meios de transporte daquele período, passando de pluvial e marítimo para ferroviário e rodoviário. (SOUZA, 2013)

Atualmente, o contingente econômico da região do Recôncavo se dá pelo turismo das cidades históricas e litorâneas, e também pela extração e refinamento do petróleo que desde a década de 1950 vem sendo retirado e dele a produção de combustíveis pela empresa Petrobrás com a refinaria Landulfo Alves, que a partir de sua instalação representou outro ciclo econômico da região do Recôncavo, transformando muitas dinâmicas sociais e culturais da região.

A cidade em que a refinaria foi instalada apresentou um acúmulo de capital e por assim dizer, se tornou o centro referencial do Recôncavo. É importante destacar que este município tem o maior PIB (produto interno bruto) da região (SANSONE, 2008), e isto não quer dizer que a distribuição de renda seja igualitária para os filhos desta terra. Não por coincidência esta cidade que foi “agraciada” pela instalação da Petrobrás, é São Francisco do Conde, município que anos depois, já no século XXI, teve a oportunidade e lutou para trazer pro seu município a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, da qual faço parte e que foi pensada em um projeto de interiorização que construiu muitas universidades no Brasil nos últimos treze anos, temos outro exemplo, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano -UFRB- que possui vários campi no interior da Bahia nas cidades, Santo Amaro, Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Amargosa.

Outro aspecto importante que não posso deixar de fazer referência, quando falamos do território do Recôncavo, é a forte expressão artística e cultural. As práticas culturais que manifestam suas experiências, apresentando sua gente, cantando suas histórias, práticas que são passadas às gerações seguintes por meio de cantos e produções. Essas manifestações são práticas culturais e não podem ser entendidas como folclore, já que elas são resultado de experiências reais, com pessoas de verdade, que vivem, ou viveram e que de alguma forma utilizaram este meio para expressar fatos ou atos.

Quando pensamos ou dizemos que tal movimento é folclore estamos, animalizando ou mesmo transformando aquela ação em estória, ou seja, ela perde a sua veracidade. É importante pensar que quando as pessoas vestem as suas indumentárias, preparam os festejos e as comemorações, elas vivem aquilo, os atos passam a fazer parte de suas atividades cotidianas, não são criados, ou inventados e sim são reflexos de suas vidas e essas tradições são passadas para as próximas gerações.

No Recôncavo temos uma imensidão de manifestações artísticas e culturais que podem ser elencadas aqui, a capoeira é uma tradição social de séculos dentro do Recôncavo e atualmente é declarada como Patrimônio Imaterial da Humanidade, outras manifestações presentes no Recôncavo são a tradição da Burrinha em Acupe, as Caretas de Acupe no distrito de Santo Amaro, o Reisado em São Francisco do Conde, o Bumba-meu-boi, o Lindro-amor, Capa-bode.

O samba de roda, o samba chula, também, são importantes movimentos culturais das cidades do Recôncavo, até hoje praticado por grupos tradicionais. A música desta expressão cultural é seguida por pandeiros, violão e viola machete - esta trazida de Portugal durante o período de colonização e adaptada para o uso nas rodas de samba. Ela é hoje reconhecida como “Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”, sua fabricação é preciosa e projetos sociais e culturais tentam apoio financeiro para conservação da prática da feitura deste instrumento, bem como, do modo de tocá-lo. O principal percussor nos sambas de roda do Recôncavo foi o mestre tocador Zé de Lelinha⁶, natural de São Francisco do Conde.

Muitos cantores, intérpretes e compositores são “filhos” do Recôncavo e usam a arte para cantar sua gente e seu lugar, como, por exemplo, Assis Valente, natural de Santo Amaro da Purificação que compôs muitas músicas que fizeram sucesso, com a interpretação de Carmem Miranda e do grupo, Novos Baianos.

Gilberto Gil, Caetano Veloso e Maria Bethânia, ficaram muito conhecidos por cantar músicas que debatiam questões políticas, mas também, culturais da Bahia e do Recôncavo Baiano, a exemplo da canção muito conhecida de Caetano Veloso, Reconvexo, que cita uma série de tradições do Recôncavo a qual ele se orgulha de fazer parte.

Não podemos pensar no crescimento do Recôncavo sem dar a devida credibilidade às pessoas que participaram forçosamente do sistema escravista na construção, manutenção e produção desses impérios erguidos com mãos negras neste território. Neste mesmo território, durante o período da colonização, os povos negros em situação de escravização não satisfeitos, muito menos adaptados, à circunstância que estavam submetidos, reagiram àquelas repressões com revoltas, revoluções e negociações às quais muitas vezes eram lideradas por mulheres.

Este tema foi muito estudado pelo pesquisador e historiador João José Reis, professor na Universidade Federal da Bahia. Em seu texto chamado “Recôncavo Rebelde: Revoltas

⁶ José Vitório dos Reis, um dos maiores violeiros de samba chula do Recôncavo, de São Francisco do Conde falecido em 14/08/2013. Atualmente existe uma associação em sua homenagem, na casa onde residiu no município.

escravos nos engenhos baianos” (REIS, 2009, p. 100-126), ele nos apresenta as revoltas ocorridas no território do Recôncavo na primeira metade do século XIX. O autor nos mostra a diferença na arte de resistência dos escravos que vinha da África e de crioulos, escravizados nascidos no Brasil. Nesta relação ele aponta a aptidão destes grupos de negociar com os senhores:

Tinham também estilos diferentes de resistência a escravidão. Os crioulos eram mestres na barganha com, os senhores e nas pequenas lutas do dia-a-dia, a fuga, o furto a sabotagem da produção, o fingimento de doenças e assim por diante. Esses métodos de enfrentamento, os próprios africanos com o tempo aprenderam, e uma vez terminado o ciclo de revoltas, passaram a usá-los como alternativa às tentativas de incendiar o sistema (REIS, 2009, p. 102).

É evidente que nenhuma pessoa estava confortável com a situação de ser humilhada e colocada como mercadoria, portanto, em seu dia a dia muitas ações eram realizadas a fim de diminuir, boicotar, negociar a violência dos colonizadores.

As mulheres que eram vistas como objetos sexuais e meras reprodutoras, que iriam “produzir” novos escravos para o abominável sistema, eram violentadas e submetidas aos trabalhos domésticos, muitas vezes o que seria dentro da “Casa-grande” onde era duplamente explorada pelo senhor que a escravizava e abusava sexualmente. Além da senhora, mulher que não se via semelhante a esta escravizada, mas sim, como uma concorrente sexual que não pretendia perder seus privilégios sociais e econômicos (HOOKS, 2013).

Muitas mulheres lutaram pela libertação de escravos e pela libertação do país. Sabe-se que muitos gêneros alimentícios e de outras ordens eram produzidos no Recôncavo e assim, Salvador era a capital de abastecimento e distribuição destes produtos para outras regiões da Bahia e do Brasil. O grande número de ações documentadas refere-se a Salvador, capital baiana, onde se encontrava postos do poder colonial, explicando o porquê de muitos acontecimentos do Recôncavo histórico não terem sido documentados ou mesmo registrados.

Luíza Mahim importante referência de luta e insubordinação das mulheres negras escravizadas é lembrada muito mais por ser mãe do importante abolicionista LuisGama, do que por seus feitos de resistência. Em uma coletânea intitulada: “História das Mulheres negras: passado, presente e futuro” organizado pela associação de mulheres negras, Frida Kahlo, temos uma descrição interessante sobre Luiza e sobre o levante dos Malês o qual esteve à frente e que hoje deu o nome ao campus da nossa universidade:

Luíza Mahim, mulher negra de etnia jeje-nagô, de origem Mahi, atuou em levantes escravos que ocorreram na Bahia nas primeiras décadas do século XIX, entre eles a Revolta dos Malês, em 1835, e a Sabinada, em 1837. Luiza trabalhava como

ganhadeira, ou seja, ela vivia do pequeno comércio de rua, e tornou-se livre por volta de 1812. A Revolta dos Malês ocorreu em Salvador na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835. Africanos, tanto escravos quanto libertos, ocuparam as ruas da cidade enfrentando soldados e civis armados, na principal insurreição escrava do século XIX no Brasil. O levante foi organizado por africanos de diferentes etnias: nagôs, haussás, jêjes, minas, bornu, cabinda, congo, gruma ou grunci e tapa, mas a maioria dos rebelados pertencia à religião mulçumana. O grande objetivo da insurreição era tomar a cidade e garantir a existência de uma sociedade digna para a população negra. Entretanto, antes da data prevista para a insurreição, foram delatados e tiveram de se antecipar, limitando a realização de seus planos. Além de Luíza Mahin outras mulheres participaram da insurreição, sendo que de 309 pessoas presas, entre escravizados e libertos, 31 eram mulheres. As notícias sobre a Revolta dos Malês repercutiram em todo o país” (*Somos todas rainhas*. Realização Associação Frida Kahlo e Articulação política de Juventudes Negras. São Paulo, 2011)

Luíza viveu na Bahia muitos anos trabalhando com o comércio, certamente deve ter realizado muitas negociações e liderado revoltas contra o sistema colonialista, visto que, ainda hoje é uma das mulheres escravizadas que mais é citada como exemplo de luta e revolução contra o sistema escravista. Luísa é uma das referências que temos e devido à falta de documentação, ainda não podemos saber exatamente seus dados, porém, podemos imaginar através dos escritos de seu filho, como é descrito abaixo.

Em uma exposição mais romântica e orgulhosa Luis Gama, grande poeta e abolicionista, escrevendo sua autobiografia em 1880 insere a narração de sua mãe, nas palavras dele ela era corajosa e por lutar contra a escravidão foi presa diversas vezes e Luis não mais conseguiu encontrá-la:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahim, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravas, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856 e 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube por uns pretos Minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma ‘casa de dar fortunas’ em 1838, fôra posta em prisão; e que tanto ela como seus companheiros desapareceram (*Somos todas rainhas*. Realização Associação Frida Kahlo e Articulação política de Juventudes Negras. São Paulo 2011, *apud* Mott, 1991, p. 51)

Ainda sobre as mulheres que lutaram pela liberdade no período escravagista devo citar Zeferina, rainha que criou no século XIX o Quilombo do Urubu, localizado atualmente onde é o Parque São Bartolomeu na região do Subúrbio Ferroviário e parte de Pirajá e Cajazeiras, em Salvador/BA. Estas organizações eram fundamentadas nas sociedades africanas para proteger seu povo das repressões coloniais. Zeferina teria origem angolana e foi trazida ainda criança

para o Brasil. Seu poder de liderança fez com que conseguisse reunir escravizados, indígenas e libertos que eram contra o sistema escravista e que lutavam por mudanças nas revoltas. Segundo Silvia Barbosa em seu artigo “O poder de Zeferina do Quilombo do Urubu” existe uma tradição de poder onde mulheres africanas exercem como modo de resistir às mazelas da escravidão, dentre essas mulheres Zeferina é exemplo de poder e resistência:

A história do poder de Zeferina faz parte das muitas histórias das mulheres negras atuais: retalhos de histórias – a exemplo de NzingaMbandi em Matamba e Angola, Aqualtune e Dandara em Palmares, Tereza em Mato Grosso, Mariana no Rio de Janeiro, Felipa Maria Aranha na Amazônia, além das “feiticeiras” e anônimas líderes quilombolas (BARBOSA, 2003, p. 161-169).

Os homens lutavam contra a violência e o racismo (ainda não era utilizado este termo) as ações do racismo científico que utilizavam das teorias deterministas diziam que havia superioridade entre as raças, ou seja, entre os fenótipos humanos, e que foi estudado e cunhado mais tarde nas Ciências Sociais como teorias racistas no século XIX e XX, quando foi denominado o termo “racismo”.

O *racismo* para o antropólogo Kabenguele Munanga é:

Uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence (MUNANGA, 2004, p.24)

A origem do racismo pode ser encontrada no mito bíblico de Noé onde é citada a diversidade entre seres humanos, e como uma maldição permitida por um deus pode acabar com milhares de vidas, onde o pai Noé amaldiçoa toda uma “raça”, e após isso foi utilizada como justificativa bíblica para escravização de povos negros, como pode ser vista um trecho a seguir:

Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não lisonjeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos”. (MUNANGA, 2003, p.25)

As mulheres, além de lutar contra a escravização, o abuso de seus corpos, o fato de terem filhos e serem separadas deles depois, ou seja, o machismo (também não era aplicado este termo), já que esta opressão está na estrutura social e vem desde a colonização e está radicado em nossa sociedade patriarcal, mesmo que o termo não fosse utilizado naquela época, sabemos o quanto ele foi custoso às mulheres, principalmente as negras, que sofriam e sofrem múltiplas opressões.

Matilde Ribeiro em um artigo publicado na Revista de Estudos Feministas em 1995 com o título “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing”, os dois momentos que o título faz alusão são respectivamente, o III Encontro Latino-Americano e Caribenho realizado em 1985 na cidade de Bertioga no Brasil e o segundo a IV Conferência Mundial sobre a mulher no ano de 1995 em Beijing.

Neste texto ela faz um panorama histórico da mobilização das mulheres negras em diversos encontros nacionais e internacionais a fim de problematizar as opressões a quais elas estariam submetidas e dar encaminhamentos a respeito de resoluções destes problemas através das ações políticas organizadas. Ela fala sobre o movimento de mulheres negras como:

O movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu no bojo da luta feminista e anti racista da década de 1970, a presença mais organizada de mulheres negras no movimento feminista em nível nacional e continental a partir de 1985 tem colocado em cena novas questões [...] Para nós o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido vemos que sua articulação com o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra. O engendramento da mulata e da doméstica faz-se a partir da figura da mucama. A doméstica nada mais é do que a mucama permitida a dar prestação de bens e serviços. E nesse cotidiano podemos constatar que somos vistas como domésticas [...] Não adianta serem educadas ou estarem bem vestidas (afinal boa aparência como vemos nos anúncios de empregos é uma categoria branca unicamente atribuível a brancas ou a clarinhas). (RIBEIRO, 1995 p.447)

Beatriz Nascimento nos mostra em seu artigo intitulado: “A mulher negra no mercado de trabalho”, como as mulheres negras carregam as heranças coloniais e como o estigma atribuído a elas é uma das consequências do passado escravocrata.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vêem, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais (...). Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra,

como por terem sido escravos seus antepassados. (NASCIMENTO, Beatriz. Apud Ratts 2007 p. 104)

Atualmente, muitas mulheres negras têm fundado organizações e associações, onde colocam como referência central o nome de mulheres negras africanas, ou nascidas no Brasil que reagiram contra o sistema dominante e são exemplos até hoje de que a mulher é forte e tem plenas condições de agir autonomamente contra situações em que não se sintam bem.

Maria Felipa de Oliveira também não pode ser esquecida neste momento de reflexão de mulheres que foram importantes para abolição da escravatura e pela independência da Bahia. Não se sabe ao certo seu local de nascimento nem a data, porém estima-se que ela seja do início do século XIX, residia na ilha de Itaparica e ela ficou conhecida por liderar revoltas que agrupavam homens e mulheres de diferentes classes e etnias. Durante as batalhas que organizava, seu grupo incendiava diversas embarcações dos portugueses. As características de Maria Felipa de ser mulher, pobre e negra é comum a muitas mulheres que foram importantes para libertação e independência do nosso país e que foram invisibilizadas por um projeto de embranquecimento da população que ia crescendo no Brasil e que sentimos seus resultados até hoje.

Devido à colonização e ao escravismo, nos anos iniciais da ocupação do Brasil e sua formação, carregamos até hoje muitos estigmas e sentidos comuns que são perpetuados. Tanto a igreja quanto o estado são responsáveis pela manutenção desses estigmas para que seus privilégios e sua dominação sejam mantidos. Além disso, os estudos raciais, pautados no racismo científico foram responsáveis no século XIX por uma série de teorias que legitimavam as atrocidades da escravização e dominação dos corpos de negros e negras até pouco tempo atrás continuavam entendidos como pesquisas verídicas. As academias francesas e inglesas produziram grande contingente de pesquisadores que queriam “analisar” as diferenças entre os seres humanos, diferenças fenotípicas, principalmente, a cor da pele.

A partir da manobra para colonização e escravização de povos africanos e das Américas, os europeus utilizaram a noção de raça para criar hierarquias sociais e assim poder justificar genocídios e ações de extermínio. A eugenia se constituiu com a face prática das teorias raciais, o termo que foi criado por Galton em 1883 com o livro “Hereditary Genius” apresentava dados estatísticos e genealógicos para provar que a função da hereditariedade determinava a capacidade humana e não o seu meio social e cultural.

Com o uso do aparelho ideológico da Igreja pelo Estado foram criadas falsas teorias de que os negros eram inferiores aos brancos, a partir de teses do racismo científico, como as leis

de eugenia, prática avançada das teorias raciais, que consistiam em leis de “higienização” que proibiam legislativamente o casamento inter-racial, além da circulação em ambientes públicos de pessoas de cor, os alcoólatras e epiléticos também eram enquadrados na lei, proibindo sua socialização. Além dos estudos científicos que eram desenvolvidos em diversas escolas, o conceito de raça começa a escapar do âmbito da biologia e passa a ser discutido no âmbito dos estudos políticos e culturais (SCHWARCZ, 1993) e da concentração do poder em senhores coloniais e países europeus que roubaram dos países africanos riquezas minerais, naturais e intelectuais como técnicas de agricultura e moradia.

Os darwinistas sociais pretendiam relacionar a teoria de Charles Darwin da evolução das espécies aos seres humanos, assim eles propagavam que os brancos eram a raça mais pura e mais forte, afirmando que a miscigenação seria um erro, pois, a cada vez que se miscigenasse se perderia todas as cargas genéticas positivas e somente ficariam com as más heranças genéticas aos que nascessem miscigenados. Outros autores podem ser consultados como Adam Kuper em “Antropologia e Antropólogos: a escola britânica 1922-1972”, publicado em 1973, são pesquisas antropológicas do início do século XX que relacionam os conceitos de cultura e de raça, no momento em que estas discussões estavam em alta com os estudos de diversas escolas científicas. Neste período o conceito raça escapa da biologia para adentrar a questões políticas e culturais e com esse aporte científico muitos países legitimaram suas invasões, roubos e aniquilações de povos das Américas e do continente africano.

Gilberto Freyre escreveu uma importante obra que retratou o Brasil do século XIX, publicado em 1933, *Casa Grande e Senzala*, é muito referenciado até os dias atuais nas universidades e centros de pesquisas sobre escravidão e período colonial. O que pretendo evidenciar aqui neste capítulo é a relação do texto de Gilberto Freyre e a definição de mulher negra que ele apresenta, usando de um ditado popular ele diz que mulher preta é pra trabalhar e que mulher mulata é para fornicar. Mas seriam essas mulheres diferentes? O autor já traz a discussão sobre a competitividade das mulheres negras e brancas, onde diz que os portugueses preferiam as negras para ter relações sexuais, porém, dificilmente eles assumiam relacionamentos.

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada, aliás, às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata” (FREYRE. 2003, p. 35).

Ana Cláudia Pacheco (2011), em um artigo apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileira de Ciências Sociais com o tema diversidades e (des)igualdades realizado na Universidade Federal da Bahia, intitulado “A trajetória de uma intelectual negra: uma voz subalternizada?” faz alusão ao termo “subalterno” de Spivak que no contexto indiano, indaga-se se uma mulher subalternizada pode falar, ou seja, se a sua voz será ouvida e compreendida. Pacheco faz essa referência e traz a trajetória de uma intelectual baiana que ela dá o nome fictício de Mahim, e afirma que o ativismo político colaborou para a construção de suas identidades etnicorraciais e de gênero à medida que lhe possibilitou tornar-se uma “mulher negra subalternizada do terceiro mundo”, que aprendeu a falar “por conta própria” (PACHECO, 2011). Esse falar refere-se às desigualdades histórias, as opressões e dominações que essas mulheres, como Mahim e Matilde, não ficam caladas. Ao falar sobre a produção intelectual do século XIX, Pacheco pontua que:

Quando se trata das mulheres negras, a produção acadêmica eurocêntrica-androcêntrica-raciológica desse período não as percebia como detentoras de um estatuto de humanidade. Se os homens negros eram vistos como “animais braçais” e as mulheres brancas como “reprodutoras”, ambos cotejados por teorias deterministas, as mulheres negras eram vistas como “só corpo”. Foi através dos corpos escravizados das mulheres negras que se ergueram grandes empresas coloniais. (PACHECO *apud* MOUTINHO, 2004).

E ainda fala dos momentos pontuais em que as mulheres negras são vistas nos estudos das Ciências Sociais apenas como indicadores de sujeitos que pertenciam ao período de escravização e o pós-abolição do Brasil:

Quando a mulher negra aparece como objeto de estudo das Ciências Sociais e Humanas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, não havia uma problematização central sobre sua existência, ao contrário, este tema subsumia-se aos debates considerados de grande relevância para as Ciências Sociais brasileiras da época: a questão da miscibilidade; a questão da identidade nacional; as relações raciais, a colonização; a sexualidade; a intimidade, o sistema escravocrata, etc...eram temas prementes. (PACHECO, 2011 p. 4)

E nos explica que esse quadro é alterado a partir dos anos em que há insurgência do Movimento de Mulheres Negras brasileiro nessa época apresentado em diversas formas de ação política e civil. As intelectuais negras realizam seus estudos e pesquisas em seus próprios campos, apresentam suas próprias realidades, segundo Pacheco esta “violência epistêmica” ou

o “silenciamento”⁷ sobre a problematização da mulher negra brasileira só vai ser “rompida” no final da década de 1970 e início da década de 1980, com os primeiros trabalhos publicados.

Acredito ser importante avaliar estes documentos para entendermos como até hoje em dia esses estigmas são fortemente marcados sobre as mulheres. As mulatas são as mulheres hiper-sexualizadas, disponíveis para relações sexuais, as negras são dedicadas ao trabalho e são maternais com os filhos, os irmãos ou qualquer outro homem e às brancas restam os privilégios de poder estudar e ser “bela, recatada e do lar”⁸ precisamos refletir sobre os privilégios das mulheres brancas, que mesmo sofrendo da opressão sexista presente na sociedade ainda são privilegiadas por não sofrerem do racismo que coloca as mulheres negras em um local de subalternidade pela estrutura racista da sociedade e ainda pensar se atualmente nos movimentos feministas se essas querem, realmente, discutir seus privilégios e lutar para igualdade em todos os sentidos seja de raça, classe e gênero, ou se apenas pretendem “salvar” as negras e manter os privilégios de sua classe, como as senhoras do período colonial que viam as negras como concorrentes.

Zelinda Barros, antropóloga especialista em estudos étnicos e africanos, é atualmente professora na Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Em sua tese intitulada “Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça”, defendida em 2003, nos mostra de maneira evidente como as relações entre casais inter-raciais são perpassadas por diversas significações sobre o conceito de raça. Coloca na apresentação de seu trabalho um fato que me chama a atenção, a autora expõe o seu local de fala para que o leitor saiba, a partir da perspectiva de que ator social foi feita a investigação sabendo que a pesquisadora, pode mudar o discurso dos entrevistados, ou seja, o relato de quem narra pode mudar de acordo com quem seja seu entrevistador. Além de não apresentarem a repetitividade típica dos fenômenos naturais, os fenômenos sociais sofrem a interferência daquele que investiga que neste estudo é uma mulher-negra-feminista. (BARROS, 2003, p. 74)

Através de entrevista com dez casais inter-raciais, entre eles mulher branca/ homem negro e mulher negra/ homem branco, Zelinda Barros vai delineando a interpretação destes casais sobre a auto-identificação deles quando questionados sobre suas cores e/ou raças. Ela nos explica as ferramentas de pesquisa, bem como, o que foi avaliado nas entrevistas que

⁷Sobre este debate ver FOUCAULT, 1976.

⁸ Esta frase “bela, recatada e do lar” foi manchete da revista Veja na semana do dia dezoito de abril de dois mil e dezesseis para apresentar a esposa de Michel Temer (atual presidente do Brasil), Marcela Temer. Esta reportagem gerou uma mobilização muito rápida e intensa de feministas e ativistas nas redes sociais, no qual se defendia que a mulher tem a liberdade de ser o que ela quiser, porém, este não deve ser o único modelo de mulher respeitável, a reportagem fazia uma clara comparação entre a moça jovem, bela e do lar e a Presidenta Dilma Houssef que não se enquadra em padrões estéticos.

realizou com os interlocutores. Além do conteúdo gravado das entrevistas, foram também observados os elementos não-verbais (gestos, acentuações e ênfases na fala, pausas etc.) que não poderiam ser captados durante o processo de transcrição. (BARROS, 2003, p. 75)

Quando escreve sobre as relações familiares destes casais a autora explica sobre a aceitação, ou não, destes nas famílias dos cônjuges. Durante as entrevistas ela diagnostica diversos momentos em que os discursos dos casais são díspares. No tocante a aceitação dos relacionamentos afetivos entre os casais inter-raciais pelos familiares e amigos, a autora explica que:

A aceitação do par homem negro/mulher branca é maior devido à regra de matipolaridade, que garante à prole a enculturação nos valores, nas regras de etiqueta e na estrutura de relações da mãe, o que não provoca a “queda” do componente branco do casal e assegura uma ascensão ao componente negro, que passa a se situar num *status* superior. O homem negro é melhor aceito como par quando tem *status* superior ao da esposa branca, o que serve para “compensar” a diferença entre os dois. (BARROS *apud* AZEVEDO, 1996, p. 63)

Ao colocar a pessoa negra como aquela que busca ascensão social quando se relaciona com pessoas brancas, o discurso do racismo em nossa sociedade reproduz que aquele espaço de acesso é exclusivo de pessoas brancas e, por isso, somente é permitido a circulação de pessoas brancas por espaços de poder, por exemplo. O “branqueamento” atribuído aos negros que ascendem é visto por Bento (2002) como uma forma de “manter o negro em seu lugar”. (BARROS, 2003, p. 38).

Zelinda faz uma importante reflexão quando nos ajuda a pensar que não são os relacionamentos que permitem ascensão social de grupos discriminados, isto, é a meu ver, construções sociais, que ainda à época do racismo científico do século XIX, amparados por leis não permitia as relações entre pessoa de cores ou raças diferentes, assim entendemos que o corpo não é entendido simplesmente como um organismo biológico, mas “um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas”(BARROS *apud* GROSZ, 2003, p.29).

Por isso, é comprovado através das entrevistas e de outros trabalhos científicos que o poder de compra, a ascensão social não faz com que as pessoas negras estejam livres do racismo, pelo contrário, este sistema de desvalorização de corpos negros está impregnado em todos os campos que uma pessoa possa circular, assim ela é perseguida pelo racismo que é

enraizado em nossa sociedade, mesmo casando com outra pessoa negra, ou casando com um “alemão puro”⁹.

Azevedo (1975) assinala que mesmo quando ascendem profissionalmente os negros são alvo de uma “mobilidade seletiva”, pois são aceitos em determinados espaços e têm o acesso vetado em outros. Isto porque, face à ameaça que representam à estabilidade das posições na estrutura social, são criados novos mecanismos discriminatórios pelos brancos para que garantam *status quo*. (BARROS, 2003, p. 38)

Os estudos realizados nas Ciências Sociais a partir da segunda metade do século XX, que tratavam de questões raciais e de gênero foram importantes instrumentos para que os/as intelectuais e militantes negros/as pudessem falar de diversos temas em suas próprias perspectivas. As mulheres do movimento feminista, os militantes do movimento negro construíram materiais importantes para que se pudessem contar as suas próprias vivências e histórias de uma perspectiva de dentro, estes trabalhos são importantes recursos para analisarmos os contextos em que estes trabalhos eram escritos e formulados.

A antropóloga norte americana Ruth Landes, fez uma trabalho muito importante para a época, a despeito dos limites hoje observados, ao apresentar o poder das mulheres que estavam à frente de terreiros de Candomblé na Bahia, uma mulher branca que saiu do norte para chegar ao sul do continente para pesquisar mulheres negras empoderadas, é uma referência importante nas Ciências Sociais, dado o contexto em que foi produzido.

Ruth Landes em “A cidade das mulheres”, publicado em 1947, mostra através de uma pesquisa antropológica em terreiros de Candomblé em Salvador na década de 1930, o cotidiano de comando das mulheres do candomblé nestes espaços religiosos. Durante a pesquisa de campo, o trabalho de Landes foi contestado por subverter uma lógica de hegemonia da produção científica da época, ao dar o nome de “A cidade das mulheres” em um país e mundo dominado por homens, ela era rechaçada, por centralizar o seu trabalho na liderança de mulheres no Candomblé. Outro ponto que a autora observou foram as relações raciais, ela encontrou a chamada “democracia racial”, em sua concepção, não havia racismo na Brasil, já que as mulheres negras ocupavam locais de poder dentro do Candomblé, e por fim os motivos pelos quais sua pesquisa e suas escritas incomodavam era a presença da confrontação que fez entre os escritos canônicos sobre as mulheres do candomblé e o que ela encontrou na prática da religião de matriz africana.

⁹ Uma das entrevistadas de Zelinda Barros atesta que os alemães são os que guardam a “pureza” da raça branca e que todos no Brasil são miscigenados, misturados. (BARROS, 2003 p. 102)

Em outra perspectiva, Julio Braga apresenta em seu livro “Candomblé: a cidade das mulheres e dos homens” (2014), um precioso material de observação e participação no Candomblé na Bahia, fazendo algumas críticas importantes ao trabalho citado anteriormente, o autor busca apresentar também a importância dos homens no Candomblé, a exemplo dos babalaôs¹⁰ e dos ogãs¹¹, neste trabalho o autor destaca, principalmente, a trajetória de Martiniano Eliseu do Bonfim, babalaô e figura importante e que possui grande sabedoria e experiência em relação ao mundo do Candomblé, Braga conta neste livro que Martiniano viveu anos na Nigéria, apresentando-o da seguinte forma:

[...] foi defensor intransigente da tradição ancestral africana da qual era herdeiro e guardião. Em consonância com as observações de Ruth Landes era homem muito arredo e nutria o desejo de que o Candomblé permanecesse se não puro, pelo menos muito próximo dos padrões africanos de origem. Era descrente de que houvesse alguém capaz de ter conhecimento necessário para conduzir, com acerto, as tarefas religiosas que o Candomblé exige. Criticava todo mundo, não acreditava na competência de algumas ialorixás, a exemplo de Tia Massi, Menininha e tantas outras, às quais qualificava como extremamente jovens para o exercício sacerdotal. A única exceção era Aninha, por quem nutria amizade e predileção; inclusive após a morte desta em, 1938, parece que nunca mais frequentou terreiro algum. (BRAGA, 2014, p.186)

Martiniano, ainda segundo Julio Braga foi o responsável pela festa de entronização dos Obás de Xangô e também da escrita do texto “os ministros de Xangô” que foi publicado a primeira vez no jornal “O Estado da Bahia” em 1937 e posteriormente nos anais do II Congresso Afro brasileiro em 1940, no qual, foi apresentado por Edison Carneiro e que segundo Braga, sem referência direta a autoria de Martiniano. Utilizo do trabalho desenvolvido por Julio Braga para ilustrar o pensamento de que pesquisas históricas podem ser também ressignificadas e repensadas, quando se observa por outra perspectiva pode perceber que o Candomblé tem sim majoritariamente a participação de mulheres nos postos de comando e de sacerdote, porém, não podemos excluir a importante participação dos homens como babalorixás e outros cargos tão importantes quanto para a preservação da memória dos ritos e da cosmogonia que é o Candomblé.

Todo histórico de depreciação, de desvalorização dos povos que construíram o nosso país foram criados para manter as dominações e os status de poder, pensa-se que somente será valorizado alguém ou algo quando se deprecia aquilo e coloca-se outra pessoa ou outra coisa como mais importante e natural, é neste sentido que surgem os estereótipos que foram criados

¹⁰ Adivinho que se serve do Opelêlfá para o exercício divinatório (2014, p. 76).

¹¹ Ogãs são membros efetivos dos candomblés com direitos, deveres e prerrogativas religiosas, somente homens podem ser ogãs (2014, p.149).

há muito tempo a fim de manter relações de poder e dominação e até hoje são reforçados como modo de manter cada classe, cada “raça” em seu devido lugar onde não atrapalhe o interesse de quem comanda as ações políticas, econômicas e sociais.

A construção da desigualdade está em curso há muito tempo e somente com políticas públicas efetivas e com a participação desses grupos que foram invisibilizados e apagados da história é que conseguiremos um governo popular e democrático, onde todos tenham direitos e que a meritocracia, que se entende como predomínio em uma sociedade, organização, grupo, etc. daqueles que têm mais méritos (os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem dotados intelectualmente), seja desvelada, seja totalmente descaracterizada do que é hoje em dia, um mero discurso de que todos têm oportunidades iguais e somente quem se esforça consegue alcançar determinados objetivos. Isso é evidentemente uma falácia, pois, é sabido que nem todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades, nem os mesmo capitais sejam eles econômicos, culturais, simbólicos ou sociais, sabendo que o capital econômico é quem permite que se adquira os outros capitais e assim a inserção em espaços que possibilitarão a ascensão de determinado indivíduo.

2.1 EU VIM DE LÁ PEQUENININHO¹²

Após apresentar algumas reflexões importantes para a introdução deste trabalho deixei para o encerramento deste capítulo outro motivo importante que me faz iniciar apresentando o Recôncavo e as mulheres que neste chão lutaram e lutam contra a dominação, muitos de seus filhos migraram para outras regiões e hoje retornam, através de seus filhos, netos ou parentes. Eu também estou retornando, na figura de meu pai que ainda moço mudou-se para São Paulo saindo do interior do Ceará.

A colaboradora desta pesquisa, Matilde Ribeiro, que apresentarei com maior riqueza de detalhes nos próximos capítulos, nasceu no interior de São Paulo, filha de pai baiano Manuel Ribeiro Neto, que migrou ainda jovem para São Paulo, em meados da década de cinquenta com o desenvolvimento da indústria na região sudeste do Brasil, herdados da cultura cafeeira daquela região, e com o declínio dos ciclos econômicos, principalmente, do açúcar na região da Baía de Todos os Santos, onde mais tarde conheceu sua mãe, Joselina Roberto Ribeiro paulista, filha de pais migrantes do sertão de Minas Gerais.

¹² Música “Alguém me avisou”. Compositora: Dona Ivone Lara, ano: 1981, em: “A voz do morro” 1998. Gravadora: BMG/Warner music/Empresa Folha da Manhã S.A

Paulista e filha de pais imigrantes, os dois eram de família muito simples, a mãe era trabalhadora doméstica e o pai trabalhava como vigilante. Matilde depois de ter viajado por muitos países enquanto foi ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) de 2003 a 2008 no governo federal, levando e conhecendo histórias de países e propondo a união através de acordos governamentais, para combater a discriminação e a desigualdade social, estudiosa e pesquisadora das políticas públicas de igualdade racial, retorna em 2014 para viver em uma cidade histórica do Recôncavo da Bahia para exercer a docência após passar por concurso público.

É interessante a análise da paragem de Matilde Ribeiro no Recôncavo da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde, depois de ser ministra e de muitos anos de militância e de academia, depois de muito andar, conhecer muitas outras realidades, outros caminhos, outras migrações. Representando o Brasil para efetivação de acordos e parcerias, ela retorna para este local, este Recôncavo que a abraça e a acolhe, como um lugar de recomeço e de reconstrução da docência e da vida. Matilde é descendente de migrantes baianos e mineiros, nascida em São Paulo, conforme disse. Aqui ela [re]encontra seu lugar de origem, mesmo que não vivido fisicamente, mas que, carrega na vivência da relação com o pai, na experiência do pai, ouvidas através de suas narrações do lugar de origem que criaram nela, um imaginário do que seria essa Bahia através de uma construção que juntamente com outras informações que pôde receber, na escola ou nas ruas da cidade onde cresceu se formou e onde pôde se inserir na academia e na militância política.

Este território está ligado ao pai de Matilde, portanto ligado também a sua trajetória de vida, ao qual retoma no exercício das atividades de docência e de liderança, neste mesmo local histórico-familiar que Matilde é extremamente importante, e que é, além disso, a atual diretora do Campus ao qual estou vinculada. Aonde também pude conhecê-la e navegar nas águas da Baía de Todos os Santos, figuradamente, onde aprendo e cresço, com uma universidade que também está crescendo em uma relação mútua de apoio.

Aqui pude reconhecer e valorizar a cultura popular, as tradições familiares e as tradições orais passadas por muitas gerações as quais desconhecia anteriormente.

Ubiratan Castro (2011) em seu texto “A baía de todos os Santos, um sistema geo-histórico resistente”, nos apresenta a importância desta Baía juntamente com o território do Recôncavo para a consolidação do plano colonial e marítimo português quando fala:

[...] deveriam ser constituídas uma sociedade e uma economia capazes de, ao mesmo tempo, integrarem-se no império marítimo português e expandirem-se para o interior das terras americanas. Os elementos componentes deste sistema eram:

- a) uma cidade-fortaleza plantada na entrada da baía, sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas;
- b) uma rede de engenhos fortificados implantados em todo o recôncavo da baía e interligados por via aquática à cidade;
- c) um sistema de navegação interior capaz de interligar cada engenho à cabeça do sistema. (CASTRO, 2011, p.52)

Por isso, acredito ser inseparável a história do Recôncavo da Bahia e da Baía de Todos os Santos, além da ligação físico-territorial e/ou naturais, antes de tudo são parcerias culturais, identitárias, subjetivas e espirituais das pessoas que deram significado vivo, em uma relação de troca entre natureza, chão, passado, história, presente onde me banho de conhecimento e prazer de “começar” outra vida, cercada de lutas que aconteceram no passado e outras que continuam acontecendo cotidianamente, porque, como o autor nos lembra Kirimurê talvez não volte, mas a Baía de Todos os Santos pode renascer como um sistema geo-histórico no século XXI. (CASTRO, 2011. p. 65)

Traço esta linha histórica no tempo e ao relacionar com a trajetória de Matilde que, também me vejo, acredito na importância de saber de onde viemos para assim tentar visualizar onde queremos chegar, saber das lutas das mulheres negras e de nossas ancestrais é de fundamental importância para valorizarmos os espaços que temos acessos hoje em dia, como a universidade, por exemplo, e ter consciência que se hoje temos alguns direitos garantidos é porque muitas que vieram antes de nós, como nos lembra Jurema Werneck (2014) “nossos passos vêm de longe”, e devemos ter a sabedoria de continuar essas lutas e buscar que cada vez mais as próximas gerações tenham seus direitos garantidos e nossa história em comum seja valorizada e sempre reverenciada.

3 TRAJETÓRIA NARRADA EM TERCEIRA PESSOA

Não quero lhe falar das coisas que aprendi nos discos, quero lhe contar como eu vivi e tudo que aconteceu comigo, viver é melhor que sonhar!¹³

Figura 2 - Matilde Ribeiro



Fonte: Arquivo pessoal/ facebook. Fotografia: Valu Ribeiro, 2015.

¹³ Música “Como nossos pais” composição de Belchior gravada em 1976 no disco Alucinação. Gravadora PolyGram. Produção Marco Mazzola.

Como a proposta deste trabalho é refletir a partir da trajetória de vida de Matilde Ribeiro, optei por iniciar o texto com a apresentação do local de fala e do ponto de partida desta pesquisa, o local de saída dos pais e o local que ela esta agora, após apresentar o tempo-espaço de vivência da protagonista deste trabalho chega à hora de apresentá-la na totalidade que se apresentou a mim, ou pelo menos, tenta-se. Neste capítulo convido o leitor a se aproximar e conhecer alguns aspectos da trajetória de Matilde a partir de sua própria narrativa.

A ideia é que esta aproximação possa facilitar a reflexão a cerca de sua caminhada pelos campos da militância e da vida acadêmica e de como estes espaços podem contribuir para o processo de empoderamento não só do individuo em si, mas, de um grupo social.

Matilde é formada em Serviço Social e possui mestrado em Psicologia Social (1999) e doutorado em Serviço Social (2013). Antes, porém, que toda essa trajetória de luta e permanência dentro de espaços de poder e reconhecimento, diferentes dos espaços que são destinados às mulheres negras, pudesse ser contada, foi preciso caminhar muito, com os pés descalços e com muitos calos e feridas, nada foi fácil, foi preciso determinação, coragem e mais do que tudo saber onde se estava e onde se queria chegar.

Vamos começar do início de tudo: filha de Manuel Ribeiro Neto e Joselina Roberto Ribeiro, Matilde Ribeiro, mais conhecida como “Má” pelos próximos, tem cinquenta e seis anos de idade, nasceu em vinte e nove de julho de mil novecentos e sessenta, em Flórida Paulista, a mais de seiscentos quilômetros da capital Paulista. Onde viveu pouco tempo até mudar-se para uma cidade próxima chamada Adamantina, e depois se mudou para Osasco, região metropolitana de São Paulo, onde passou a infância e cresceu.

A circulação dos pais de Matilde, segundo ela, era em busca de empregos melhores para os dois e onde encontrassem melhores condições de vida para que pudessem criar as filhas. Em suas palavras:

E eu não vivi nessa cidade onde eu nasci (Flórida Paulista) meus pais mudaram de lá eu era bebê, eu fui criada até os oito anos numa cidade chamada Adamantina que fica perto de Dracena na alta paulista¹⁴, e com oito anos mais ou menos os meus pais se mudaram pra Osasco que foi onde eu cresci. Então minha identidade com relação à cidade é Osasco, mais do que os outros lugares onde eu passei parte da infância até vinte e poucos anos. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

¹⁴ A alta Paulista é uma antiga região ferroviária do estado de São Paulo, colonizada em maior escala na primeira metade do século XX, fica entre os rios Aguapeí e Rio do Peixe, por onde passa o tronco oeste da Companhia Paulista de estradas de ferro. Devido à expansão do plantio e produção do café houve grande desenvolvimento inicial e atualmente continua com grande produção agrícola. Cidades que fazem parte da Alta Paulista: Garça, Marília, Tupã, Parapuã, Rinópolis, Osvaldo Cruz, Inúbia Paulista, Lucélia, Adamantina, Pacaembu, Dracena e Panorama.

Têm cinco irmãs, com as quais compartilha vivências e afetos, três são filhas do casamento de seu pai e sua mãe e duas são irmãs do segundo casamento de seu pai: Maria Lúcia (Malu), Vera Lúcia (Valu), Luci, Elen e Eléia. Três das irmãs tem ensino superior completo, além de Matilde, Elen, Vera Lúcia e Maria Lúcia, formadas em Serviço Social, Educação Artística e Administração.

Figura 3 - Matilde e sua família em comemoração após defesa da tese



Fonte: Arquivo pessoal/ facebook. Fotografia: Luci Ribeiro, 2016.

A inserção na escola para Matilde foi aos oito anos de idade, pois, nasceu no meio do ano e há uma política de divisão das séries entre alunos que nasceram até junho e alunos que nasceram a partir de junho, também, além de ter saído de Adamantina junto com sua família com destino a Osasco, onde, viveu o final de sua infância e adolescência, até ingressar na universidade. Antes de falar sobre sua inserção na universidade, no entanto, vale abrir uma porta para olharmos para o início de seus estudos, com o intuito de observar através de sua fala se as questões de raça, gênero e classe já lhe inquietavam ou já lhe despertavam interesse através de suas vivências:

Eu como nasci no meio do ano eu comecei a estudar com quase oito né? Isso ainda no interior, garotinha, isso ainda em Osasco então eu **sempre estudei em escola pública** municipal, numa mesma escola em Osasco depois desse período de inserção

em Adamantina, então estudei primário, na época: primário, ginásio e colegial na mesma escola pública no bairro onde eu morava.(Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Sobre este aspecto, Matilde continua falando do que percebia em relação aos colegas e alunos da escola. Podemos inferir que para Matilde não era simbólico a relação de estudantes negros e brancos na escola em que estudava, como pode ser visto no trecho negritado da entrevista cedida por Matilde abaixo, nem a quantidade de alunos negros em comparação ao número de alunos brancos, percebe-se que o imaginário naquele período era que somente com o estudo primário, ou seja, fundamental era possível a inserção no mercado de trabalho e isso já era o bastante, pois, não diferente da atualidade a escola ainda é um local de privilégios e de poder, no qual percebemos que mesmo que inconsciente, Matilde, já subvertia a ordem dada de que mulheres teriam por “natureza” um local social de permanência, ou seja, o espaço privado da casa e dos cuidados domésticos, conforme podemos observar em suas palavras:

Embora fosse periférica na escola a quantidade de negros era menor que a de brancos, é...Não era na mesma proporção, não. Até porque não era muito comum na época depois que passava o ginásio as crianças, os adolescentes continuarem estudando. Naquela época com o ginásio já, já era um convite pra ir pro mercado de trabalho. Então eu fui parte dos que permaneceram, mas não era muito comum. Mas **não era muito perceptível essa questão racial pra mim e como parte de uma inserção política essa questão veio tomar corpo com a entrada na universidade**, assim, ser consciente. Antes eram vivências a partir do cotidiano do bairro, da família, eram **vivências negras**, mas, eu não tinha consciência disso, a consciência política veio depois validada pela leitura acadêmica. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

A afirmação de Matilde de que seu olhar na escola não era direcionado às questões de gêneros e raciais e só na universidade estas questões passam a ocupar o universo mais direto de suas preocupações e ações mostra o papel importante que sua estadia na Universidade teve no percurso feito por ela no rompimento dos lugares sociais estabelecidos historicamente para as mulheres negras e pobres dos grandes centros urbanos, como poderemos ver mais adiante, quando falaremos sobre a inserção no ensino superior e a inserção na militância política e nos movimentos sociais, nos quais aumentou seu referencial de luta e conscientização.

Matilde perdeu a mãe ainda muito jovem, aos quinze anos de idade, quando, em suas palavras virou *irmãe* o que seria a junção de irmã e mãe, cuidando das irmãs mais novas, tal questão é abordada no livro produto da tese de doutoramento da antropóloga Ana Claudia Lemos Pacheco, “Mulher Negra: Afetividade e Solidão”, no qual através de entrevistas com grupo de mulheres ativistas e não ativistas de movimentos sociais e políticos ela discorre sobre a trajetória social e afetiva dessas mulheres associando possíveis escolhas afetivas a de

marcadores sociais como raça, classe, gênero, geração, escolaridade, dentre outros. Nele, ela faz uma passagem importante sobre a função que as irmãs mais velhas desempenham no cuidado com as irmãs e irmãos mais novos:

Não se pode desmerecer o papel que a filha mais velha tem na socialização dos membros mais jovens. Esta, na maioria das vezes, cumpre a função de segunda mãe ou ‘mãe pequena’, análoga à função de Makota dentro do terreiro de candomblé, isto é, zela pela casa e pelos irmãos, auxiliando a mãe maior (PACHECO, 2013. p.167)

Ao perguntar sobre marcas ou lembranças da infância, o que poderia me contar sobre sua infância e adolescência, algo que a tenha marcado, Matilde fala sobre a perda da mãe, que narra saudosa e com uma emoção evidente. O que fez com que me passasse essa emoção em particular, o que longe da minha história esse caso de maturidade forçada, mas, perdi meu pai ainda criança em decorrência de um acidente de trânsito, quando eu tinha apenas seis anos de idade, o que para mim foi menos desestabilizador devido a presença de uma família muito grande e com muitas pessoas compartilhando suas vivências, o que me fazia sentir sempre abrigada e abraçada. De certa forma, isso também ocorreu com a família de Matilde, que mesmo, nuclear, que se entende por pai, mãe e filhas, neste caso, foi sempre presente o companheirismo entre as irmãs, talvez por dividir momentos difíceis, talvez por compartilhar da sororidade, são hipóteses. Matilde conta sobre o momento da morte da mãe e sobre o pós-morte, como foi recomeçar? Quais as mudanças?

E na adolescência a morte da mãe marca muito, a partir daí uma mudança radical, né?! **Num dia eu era adolescente no outro dia eu era a comandante da casa**, né, então foi uma mudança muito radical, mas eu me lembro assim de muita leveza também, de muita alegria. O convívio familiar sempre foi um convívio nutrique assim, e na minha família a gente não tinha marcas de violência, de intrigas, era um convívio bastante solidário, fraterno. São marcas. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

No caso de Matilde, ela não era supervisionada nem auxiliava a mãe maior, ela, juntamente com a irmã mais velha, cuidou da casa e ajudou na criação das irmãs com o pai, principalmente após o falecimento da mãe. Quando Pacheco associa a criação das irmãs mais novas pelas mais velhas, ligando ao cargo de makota na religião de matriz africana de tradição Bantu da Nação Angola¹⁵, ela mostra conhecimento e um lugar de fala, ou seja, local de praticante e iniciada na religião, já Matilde quando é perguntada sobre religião diz que:

¹⁵ No Nzo (terreiro) a Kota ou Makota são chamadas de Mametu (mãe) e devem ter total respeito. A importância de uma Kota é tanta que ela acompanha o Nkisi (deuses e deusas) na sala e dançam juntos, principalmente

Olha, eu diria que se for pra identificar mesmo eu sou mais próxima do Candomblé do que de qualquer outra, né? No Candomblé eu tenho, tenho uma proximidade que é de uma fé, uma fé que não é de ser praticante cotidiana, eu tive algumas inserções, mas não é uma religião que eu pratique cotidianamente embora eu tenha mais afinidade que as outras. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Ainda falando sobre a origem dos pais, descrita previamente no capítulo anterior, seu pai, Manuel Ribeiro Neto, ainda jovem saiu do interior da Bahia para viver em São Paulo, como muitos imigrantes nas décadas de 1960 e 1970, ele foi em busca de trabalho e melhores condições de vida, sua mãe, Joselina Roberto Ribeiro, nascida em São Paulo, filha de pais mineiros, que também migraram para a então capital industrial do país que deslanchava e gerava muitos empregos e renda.

Cristiane Souza, antropóloga e professora, em sua tese “Trajetória de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana”¹⁶ (2013) faz uma importante etnografia da trajetória de migrantes que saíram do *interior* do estado da Bahia em direção à cidade de Salvador, no território do Subúrbio Ferroviário, com o recorte de tempo de quarenta anos (1940-1980). No decorrer do trabalho ela utiliza o conceito de migração com eixo norteador entre as discussões que estabelece. No esforço de identificar como a trajetória e as experiências dos migrantes atravessam os condicionamentos identitários específicos destes sujeitos, bem como, dos filhos dos migrantes nascidos na capital baiana. Também é apresentada a relação que estes migrantes e seus descendentes estabelecem entre as cidades “natais” localizadas no *interior* do estado e Salvador, identificado como trânsitos familiares. Uma importante noção abordada é sobre o trabalho coletivo dos migrantes, observando as estratégias de inserção e permanência destas pessoas na cidade e, por fim, são identificadas as possibilidades de atuação dos sujeitos perpassados por demarcadores de raça, classe e de gênero e as táticas de subverter as desigualdades postas. Lembrando que não está no objetivo deste trabalho promover uma reflexão mais acentuada sobre o conceito de migração e seus efeitos, mas sim, apresentar como este fenômeno é recorrente entre as famílias do Norte e Nordeste que migraram para o Sul e Sudeste do país. Esta experiência perpassa a vida de Matilde e esse deslocamento dos pais, gerou marcas em sua trajetória.

Está no imaginário social o pensamento que se viajar, mudar para outros estados principalmente pro sudeste do país irá fazer com que a vida seja melhor, que irá ser bem sucedido, irá conseguir ascensão social. O que é uma construção social, já que se percebe em

quando o Nkisi do Tata (pai) ou Mametu está presente, este cargo é de grande importância no Candomblé Angola. Informação retirada do site: <https://paimutalengunzo.blogspot.com.br/>

¹⁶ A tese pode ser acessada através do seguinte link: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000919776>

muitas narrativas, de imigrantes que retornam aos seus locais de nascimento, discutida no referido trabalho como “migração de retorno” ou mesmo enfrentam situações de extrema dificuldade financeira e de preconceito nesses locais. Devido ao processo de industrialização no sudeste a migração foi muito forte, principalmente de moradores dos estados das regiões do Norte e do Nordeste do Brasil.

Essa ideia presente no imaginário nacional é o que vemos até recentemente acontecer, muitas pessoas migram para o sul e sudeste do Brasil em busca de emprego e melhores condições de vida, no qual, muitas vezes não obtém êxito e passam por diversas dificuldades, geradas, pela desigualdade social que vemos no nosso país. Porém, a despeito de ainda haver este fluxo, as pesquisas acadêmicas e os levantamentos censitários nos últimos anos têm indicado um processo de retorno. O sentido do fluxo se alterou com o retorno destas pessoas para suas cidades natais, bem como as gerações de filhos e netos que retornaram para a terra de seus pais e avós.

Ao tratar da origem dos pais, Matilde nos conta a realidade deles e da formação escolar:

Meus pais, meu pai era baiano, foi pra São Paulo ainda adolescente, lá com vinte e poucos anos se casou com a minha mãe que era paulista, filha de uma família mineira. Não são mais vivos, minha mãe quando morreu eu tinha quinze anos e meu pai quando faleceu eu já tinha mais de trinta, **eles eram pessoas muito simples**, é minha mãe era analfabeta e o meu pai nós chamamos hoje de analfabeto funcional¹⁷, sabia ler e escrever. Minha mãe trabalhadora doméstica e o meu pai vigilante, guarda noturno, e a vida toda os dois trabalharam **e nós começamos a exercer o cuidado das irmãs mais novas, cuidado da casa, desde muito cedo.** (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Na linha das reflexões feitas por Ana Claudia Pacheco (2013), em várias partes do livro cita as semelhanças entre as entrevistadas, mulheres negras, em relação à origem humilde e pobre, o trabalho no campo. Além disso, em relação às mães dessas entrevistadas havia semelhanças, o trabalho doméstico e aos homens, empregos braçais que demandavam muita força. No caso de Matilde não é diferente, a **mãe era trabalhadora doméstica e o pai era guarda noturno**, o que se assemelha às interlocutoras do trabalho sobre afetividade e solidão das/para as mulheres negras, é o trabalho que inicia de forma precoce, ou seja, elas como potencial fonte de renda para complementar a renda dos pais e da casa começam a

¹⁷Termo que se refere ao tipo de instrução em que a pessoa sabe ler e escrever, mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair sentido das palavras nem colocar ideias no papel por meio do sistema de escrita, como acontece com quem realmente foi alfabetizado. Referência: <http://www.educabrasil.com.br/>

trabalhar com empregos informais, muitas vezes ainda adolescentes. Desde cedo, portanto, já conhecem a dupla jornada de trabalho, ou seja, trabalham em casa com os afazeres domésticos e também em empregos fora de casa, muitas vezes esses primeiros empregos desempenhados eram precários, para não dizer, exploratórios.

Antes de falar sobre o primeiro emprego e como iniciou no mercado de trabalho, Matilde me fala sobre como era a situação financeira dos pais, visto que os dois trabalhavam e que o essencial era se alimentar sendo que a renda que o trabalho gerava era pra suprir os gastos com a alimentação, o que fez com que conforme crescesse sentisse a necessidade de se inserir no mercado de trabalho, mesmo que sem registro, para compartilhar e repartir os gastos e suprir suas necessidades básicas.

Na minha casa, o meu pai sempre dizia que é... Prezava por comer, era uma lógica de **trabalhar pra ter o básico**, então não foi uma infância, foi uma infância com privações, mas dentro de uma pobreza que era de uma forma compartilhada do modo que a gente ia crescendo e ia ajudando nas despesas da casa e desenvolvendo como subsistência, naquela época era aquela lógica de que **nunca faltava comida e o resto à gente se virava**. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Quando precisou ajudar nas despesas de casa e entrar no mercado de trabalho, Matilde nos explica como foi esse momento, relacionando com todo o determinismo social que é destinado às mulheres negras, o que não é diferente de outras trajetórias de vida que vemos, as quais, o primeiro emprego é aquele que os pais arranjam, ou, que algum vizinho próximo nos indica, assim, Matilde explica que o primeiro emprego foi no âmbito do trabalho doméstico, e cuidando de outras crianças, mesmo sendo criança também e conforme foi crescendo os trabalhos foram sendo fora do ambiente doméstico e ficando cada vez mais longe de casa, como ela mesma explica nesta passagem:

O primeiro emprego pra quem é pobre e mora na periferia é sempre, e mulher, é sempre vinculado ao **trabalho doméstico**, ao cuidar de uma criança cuidando de outra ou você vai ajudar a vizinha por uns trocadinho. **O emprego doméstico foi a primeira inserção**, depois foi passando pras ações em comércio local, comércio em bairro, trabalhando no mercadinho do bairro, na vendinha do bairro. **Primeiro emprego com carteira registrada eu tive com quatorze anos** e foi numa, foi como metalúrgica, aí já distante de casa, já tinha o trem pra pegar. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Após a inserção no mercado de trabalho, o falecimento da mãe e o aumento das responsabilidades, com a casa, as irmãs, e a própria vida, Matilde concluiu os estudos no

chamado colegial da época e rapidamente quis entrar na universidade e cursar a educação superior.

Matilde conta nas entrevistas que o desejo de ingressar na universidade veio da insatisfação com o pensamento predominante na época de que apenas com o diploma do colegiado era possível ingressar no mercado de trabalho e que não era preciso, ou mesmo, não estava dado para a vida de uma mulher, principalmente, a inserção de espaço tão importante quanto o da universidade. Ela conta como foi persistente e mesmo com o pouco apoio que recebeu, trabalhou para pagar as mensalidades e assim conseguiu o seu diploma de Assistente social.

Em uma das entrevistas ela conta que o pai não percebia a importância de se estudar na faculdade, que pra ele assim como no imaginário coletivo, ela, enquanto mulher, já tinha se dedicado demais aos estudos, quando, decidiu continuar até o chamado hoje ensino médio. Na fala de Matilde, no entanto, a desejo de ingressar na universidade foi uma escolha muito consciente e que ela tinha o profundo desejo de continuar e concluir a universidade. Em suas palavras dedicatórias na sua dissertação de mestrado ela fala sobre esse aspecto da participação da família nas suas escolhas acadêmicas, bem como, dos temas que lhe tocavam a ponto de serem escolhidos para serem trabalhados e refletidos na prática acadêmica. Ao falar de sua relação com o pai e a escolha em seguir os estudos ela escreve:

Ainda adolescente, meu pai, em sua humildade, perguntou-me para que tanto sacrifício para estudar, se um dia ia me casar e ser dona de casa. Sem saber ao certo o que respondia, disse a ele que queria **ser uma mulher independente**. Creio que nós dois pudemos entender, pela vida a fora, o que isso significava (RIBEIRO, 1999, p. 07)

A sua consciência sobre a área que queria seguir profissionalmente foi importante na escolha do curso que iria fazer, pois, entendia no fundo que gostaria e teria facilidade em se relacionar com pessoas, o que gostava e gosta muito de fazer. Ao perguntar sobre o desejo e o momento em que decidiu cursar o ensino superior, Matilde fala das responsabilidades, e de como foi conciliar estudos e trabalho, já que ela pagava as mensalidades do curso sozinha e como todo trabalhador, durante o dia trabalhava e a noite ia pra universidade:

Eu entrei na universidade com dezenove pra vinte anos, eu fiquei só um ano parada entre terminar o que se chamava colegial na época e a entrada na universidade. É, **foi uma busca, eu queria. Não tinha muita noção do quê.** A princípio era psicologia a escolha, mas, psicologia era, sobretudo, uma escolha por querer conviver com pessoas, mas, não era possível psicologia na época porque o curso era diurno, ou integral. Não tinha psicologia noturno e **eu não podia deixar de**

trabalhar, eu acho que por aproximação alguém deve ter me dito, não lembro quem, mas ter me dito que psicologia e serviço social tinham relações e foi assim que se chegou a serviço social o que era mais adequado para aquele meu momento de vida, né? De **conciliar trabalho e estudo**. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

O relato acima mostra que era preciso conciliar estudo e trabalho e isso considerando que no início dos anos oitenta as discussões sobre cotas e políticas estudantis eram escassas, de acordo com o relato de Matilde, e que os movimentos sociais começavam a ganhar força e visibilidade, principalmente nas universidades, ou seja, Matilde não teve bolsa que pudesse ajudar no custeio das mensalidades na universidade, a PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. Assim os três anos de curso foram feitos a custo de muito trabalho e pouco lazer, o dia inteiro fora de casa, e os finais de semana eram dedicados aos estudos e ao descanso, ainda perguntada sobre o apoio da família, a motivação neste momento, ela fala sobre a reação do pai, já que a mãe era falecida, e a reação de sua família, visto que ela era a primeira a entrar na universidade ressaltando a importância da universidade para ela, o quanto aquilo a fazia querer continuar.

Eu **fui a primeira da família a entrar numa universidade**, hoje em dia não dá mais pra contar no dedo, são muitos, mas eu fui a primeira. O meu pai não entendia muito, assim, não era prioridade pra ele a universidade. Eu já sabia ler e escrever, né, então no começo não contava muito com ele, depois sim, depois que ele viu que eu me graduei, que eu continuei estudando, foi vendo o caminho que eu fui seguindo, aí ele passou a valorizar. Mas no começo não tinha entendimento, mas também não tinha estímulo, agora também pros jovens da época a universidade não era o valor principal, mas eu era meio obstinada, eu queria! Pra mim tinha valor, muito mais valor a universidade do que a escolha pelo casamento precoce, pela lógica de “ah, tá bom assim, vai ser assim”. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Gostaria de fazer algumas considerações a respeito do período negrito na citação anterior, na qual, Matilde conta que é a primeira pessoa da família a ingressar em uma universidade. Isso é uma realidade presente na vida de muitas mulheres, eu também sou a primeira da minha família a estar cursando o ensino superior e em uma universidade pública. Conheço outras muitas mulheres que são as primeiras mulheres de uma família extensa a estar em uma universidade, isso é diagnóstico para pensarmos o lugar que as mulheres estiveram em muito tempo, e qual elas ocupam, ou tentam, no avançar dos anos. Faz pensar, também, que educação é poder, então, no projeto segregacionista das sociedades pós-coloniais, a educação é pensada para criar analfabetos funcionais que correspondam a um pseudoprojeto de modernidade dos países, a educação efetiva é perigosa para os que dominam as sociedades.

É perceptível que ainda as profissões são designadas pelo gênero, ou seja, existem profissões para homens e para mulheres, é claro, pela construção social que foi deixando para as mulheres as atividades de cuidado, que exigiam sensibilidade e emoção. Aos homens as profissões são as que pedem racionalidade, força física e liderança. Mais um sinal da estrutura machista a qual estamos submetidas é a dos empecilhos que as mulheres recebem, devido a tantas outras atividades e demandas, em permanecer em cursos superiores para seguir na profissão que realmente desejam.

A inserção na universidade pôde nos abrir inúmeras portas e permitir adentrar num universo mais amplo de opções, conhecer uma diversidade de temas e de questões que antes de realizar leituras e reflexões não conseguíamos problematizar, podendo desta forma lapidar questões que não tínhamos ferramentas teóricas para criar e auxiliar nossos argumentos. Assim sendo, quando questionada sobre a percepção e o que compreendeu na universidade em relação à participação das mulheres e dos negros, Matilde conta que estas questões foram sendo amadurecidas no decorrer do tempo em que estudava na universidade e pôde se aprofundar nos estudos de gênero que era o que lhe inquietava naquele momento devido ao grande número de mulheres que faziam o mesmo curso, **em serviço social nós somos muitas mulheres é uma profissão eminentemente feminina.**

O olhar, no entanto, não era ainda definido quanto às questões de raça, ou seja, pra ela isso não era um foco de análise ou observação naquele momento de inserção no mundo universitário, o que, como ela apresenta, foi se modificando de acordo com as pesquisas, leituras e temas que estudava e com a força dos movimentos sociais, principalmente de mulheres negras, que ela enxergava como personagens novos em sua construção, aquela forma de sujeito político surgia e ganhava forma a partir de sua formação no ensino superior. Ela mesma conta a sua inserção e a sua percepção sobre as questões de raça e gênero:

No começo, quando eu entrei, eu não tinha essa questão definida eu não tinha o olhar próprio voltado pra essa questão. Então em serviço social nós somos muitas mulheres, é uma profissão eminentemente feminina, então **chamava mais a questão de gênero do que de raça**, mas, não tinha muito como não ir aguçando essa percepção, né? Considerando que as leituras, o universo teórico trazia essas questões ainda que meio invisibilizadas nesse guarda-chuva classe social, mas, traziam e conforme eu fui me envolvendo nessa seara de mulheres, do serviço social, de gênero, de trato teórico, eu fui me aproximando de pessoas que estudavam esses temas e **foi surgindo pra mim à personagem mulher negra**. No final dos anos oitenta houve forte mobilização das mulheres negras, e **o primeiro encontro nacional de mulheres negras foi em oitenta e oito**, então, esse, essa passagem pela universidade me fez ir conhecendo muitas pessoas e ao conhecer as pessoas eu fui me vinculando a **trajetórias parecidas com a minha** e isso buscando pra ação de contestação a discriminação e no apoio então a esses encontros trabalhando na construção desses encontros. **Nessas ações coletivas** fomos nos tornando eu e

algumas que vieram dessa, dessa verdade **fomos nos tornando referência pra essa forma de organização é aí que solidifica a mulher negra como personagem, como sujeito.** (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

É a partir de sua formação no final dos anos oitenta, que ela passa a militar em diferentes frentes. Matilde se filia ao partido dos trabalhadores (PT), passa a participar de reuniões do movimento feminista e movimento negro e da organização de mulheres do PT e depois de um tempo ela passa a integrar a frente na construção de seminários, eventos de base e de organização. As experiências obtidas durante a sua formação como assistente social a leva a se posicionar e obter a consciência do seu pertencimento na sociedade como mulher negra. Em seu trabalho de mestrado, formada na mesma universidade de sua graduação a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulado “Gênero e raça no processo do orçamento participativo: Santo André, 1997-1998” ela apresenta a forma como inicia a participação no movimento de mulheres, mostrando a sua própria experiência e qual é o seu lugar de fala, bem como, do seu desejo de escrever sobre aquele tema, o qual ela é pertencente:

A partir do final dos anos 80, a participação em movimentos feministas e negros, além de variada experiência profissional em ONGs- Organizações não governamentais- e, mais recentemente, a atuação em órgãos públicos trouxeram-me a oportunidade de desenvolver reflexões quanto à incorporação das dimensões de gênero e raça em políticas públicas. (RIBEIRO, 1999 p. 10)

Nesta fase da produção da dissertação de mestrado Matilde já trabalhava há muito tempo em serviços públicos e consultorias em organizações não governamentais onde prestava assessoria a projetos relacionados a gênero e raça¹⁸ e com a educação política. Trabalhou algum tempo na SOF (Sempre Viva Organização Feminista)¹⁹, fez parte do grupo fundador da Organização Soweto em São Paulo²⁰, e participou ativamente de projetos no Instituto Cajamar.²¹

No serviço público municipal atuou nas prefeituras de Osasco, São Paulo e Santo André, este último deu como fruto a sua dissertação de mestrado, citada acima, também

¹⁸ Desenvolveu atividades de assessoria a projetos de mulheres e relações de gênero no âmbito da administração pública nas prefeituras de Angra dos Reis, Piracicaba e Santo André.

¹⁹ Trabalhou na SOF de 1987 a 1995 integrando a equipe técnica, em que, realizava capacitação e sensibilização política em mulheres nos processos organizativos, principalmente na Zona Leste de São Paulo, discutindo temas relativos a gênero, direitos reprodutivos e sexuais.

²⁰ Na organização Soweto atuou entre os anos de 1991 a 1994 trabalhando junto a adolescentes e mulheres negras na região de Itaquera-SP com as seguintes temáticas: identidade racial, gênero, sexualidade, direitos reprodutivos, e violências raciais e sexistas.

²¹ Atuou no Instituto Cajamar de 1995 a 1996, sendo coordenadora do projeto: “Relações Sociais de Gênero”, desenvolvendo atividades de formação política no âmbito nacional.

trabalhou no Sindicato de metalúrgicos do ABC e no Centro de Estudos sobre o Trabalho e Desigualdades (CEERT). Matilde em uma das entrevistas nos contou sobre os trabalhos que exerceu depois de sua formação no ensino superior e durante o mestrado, a vida profissional de Matilde nesse momento foi bastante agitada, pois estava envolvida com muitos projetos de sensibilização e apoio a organização de mulheres, como segue:

Eu trabalhei em vários lugares nesse período, mas sempre nessa praça entre gênero, raça e classe. Eu trabalhei em ONGs, a primeira que eu trabalhei durante muito tempo foi uma ONG feminista depois trabalhei no campo da formação política e do poder público, então da ONG pra gestão pública e nesse período então foi mais o processo prático, a atuação junto aos grupos como educadora popular. O trabalho junto com as mulheres na organização do cotidiano político delas, seja no bairro, nas instituições em torno de onde essas mulheres moravam, movimentos sociais. Foi um trabalho impulsionador pra compreensão das políticas públicas e depois então do mestrado, aí consolida mais essa inserção como gestora pública, com mais gente nas políticas públicas. (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

Ainda na apresentação de sua dissertação Matilde escreve sobre a questão norteadora e que a afligiu na construção do trabalho do mestrado, “intrigou-me a escassa participação de negros nesse processo, assim como a relativa invisibilidade das mulheres”, que como ela diz estavam presentes nas reuniões deliberativas, porém, pouquíssimas de suas especificidades eram atendidas e discutidas. Isto fez com que Matilde reunisse cerca de 20 conselheiras da cidade de Santo André para discutir sobre as relações de raça, gênero e classe no âmbito do orçamento participativo desses segmentos nas escolhas e deliberações econômicas do município.

Na introdução do trabalho ela escreve sobre a motivação em escolher aquele tema e no que ele lhe tocava, ela apresenta o seu lugar de pertencimento na decisão de escrita de uma dissertação de mestrado. Neste âmbito, a sua escolha por uma especialização em Psicologia Social vem de um desejo antigo que não fora possível na graduação quando escolheu entre o curso de Psicologia, que era integral ou diurno, e o de Assistente Social, que era noturno, o qual foi possível devido a sua situação de trabalhadora. A motivação da escolha da pesquisa vem de sua inserção, após a graduação, na militância e no mercado de trabalho, o que fica visível que nossas escolhas são advindas de nossas experiências sociais e de relação com o meio que vivemos, Matilde explica que:

Em minha trajetória negra e feminina, vivi os processos de descoberta da **dor e delícia de ser negra e mulher**, numa sociedade onde ambas foram historicamente tornadas invisíveis; e, aos poucos, **fui percebendo que partilhava de condições e descobertas com toda uma coletividade.** O tempo que cursei a graduação coincidiu

com o período da sociedade brasileira onde os movimentos sociais pós-ditadura emergiam e se constituíam em caixa de ressonância dos anseios populares por democracia e justiça social. Isso despertou um forte interesse pela participação política e, especialmente, uma aproximação com os movimentos que representavam, para além das formulações críticas ao capitalismo, o combate à vigência do racismo e do machismo, fortemente imbricados na opressão de classe. Foi assim que me tornei militante tendo como foco a luta feminista e anti-racista. (RIBEIRO, 1999 p. 10)

Após a conclusão do mestrado, Matilde continua realizando trabalhos com educação política e popular, atuando nos movimentos sociais e no Partido dos Trabalhadores e exerce a função de docente em algumas faculdades privadas. No ano de 2002, inicia os trabalhos juntamente com o (PT) na campanha presidencial do então candidato Luis Inácio Lula da Silva, convidada pela direção da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, ela começa a apoiar e organizar as ações de sensibilização e conscientização da população nas cinco regiões do país com seminários e um seminário nacional no qual surgem subsídios para criação do programa “Brasil sem racismo”, com a organização e construção de documentos para a existência da SEPPIR (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial).

Para Matilde, como fala em algumas entrevistas, a construção da SEPPIR (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) foi um fruto de seu trabalho e do trabalho coletivo, que já era uma demanda do movimento negro, das lutas históricas deste movimento que sem representação nos espaços de poder, não tinham suas demandas atendidas, nem suas especificidades consideradas.

Abordarei esta questão de maneira mais específica no próximo capítulo, no qual, discutirei sobre a sua entrada e permanência na militância e na universidade e de como essa relação pode ser empoderadora para a construção da mulher enquanto sujeito político e ativo em nossa sociedade. Por agora podemos continuar a traçar a trajetória de vida de Matilde.

Aconteceu que, após as eleições o Presidente Lula foi eleito e a escolheu para assumir o cargo de Ministra da SEPPIR, assim sendo, Matilde permaneceu de 2003 a 2008 como ministra chefe da pasta de Igualdade Racial. Neste período, pôde realizar muitos trabalhos importantes para a efetivação do projeto “Brasil sem Racismo” e para a concretização de uma série de políticas públicas no combate ao racismo, na regulamentação de terras quilombolas e na articulação com diversos movimentos sociais para a construção conjunta de leis e ações para efetivação do combate ao racismo e a intolerância religiosa.

As principais situações que a marcaram e como era o trabalho que desenvolvia no ministério, como ela diz, era intenso e exigia circula por todo o país, visto que, o Brasil tem proporções continentais, ela realizava trabalho dinâmico, visitava vários Estados do Brasil e

sempre participando de eventos e convenções sobre aplicação e criação de leis para combater as violências raciais, nesta passagem ela conta:

Foi extremamente envolvente (trabalhar com quilombos) e foi a prioridade naquele momento, mas, também trabalho na área da saúde na área da educação, todo debate sobre cotas nas universidades e a implementação da Lei 10.639/03²², a relação com os movimentos sociais com diversos setores do movimento social a partir do movimento negro e a relação com as formas organizativas vinculadas a essa questão. **Tudo extremamente novo e também uma dimensão nacional** então, a relação com os estados com os municípios uma agenda muito intensa de trabalho. (Entrevista realizada em 20 de junho de 2016)

Após sua atuação durante quase cinco anos à frente do Ministério da Igualdade Racial, Matilde se afastou e retomou a sua atuação na academia. Devido ao tempo que exerceu a função de ministra, no entanto, ela não pôde continuar de forma recorrente a produção de pesquisas, de trabalhos, como havia fazendo, assim sendo, ela retomou os estudos na formação de doutorado entre 2008 e 2013. Curso que realizou na mesma universidade em que se graduou assistente social e realizou seu mestrado em Psicologia Social, no doutoramento, Matilde retomou o programa de Pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica em São Paulo, com a tese intitulada: “A institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil no período de 1986 a 2010”.

Neste trabalho evidencia a vasta experiência que adquiriu durante sua atuação como ministra do governo federal e das relações que estabeleceu com diversos movimentos sociais e de organizações não governamentais até a relação institucional com outros ministérios do governo federal, relacionando as políticas de igualdade racial com os estados e municípios brasileiros.

Nesse momento retoma as atividades da academia, de produção científica e como liderança à frente de movimentos sociais e quando finaliza em 2013 o doutorado, lança o livro produto da tese chamado: “Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil 1986-2010”, publicado pela editora Garamond em 2014 e começa a fazer lançamento do livro em diversas cidades do país.

E agora, após percorrer por algumas das linhas que trançam a vida desta mulher negra do interior de São Paulo, que ultrapassar os limites de um projeto social orquestrado por uma sociedade segregadora e excludente, nos encontramos com ela na Unilab (Universidade da

²²Lei federal de 2003 que institui “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” assinada pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira²³). Matilde fala sobre as atividades que desenvolveu após a sua saída do ministério e como foi a decisão de voltar a docência, de se estabelecer na Bahia. Ela nos contou que foi uma decisão pensada e avaliada, visto que, ela teria que sair de São Paulo para se mudar completamente para a cidade de São Francisco do Conde onde a Unilab está instalada no estado da Bahia. Sua sede administrativa, no entanto, está na cidade de Redenção no estado do Ceará, ela diz:

Uma mudança drástica, a decisão de prestar concurso, de estar aqui na Unilab, ela foi mista, **combinou a necessidade de produção de conhecimento, de reflexão, mas, também, a necessidade de trabalho.** A Unilab naquele momento se mostrou como uma boa **alternativa pra vida e eu escolhi** a Bahia, segue sendo ainda a Unilab um grande desafio. (Entrevista realizada em 20 de junho de 2016)

Sabemos que nossas decisões permeiam a nossa subjetividade, uma vez que essa é advinda de nossas experiências cotidianas, não poderia ser diferente quando Matilde escolhe esta universidade que já construía desde sua atuação no ministério. A Unilab foi criada em 2010, mas, desde muito antes já se pleiteava e se construía os parâmetros para a efetivação desse projeto que ela, enquanto ministra, também participou da construção do projeto, o qual classifica como desafiador. Em suas palavras ela nos conta sobre suas percepções acerca do projeto da Unilab e o que ela acredita que deve ser o papel dessa integração assinada no nome da universidade:

Então, eu **considero o projeto da Unilab desafiante**, a África é um continente com cinquenta e tantos países e a relação com a Língua portuguesa eu acho um processo importante que contribui pra recuperação da história do Brasil, o Brasil na relação com esses países e o desafiante de tudo é manter essa cooperação e manter em uma linha de que ela seja pro ativa que ela traga resultados, desenvolvimentos, lado a lado, essa é a grande questão. (Entrevista realizada em 20 de junho de 2016)

A partir do próximo capítulo iremos visualizar o que representa na trajetória de vida de Matilde ser uma mulher negra que subverteu um espaço social que era naturalizado e através da militância e da academia conseguiu galgar visibilidade pelo seu trabalho em espaços de poder, destinados majoritariamente a homens brancos. Também poderemos reavaliar a trajetória acadêmica e como a inserção em espaços de educação são importantes para a ascensão econômica e social, principalmente de mulheres negras.

²³ AUNILAB criada em 2010, possui sede administrativa em Redenção- CE situada na região do Maciço do Baturité e possui um campus interestadual, localizado na cidade de São Francisco do Conde na Bahia. O projeto de criação da universidade preza pela integração entre países com a Língua oficial Portuguesa do continente africano, foi pensada a partir das relações dos países localizados no Sul do globo.

Visto a trajetória de vida de Matilde neste primeiro momento, podemos perceber que filha de pais trabalhadores, que tinham como prioridade a alimentação da família, ela viveu muitas privações quando se fala em dinheiro, ou seja, sempre estudou em escola pública e quando entrou na universidade, passou ela toda trabalhando e dividindo sua renda entre as mensalidades do curso e o apoio nas contas de casa. Mesmo assim, ela conseguiu concluir a graduação e fez o mestrado, e depois de passar pelo Ministério da Igualdade Racial, ela retornou à academia e concluiu o doutorado, sempre trabalhando com políticas públicas para as mulheres, negros e as mulheres negras. Matilde agora vive um momento de expectadora do processo como ela mesma conta, vive um momento “de molho” no qual assiste às mobilizações nacionais nos vários segmentos, atrás de uma mesa da diretoria do Campus dos Malês, na Bahia.

Matilde é símbolo de luta das mulheres negras, a escolha deste trabalho não é aleatória já que sua trajetória é marca de afirmação e impulso para a atuação de outras mulheres em campos tão disputados e desiguais quanto o da academia e da militância, os espaços de poder e de representação são ainda marcados, digo novamente, por heranças coloniais que ainda tentam colocar nestes corpos estigmas de subalternização a fim de manter o estado hegemônico de nossa cultura colonialista.

Hoje ela se divide entre dar aulas, é diretora do Campus da UNILAB em São Francisco do Conde na Bahia, eleita por maioria de votos. Milita com sua trajetória de vida, com a sua disposição em continuar no combate ao racismo e as violências contra a mulher, Matilde tem uma vida de luta, que não foi fácil e que hoje muitas mulheres a reverenciam afirmando sua trajetória como referência de luta e trabalho, que é o principal motivo que desenvolve este trabalho, ou seja, narrando sua vida através de suas próprias falas, para dar a ela a possibilidade de uma narração em primeira pessoa, essa fala é muitas vezes negada, muitas vezes silenciada, mas, que hoje, pelo menos, sentarmos ao pé do Baobá de sabedoria e aprendemos mais.

Neste capítulo pretendo apresentar mais sistematicamente a presença de Matilde Ribeiro na militância política e na academia. Como foi visto no capítulo anterior Matilde participou da militância do Partido dos Trabalhadores (PT) e em frentes feministas negras que é o seu local de atuação. Espero, portanto, relacionar a academia e a militância política na trajetória de vida de Matilde e como esses espaços foram importantes para a construção política dela e como pôde e pode ser, também, pra outras mulheres.

Como foi visto anteriormente Matilde entrou na universidade, Pontifícia Universidade Católica- PUC, no final da década de oitenta e cursou Serviço Social. A militância apareceu junto com a universidade, a proximidade com movimentos sociais organizados e com partidos políticos aconteceu na universidade. Devido à sobreposição de tarefas que realizava como trabalho e os estudos, ela ficou impossibilitada de estar sempre nestes espaços de militância. Foi após a finalização do curso que ela pôde estar ligada de maneira mais presente e atuante nestes grupos, principalmente o movimento negro e o feminista.

Nesta vivência *entre dois mundos*, pode ser visto que eles estiverem entrecruzados e nem sempre praticados no mesmo tempo, mas, o que quero evidenciar aqui é a forma como se desenvolveu um sujeito político, para Matilde, a figura positiva da mulher negra. Estes espaços são formadores de sujeitos críticos e espera-se que desenvolvam formas de ação política para se praticar no cotidiano, resolvendo desafios, a chamada práxis.

Em uma das entrevistas Matilde conta que a universidade abriu novos horizontes em sua vida, que esta inserção lhe permitiu pensar em temas e assuntos que antes não pensava. Pela sua memória, conta ela, existem *flashes* de militância durante os três anos de curso. Após a conclusão do curso superior que foi com vinte e quatro anos de idade que de fato, ela se filia ao Partido dos Trabalhadores e aos movimentos sociais.

Matilde fala como se deu a escolha. Filiou-se aos movimentos políticos sociais a partir da entrada no ensino superior, visto que, em suas palavras a questão de cor não era evidente durante a sua entrada na universidade, o que chama mais sua atenção é o tema de gênero devido a quantidade de mulheres em relação aos homens em um curso de serviço social, e a partir do encontro com outras mulheres e outras trajetórias que sua militância floresce. Ela conta:

No final dos anos oitenta houve forte mobilização das mulheres negras. O primeiro encontro nacional de mulheres negras foi em oitenta e oito, então, essa passagem pela universidade me fez ir conhecendo muitas pessoas e ao conhecer as pessoas eu

fui me vinculando a trajetórias parecidas com a minha e isso buscando pra ação de contestação a discriminação e no apoio a esses encontros e trabalhando na construção desses encontros, nessas ações coletivas fomos nos tornando eu e algumas que vieram dessa verdade nos tornando referência pra essa forma de organização é aí que solidifica a mulher negra como personagem, como sujeito. (Entrevista realizada em 27 de março de 2016)

Após a finalização do curso superior e da filiação no Partido dos Trabalhadores e nas militâncias feminista e negra, Matilde leva treze anos até retornar para a academia e realizar a pós-graduação. Durante esse tempo ela trabalha como consultora e como assistente social em diversos órgãos sociais e organizações não-governamentais, sempre trabalhando em áreas que abordavam ações relacionadas ao tema de gênero e de raça.

A partir do seu relato pode ser entendido que Matilde se dispunha a realizar ações práticas da militância e de estar a frente em diversos campos, mesmo aqueles em que as mulheres eram e ainda o são, secundarizadas. A participação no movimento negro e feminista, levando sempre em consideração as questões de classe, também fizeram de Matilde uma ativista que não mediu esforços pra buscar sempre as possibilidades de efetivação de políticas públicas e de equidade entre os sexos. Matilde faz referência a Luiza Bairros em seu texto que fala da organização do movimento de mulheres, já citado anteriormente, “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertiooga a Beijing” (1995) quando ela fala sobre a procura das mulheres negras ao movimento feminista:

Quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas Nesta procura coloca-se (n)um outro nível de dificuldade, questões soavam estranhas fora de lugar na cabeça da mulher negra. Falava-se na necessidade de a mulher pensar o próprio prazer conhecer o corpo, mas reservava-se a mulher pobre negra em sua maioria apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d’água. (RIBEIRO *apud* BAIRROS 1995 p. 448).

O retorno para a academia é causado pela necessidade de buscar apoio de argumentos que nutrissem a ação política que ela vinha desempenhando. Para ela faltavam subsídios que justificassem as suas ações dentro da militância. Na busca de um antigo desejo Matilde fez a pós-graduação em psicologia social, porém, o trabalho como assistente social foi preponderante em sua auto-identificação.

Ela programava continuar na academia e realizar, também, o doutoramento logo após a conclusão do mestrado, no entanto, devido ao chamado que teve para assumir o Ministério

da Igualdade Racial, este desejo foi adiado. Naquele momento histórico para os movimentos em que estava associada, esta oportunidade foi irrecusável e também, foi entendida como um compromisso com tudo que vinha trabalhando e buscando nas formações políticas do partido e do movimento negro e feminista. Foi uma decisão de postergar o doutorado e andar por outros campos institucionais na busca de políticas públicas para a igualdade racial.

Matilde fala sobre o momento de inserção na militância e da dificuldade de conciliamento das agendas e que pelo motivo de trabalhar e estudar, foi preciso que optasse por não estar vinculada diretamente aos movimentos sociais naquele momento, o que foi importante para sua formação crítica que foi acrescida, mais tarde, a partir das vivências no movimento negro e feminista.

A minha militância começou de maneira tardia na verdade depois que eu entrei pra faculdade eu passei a ter novos conhecimentos novo horizontes, frequentar novas rodas e isso foi abrindo a cabeça. Então em função desta condição eu fui descobrindo os processos políticos. Nos anos oitenta o movimento estudantil estava sendo retomado, aliás, anos oitenta costuma-se dizer que foi a década perdida no ponto de vista econômico, mas, do ponto de vista das mobilizações foram intensas. Então o movimento estudantil passou a ter uma nova cara surge PT (Partido dos Trabalhadores), CUT (Central Única dos Trabalhadores), movimentos populares e então o convite a militância era muito intenso o tempo todo. Eu passei pela universidade naquela época e tive que fazer uma opção porque eu morava muito longe da universidade, eu estudei na PUC- São Paulo em Perdizes e morava na periferia e trabalhava o dia inteiro, então a opção talvez nem tão consciente assim expressa **eu estava lá pra estudar e eu pagava pra estudar, pagava a partir do meu salário, então eu por consequência, estudei.** (Entrevista realizada em 22 de março de 2016)

É importante destacar que Matilde foi a primeira pessoa da família a se vincular a um movimento social e se filiar a um partido político, além de ser a primeira a se formar em um curso superior. Ela explica em uma entrevista que essa sua ação fez com que tivesse ressonância em suas irmãs mais novas, não ao ponto de fazer com que elas se vinculassem a partidos ou instituições, mas sim, no sentido das ações políticas e críticas cotidianas, Matilde se faz referência para as irmãs pela ação política e pela motivação cotidiana.

Para situar sobre a importância do feminismo na construção política de Matilde, e que pode ser pra muitas outras mulheres, acredito ser importante registrar como o movimento feminista surge e como este movimento se ressignifica e se reinventa através do feminismo negro a fim de atender as demandas das mulheres negras.

O feminismo emerge a partir de meados do século XIX e início dos XX onde a preocupação era principalmente o direito jurídico à propriedade, e contra os casamentos

arranjados e, depois se fundamentou ao voto com a conquista do sufrágio feminino, na Grã-Bretanha e Estados Unidos, chamada atualmente de primeira onda do feminismo. No Brasil o voto feminino foi facultado pelo decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Em 1934 a constituição dispôs que os eleitores seriam “os brasileiros maiores de 18 anos” (Art. 108). O voto e alistamento são obrigatórios para os homens e para mulheres quando exercem função pública remunerada, sob as sanções e salvas que a lei determinar” (Art. 109).

O segundo grande marco do feminismo inicia-se em meados da década de 1960 até 1980, no qual as mulheres enfrentaram o patriarcado vendo as profundas desigualdades sociais, culturais e políticas das mulheres. O lema deste período foi o pessoal é político, por reivindicar que o espaço privado de casa também era local de se fazer e falar de política. Com a utilização da comunicação em massa como os jornais, por exemplo, as mulheres conseguiram informar outras que ainda não estavam ligadas aos movimentos e assim, chamar a atenção para a realidade que viviam e a enxergarem o sistema sexista que as envolvia.

O terceiro grande movimento de feministas ganha visibilidade e notoriedade na década de 1990 e pretendeu discutir as falhas dos movimentos anteriores como as definições essencialistas da mulher que foram comuns no segundo movimento, onde se colocava como modelo de mulher que era oprimida pelo patriarcado, exclusivamente, a branca de classe média e alta, heterossexual, estadunidense ou britânica. Nesta década já havia essa crítica no Brasil e nos Estados Unidos da América desde a década de 1970, com autoras como Gayle Rubin²⁵ e Audre Lorde²⁶. Importante destacar que o feminismo negro não surge como produto ou desdobramento do feminismo hegemônico, citado acima, mas sua existência sem esta terminologia, suas “práticas feministas” aconteciam desde muito antes desta data que colocamos aqui. Podemos citar Soujuner Truth, que discursou em 1851 num evento feminista sobre as diferenças entre as mulheres negras e brancas e perguntava se as mulheres que vocês dizem são frágeis e precisam de ajuda sempre, então “eu não sou uma mulher”. O espaço e visibilidade das mulheres brancas sempre foram maiores para expor suas demandas do que para as mulheres negras.

Podemos perceber que esta terceira fase foi uma revisão das anteriores, pois, constatava-se que as mulheres negras e não-brancas, não estavam incluídas nos processos de libertação, pois, a visão destas mulheres (feministas hegemônicas) sempre foi na diferença

²⁵ Em 1975, discutia a necessidade do feminismo contemplar a diversidade sexual das mulheres.

²⁶ “As ferramentas do senhor não destruirão a casa do senhor” 1979. As diferenças entre as mulheres brancas e negras, destacando as diferenças sexuais.

dos sexos biológicos (homem/pênis-mulher/vagina) sem levar em consideração as diferenças internas entre as mulheres, onde sabemos, existem as diferenças, sociais, políticas e econômicas, onde os papéis são condicionados para cada grupo e destes papéis são esperados comportamentos e ações que correspondam a tal lógica biologizante.

Há uma reflexão muito importante por parte das mulheres negras, elas que faziam “dupla militância” no movimento negro e feminista, se sentiam desfocadas em muitos momentos, por serem preteridas nos dois movimentos. Sonia Beatriz dos Santos (2009) apresenta muito bem como foi o momento e as causas que levaram às mulheres negras a se organizarem em um movimento auto intitulado feminismo negro. Essa é uma noção importantíssima para entendermos a chamada terceira onda do feminismo. Jurema Werneck (2008) mostra uma das faces das desigualdades e diferenças que eram sentidas no movimento feminista, segundo ela: “tem o subemprego, as questões do trabalho, o direito à procriação que é diferente, porque se a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice” (SANTOS, 2009, p. 3). Acerca da auto organização, a autora pontua sobre as desigualdades no movimento feminista:

As mulheres negras estavam profundamente insatisfeitas com a forma pela qual suas demandas vinham sendo tratadas dentro do movimento feminista e deixavam claro que a existência de desigualdades sociais e raciais dentro do Movimento era o catalisador da divisão. E ainda que sua agenda e seu debate apenas se debruçavam sobre as aspirações das mulheres de classe média. Essas tensões eventualmente transformaram-se nas razões para rupturas. (SANTOS, 2009, p. 03)

O movimento negro também apresentava desigualdades para as mulheres negras, a supressão de suas falas, suas representações e o descompromisso dos companheiros para com as especificidades delas também foi mote para a organização de um movimento que fosse o mais próximo possível de suas próprias características:

Segundo Lemos (1997), muitas mulheres negras passaram então a criticar a questão do machismo e sexismo por parte de seus companheiros militantes. Estas, ao mesmo tempo, tentavam organizar no interior do movimento suas próprias atividades, o que causava as mais diversas reações negativas por parte dos homens negros, tais como a ocupação intencional por parte destes das salas de reuniões nos dias em que as mulheres tinham suas atividades programadas. Lemos assinala que essa situação criou uma disputa acirrada por espaço e poder entre homens e mulheres dentro do movimento, produzindo um clima de desconforto e apreensão. Uma das principais acusações dos homens era a de que as mulheres estavam criando um movimento separado. (SANTOS, 2009, p. 03)

Segundo Werneck, “a organização das mulheres negras ‘não foi um racha em relação ao movimento negro, foi sim um salto de qualidade, por conta das necessidades sobre a reflexão sobre a própria diversidade” (SANTOS, *apud* Lemos, 1997, p. 50).

Avtar Brah (1996), ao refletir sobre as “diferenças” no movimento feminista, em seu trabalho intitulado “Diferença, diversidade, diferenciação” faz uma abordagem de como seria o uso do conceito de diferença no contexto da Grã-Bretanha pós guerra com a experiência de sul-asiáticos, caribenhos e africanos e assim, como o termo “negro” foi compreendido em diferentes usos políticos. Ao que nos interessa neste trabalho, ela faz uma abordagem das práticas e teorias que as feministas exerciam no que contempla as “diferenças” nos anos de 1970 e 1980, também no contexto britânico.

Há uma reflexão importante sobre o feminismo negro e sobre a experiência e discurso de pessoas que são atravessadas por estes demarcadores sociais, a experiência destas mulheres é completamente diferente das que vinham sendo descritas como hegemônicas, não são “os negros” categoria altamente masculinizada e também não fazem parte do entendimento de “mulheres” que, também, hegemônico carrega a imagem da mulher branca, com toda carga de feminilidade, maternidade e fragilidade.

O novo sujeito produzido pela política do “negro” transformou a política de classe ao interrogar discursos políticos que afirmavam a primazia da classe. [...] a mobilização por parte do movimento do Poder Negro do termo “negro” era uma tentativa de reivindicar uma herança africana que havia sido negada aos norte americanos negros pelo racismo. Mas, como projeto político historicamente específico localizado. As feministas, é claro, não ignoram a biologia das mulheres, mas questionam ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas. [...] o negro do “feminismo negro” inscrevia uma multiplicidade de experiências ainda que articulasse uma posição particular de sujeito feminista. [...] o feminismo negro representava a vida negra em toda sua plenitude, criatividade e complexidade. [...] O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. (BRAH, 1996 p. 24-29)

Precisamos refletir a partir de estudos antropológicos como os de Jurema Werneck, por exemplo, nos quais apresenta que desde o período colonial e mesmo no período de apropriação dos países africanos as mulheres já se organizavam e lideravam movimentos anti-coloniais e pró-libertação. Assim sendo, podemos concluir que muito antes dos movimentos terem visibilidade pelas mulheres brancas e de classe média-alta e com instrução acadêmica, as mulheres negras já há muito tempo vinham desempenhando funções de trabalho das mais

diversas ordens, já negociavam e lideravam movimentos de resistência, apoiando também os homens negros nas suas negociações e resistências.

No caso das mulheres negras e suas lutas, é possível considerar que tais formas organizativas tiveram participação importante na organização da série de ações de resistência à escravidão empreendidas ao longo dos séculos que durou o regime no Brasil, tanto aquelas ações cotidianas de confronto entre senhores e escravos, como as fugas individuais e coletivas, os assassinatos (justiçamentos) de escravocratas mulheres e homens, as revoltas nas fazendas e as revoltas marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX. Todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente de circulação e articulação entre diferentes grupos. (WERNECK, 2008 p.80).

Cristiano Rodrigues, sociólogo e professor atualmente na Universidade Federal de Minas Gerais em seu texto “atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil”²⁷ (2013), mostra como o conceito de interseccionalidade foi utilizado no contexto dos EUA e depois reafirmado no Brasil. Ele cita o nome de intelectuais que nas décadas de 1980 e 1990 contribuíram para a bibliografia sobre raça e gênero no Brasil como, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro, entre outras. O autor explica que as autoras entenderam que nem o movimento feminista nem o movimento negro contemplavam suas demandas efetivamente, assim Sueli Carneiro (2003) explicou o que deveria ser feito:

As mulheres tiveram que “enegrecer” as agendas do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação de concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos. (RODRIGUES, 2013, p. 02)

Ao pensar o movimento negro as mulheres se viam oprimidas pelo machismo e quando estavam no movimento feminista eram preteridas pelas mulheres brancas, que colocavam muito mais as pautas de classe do que raça em discussão. Ou seja, as mulheres sempre fizeram dupla militância, e era preciso “[...] sensibilizá-los para o combate ao sexismo e ao racismo como elementos estruturantes na definição de um projeto de uma sociedade justa e igualitária” (RODRIGUES, 2013 *apud* RIBEIRO, 1995:451).

As autoras também se referem ao Movimento Negro como marcado pelo sexismo. Nesse sentido, a ideologia machista age como um espaço de solidariedade, talvez o único, entre homens brancos e negros, aumentando a exploração sobre as mulheres

²⁷ Disponível em: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

negras, pois é somente diante delas que os homens negros se beneficiam dessa solidariedade, na medida em que em uma sociedade racista estes não desfrutam plenamente os privilégios da condição masculina. E o Movimento Negro, embora se constituindo em espaço de livre expressão de pessoas negras, mantém o exercício de um sexismo impensável em outras esferas da sociedade (RODRIGUES, 2013 *apud* BAIROS, 1995; CARNEIRO; SANTOS, 1985; PACHECO, 2002).

Ao falar sobre o conceito de interseccionalidade na perspectiva de Patrícia Hill Collins, o autor pontua uma importante ponderação de que as dominações ou opressões não podem ser pensadas distintamente, ou seja, uma mesma mulher passa por diversas formas de subalternização que não nos permitem separá-las, e a tentativa de analisá-las individualmente é a tentativa de dizer que uma oprime mais do que outra e vice-versa:

Há, nas sociedades marcadas pelo racismo e sexismo, uma matriz de dominação que se caracteriza por opressões que se intersectam. Neste sentido, um modelo de “soma” de opressões comumente acionada para afirmar que mulheres negras sofrem dupla ou tripla discriminação, é incapaz de compreender estas interconexões entre formas distintas de opressão se sobrepõem e se influenciam mutuamente. [...] E, mais uma vez, afirma Collins (2000), uma mera comparação entre sistemas de opressão é contraproducente, pois corre-se o risco de hierarquizar formas de opressão que são, em última análise, completamente imbricadas umas às outras. (RODRIGUES, 2013 p. 06)

Pensando em fugir das generalizações e essencialismos, o autor apresenta o pensamento de Luiza Bairos a respeito da interseccionalidade que a coletividade de mulheres negras brasileiras apresenta, concordando com o pensamento de Crenshaw e de Collins, as opressões não podem ser hierarquizadas, não se escolhe por qual dominação se irá lutar:

Raça, gênero, classe social, orientação sexual configuram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (RODRIGUES, 2013 *apud* BAIROS, 1995: p. 461).

Em suas conclusões Cristiano Rodrigues defende que a interseccionalidade precisa ser melhor difundida no Brasil, acreditando que ela possa ser ainda mais incorporada à realidade e especificidades locais, evitando a criação de essencialismos.

Outra autora brasileira intelectual e militante do movimento feminista e negro que faz uma importante síntese do que é o conceito de Interseccionalidade a partir da perspectiva de Kimberlé Crenshaw Claudia Pons Cardoso (2012), a qual me atarei mais sistematicamente a seguir.

Claudia Pons Cardoso (2012), em sua tese de doutorado defendida no Programa de pós-graduação em estudos de gênero, mulher e feminismos da UFBA²⁸ com o título “Outras falas: feminismo na perspectiva das mulheres negras brasileiras” descreve extenso caminho percorrido pelo feminismo negro teorizando as principais referências de feministas negras dos Estados Unidos, e também da América Latina chegando às feministas negras brasileiras. Ela sistematiza o pensamento feminista negro à brasileira em três blocos de ação política:

a) pela recuperação da história das mulheres negras; b) pela reinterpretação desta história a partir de uma nova estrutura teórica construída em oposição aos paradigmas tradicionais, revelando a contribuição das mulheres negras em diversas áreas do conhecimento; e c) pelo enfrentamento político ao racismo, ao sexismo e ao heterossexismo através de uma perspectiva interseccional. (CARDOSO, 2012, p.25)

A escolha da autora em delinear os caminhos percorridos pelo feminismo negro, passando pela perspectiva de *amefricanidade*, conceito pensado desde dentro as culturas indígenas e africanas e que se refere à experiência comum de mulheres e homens negros e indígenas como a escravização, a dominação e a exploração da colonialidade, mas, principalmente, a resistência a estes processos (CARDOSO, 2012, p.336). Cunhado por Lélia Gonzáles²⁹, pela trajetória do movimento negro feminista no Brasil com o auxílio de feministas negras de diversos campos profissionais através de entrevistas de suas trajetórias em movimentos organizados, faz do seu trabalho importante leitura para quem se interessa por este campo de estudo, principalmente as lutas das mulheres negras, através do feminismo negro, e de como estas vem se organizando no decorrer do tempo. No transcorrer do trabalho ela cita vários outros trabalhos que buscaram valorizar a história das mulheres negras em suas

²⁸ Universidade Federal da Bahia.

²⁹ Lélia Gonzalez (1935 — 1994) foi uma intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Graduiu-se em História e Filosofia e trabalhou como professora da rede pública de ensino. Fez o mestrado em comunicação social e o doutorado em antropologia política. Começou então a se dedicar à pesquisas sobre relações de gênero e etnia. Foi professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde chefiou o departamento de Sociologia e Política. Como professora de Ensino Médio no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UEG, atual UERJ), nos difíceis anos finais da década de 1960, fez de suas aulas de Filosofia espaço de resistência e crítica político-social, marcando definitivamente o pensamento e a ação de seus alunos. Ajudou a fundar instituições como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum. Sua militância em defesa da mulher negra levou-a ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no qual atuou de 1985 a 1989.

diversas organizações, a respeito destas pesquisas e da maneira como estrutura o seu texto ela escreve:

Todos os trabalhos citados, desbravadores das trajetórias das mulheres negras no Brasil, são comprometidos com a história de um grupo socialmente subordinado e invisibilizados pela sociedade dominante, mas que tem confrontado historicamente poderes estabelecidos, nos mais diferentes espaços, com altivez, inteligência e perspicácia. Ouvir mulheres negras ativistas e explorar os elementos teóricos e práticos denotativos de um pensamento de mulheres negras aportados por elas na construção de um projeto político de justiça social, com o objetivo inicial de compreender a forma como as desigualdades de gênero, classe e raça foram operacionalizadas pelas mulheres negras na construção de seu ativismo político contra o racismo, sexismo, heterossexismo; em segundo lugar, investigar como se deu a construção dessas mulheres como ativistas; e em terceiro, investigar como os movimentos de mulheres negras incorporaram/recriaram o discurso feminista no Brasil a partir de demandas específicas das mulheres negras. (CARDOSO, 2012 p.24)

Sabendo que Matilde militou no movimento negro e feminista, além de participar de maneira atuante dentro do partido que era filiada, entendemos através de seus relatos que ela, feminista negra, entendia o feminismo de forma interseccional, ou seja, aquele sistematizado por Kimberlé Crenshaw, em 1991, quando pesquisava sobre as violências que mulheres de cor e de classes desfavorecidas nos Estados Unidos, eram submetidas. Cardoso descreve o pensamento de Crenshaw a respeito do feminismo das mulheres negras “ideias produzidas por mulheres negras que clarificam um ponto de vista da e para as mulheres negras” (1986, p. 6 *apud* CARDOSO, 2012 p. 24).

O conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw vem de suas reflexões sociológicas que pretendia discutir e estudar as opressões e dominações sucessivas que diferentes grupos sociais podem sofrer. É um termo que pensa nas relações de dominação como imbricadas, simultâneas e entrelaçadas, o termo é definido da seguinte maneira:

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177 *apud* CARDOSO 2012, p. 56).

O conceito de interseccionalidade é uma das bases para compreensão do feminismo negro, pois, o sexismo, racismo e patriarcado são estruturas de poder, já que sua compreensão política está neste estudo relacionada a gênero, raça e classe. Ainda no trabalho de Claudia

Pons Cardoso, observa-se uma importante referência ao tema que foi desenvolvido por Crenshaw. A respeito do feminismo negro a autora pontua temas centrais que perpassam a vida das mulheres negras enquanto grupo organizado e como categoria de sujeito político, ela resgata os três temas principais deste pensamento:

1) A auto definição e auto avaliação a primeira envolve desafiar os processos que apresentam imagens estereotipadas e externamente definidas da *woman hood* das mulheres negras. A auto avaliação, ao contrário, salienta o conteúdo da auto definição produzida pelas mulheres negras, ou seja, substitui imagens negativas por imagens e representações sociais femininas negras positivadas; 2) a intersecção das opressões de gênero, raça, sexualidade, entre outras esta abordagem, ao priorizar as ligações entre os marcadores sociais, visibiliza a simultaneidade de determinantes de opressão que recaem sobre as mulheres negras; e 3) por último, o interesse pela redefinição da importância da cultura das mulheres negras, na medida em que direciona a atenção para áreas inexploradas da experiência feminina negra, como o relacionamento entre as mulheres negras em função do sentimento partilhado com a opressão. (CARDOSO, 2012 p. 25)

Como foi muito bem evidenciado no trabalho épico de Ângela Davis chamado “Mulher raça e classe”, lançado a primeira vez em 1981 e traduzido para o português esse ano (2016), o livro é essencial para quem deseja entender as variações das opressões. O texto faz um percurso histórico a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres negras e aborda suas ações políticas em vistas à conquista de direitos civis, iniciando com o legado da escravidão, falando depois do sufrágio feminino, passando pelos direitos reprodutivos das mulheres e chegando até a perspectiva da classe trabalhadora.

Ângela Davis é filósofa e professora da Universidade da Califórnia/EUA, no departamento de estudos feministas e uma importante integrante do partido Panteras Negras e do partido Comunista dos Estados Unidos. Na década de 1970 sob alegações de repasse de armas e de assassinato, foi presa. Neste período ficou mundialmente conhecida pelo movimento “Libertem Ângela Davis”, que deu origem a um filme de sua biografia com o mesmo título lançado em outubro de 2014.

Para o conceito de interseccionalidade no Brasil, também, Helena Hirata (2010) em seu artigo “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”³⁰ apresenta como este conceito, interseccionalidade, foi utilizado por feministas negras norte americanas e trazido para o contexto brasileiro e reformuladas a partir das experiências nacionais. A autora fala sobre o surgimento do movimento que ela indica final dos anos de 1970, conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008;

³⁰ Disponível em: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n.1

Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. (HIRATA, 2010, p. 02).

Hirata ainda sistematiza o pensamento de Kimberlé Crenshaw e como ela propõe a análise do conceito de interseccionalidade, que relaciona e coloca em paralelo a situação das mulheres que são atravessadas por diversas formas de opressões, que buscam nas militâncias reverter estas posições de subalternização:

Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (HIRATA, 2010, p. 02)

Podemos inferir que mesmo que o conceito de interseccionalidade tenha sido cunhado nas décadas de 1990, as mulheres negras estiveram sempre em estado de mobilização e de luta coletiva contra as formas de dominação que lhes atravessam, pois, inúmeras ações importantes de resistência à escravidão foram lideradas por africanas e brasileiras e que foram as mãos que construíram este país e a participação delas nos campos sociais, políticos e econômicos, nos deixando as heranças da resistência e força de povos que apesar de muito sofrimento, trouxeram inúmeras contribuições presentes até hoje em nosso país.

Podemos ver um exemplo a partir da fala de Matilde em seu artigo: “Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização” (2008) em que mostra que as desigualdades são construídas historicamente e a partir de hierarquizações baseadas em gênero, cor e intercedidas por classe social, fazem com que o machismo e o racismo se perpetuem. Ela apresenta uma fala muito potente de que as mulheres negras não nasceram para perpetuar a imagem de *mãe preta* (2008), ou seja, àquela que deve cuidar de todos, dos filhos, do marido, do irmão, do pai, ou seja, de todos os homens à sua volta. As mulheres estão para construir e contar suas próprias histórias e enfrentar o sistema que as tenta manter no local de opressão.

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São as combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do machismo e do racismo. (RIBEIRO, 2008, p.988)

É visível que a mobilização destas mulheres e da divulgação na mídia aberta destes movimentos é produto de anos de militância e luta de muitas mulheres negras que foram invisibilizadas e escondidas (até mesmo pelas lutas feministas das primeiras e segundas ondas), não reconhecidas e, ainda, foram sempre golpeadas pelo sistema patriarcal de nossa sociedade, mas que, mesmo assim subverteram os paradigmas e através da academia, da militância e de outros movimentos sociais conseguiram questionar universalidades e apontar para outras perspectivas e produzir materiais que hoje herdamos e podemos utilizar para continuar a luta destas precursoras e conseguir cada vez mais leis que garantam a igualdade racial e de gênero e o fim das violências, para que as próximas gerações possam ter oportunidades iguais e direitas garantidos.

Podemos citar muitas mulheres negras que lutaram em vários segmentos pela igualdade de gênero, pelo fim do sistema racista e sexista nacional como: Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Mãe Stella de Oxossi, Alzira Rufino, Elza Soares, Ruth de Souza, Ivone Lara, dentre inúmeras outras. Estas mulheres também foram e são referências para a construção da mulher negra que Matilde é, aquelas mulheres que ela conta que conheceu quando entrou na universidade e nos movimentos e que por conta delas se sentiu motivada em participar, são estas as mulheres conhecidas e certamente há muitas outras desconhecidas.

No início da militância de Matilde no Partido dos Trabalhadores no ano 1983, ela narra que começa a entender as relações entre homens e mulheres e negros e brancos, ali no contexto do partido, que segundo ela, muito menor do que se vê hoje, a estrutura partidária era muito mais principiante e carente de recursos. Quando perguntada sobre as diferenças de atuação entre os homens e mulheres nas ações do partido, Matilde conta sobre sua percepção nas relações que vivenciava na militância.

Percebia e percebo. Talvez não percebesse teoricamente, mas a porta de entrada do PT foi do movimento de mulheres e também do movimento negro, o aprendizado veio depois, mas, eu já tinha contato com esses grupos, então a forma de inserção e mesmo os debates os acúmulos que eu fui tendo foi por essa vertente de analisar o cotidiano de homens e mulheres, brancos e negros, primeiro mais vivencialmente depois que eu fui estudar. (Entrevista realizada em 07 de maio de 2016)

Matilde faz uma importante ressalva neste contexto da entrevista ao pontuar que em mais de trinta anos de existência do PT (fundado em 1980) nunca houve uma presidenta do partido, ou seja, uma mulher que estivesse à frente no comando do partido. Ela narra que as

atividades dispostas às mulheres sempre foram de base, ou seja, comissões que organizavam grupos de estudo, divulgação e realização de atividades externas com os filiados. Aos homens do partido que ocupam desde o início de sua fundação os cargos de direção e de presidência, ou seja, a função deste sempre foi o de realizar grandes articulações e estar à frente de trabalhos de articulações dentro e fora do partido. Quando questionada sobre as principais reivindicações da época e se elas chegaram a ser conquistadas, Matilde relata que são muitas necessidades que o partido e os movimentos sociais em que militava estavam demandando, como por exemplo:

Combate ao racismo como força motriz, a luta pela inclusão dos negros na sociedade, a época nós passamos pela revisão da constituição ocorreram conquistas importantes. Nesta época de conquistas dá pra citar o **reconhecimento das terras quilombolas**, o indicativo pras **ações afirmativas**, o **racismo considerado como crime imprescritível**, inafiançável, **uma luta grande das mulheres pela legalização do aborto**, **melhores condições de trabalho**, trabalho igual pro salário igual, **direitos sexuais reprodutivos**. (Entrevista realizada em 07 de maio de 2016)

É evidente que essas demandas do movimento social feminista e negro são ainda muito atuais e que elas ainda fazem parte da agenda social de um debate polêmico na sociedade brasileira. Estes temas estão historicamente sendo discutidos e estão na ordem do dia das lutas, já que suas resoluções pressupõem a igualdade racial e de gênero em nosso país, o que muitas pessoas não aceitam, pois, perderiam seus privilégios e poderes. Levando em conta o que enfrentamos atualmente, uma onda reacionária e retrógrada, que deseja acabar com os poucos direitos conquistados pelos negros, pelas mulheres e pelas minorias sociais. Matilde fala ainda, sobre sua percepção dessas demandas e se elas foram respondidas e alcançadas, as que não foram e sobre isso nos explica o porquê.

Agendas que estão nas pautas de hoje já estavam nas agendas de antes sendo que várias conquistas ocorreram, mas, tem **questões que perduram porque elas rebatem a estrutura da sociedade**, como por exemplo, regulamentação das terras quilombolas, porque não acontece? Porque nós vivemos em uma sociedade que terra é poder e os grandes proprietários de terra não abrem mão desse poder econômico, financeiro juntando-se com as demais questões na estrutura política da sociedade, como por exemplo, legalização do aborto, porque que não avança? Porque mexe na estrutura, da estrutura diria do mais alto conservadorismo em relação ao **domínio da vida das mulheres**, né? Uma das principais questões ligadas à legalização do aborto está com o direito da mulher decidir a sua vida a partir de uma perspectiva que a maternidade não é o seu fim último e que seu corpo lhe pertence e isso fere a visão patriarcal, a visão de domínio. (Entrevista realizada em 07 de maio de 2016)

Matilde Ribeiro (1995) fala sobre os encontros das mulheres negras e as agendas para mobilização e organização delas, e nos lembra de alguns pontos que as mulheres negras estavam reivindicando a partir das mobilizações, naquele momento:

No período dos anos 70 o movimento feminista traz para o campo político questões consideradas da vida particular e privada como a sexualidade livre, orientação sexual, creche, relações familiares junto a outras questões como igualdade salarial, acesso profissional políticas públicas de promoção de gênero, representação política. O movimento negro através de seus vários pólos de resistência reivindica melhores condições de vida, denuncia o racismo e protesta contra a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o desemprego e a violência policial. (RIBEIRO, 1995 p.447)

Ainda neste trabalho Matilde faz uma importante linha cronológica de diversos movimentos em que as mulheres estiveram organizadas elencando-os em ordem ela pontua os seguintes eventos: 1- III Conferência Mundial de Mulheres ocorrida em Nairóbi no ano de 1985 (RIBEIRO, 1995, p.448); 2- III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho realizado em Bertioga no ano de 1985, que ela contabiliza a presença de 850 mulheres e destas 116 se auto declaram negras e mestiças (idem, p.449); 3- IX Encontro Nacional Feminista (ENF) realizado em 1987 e, na cidade de Garanhuns no Pernambuco, este encontro teve muitas críticas das mulheres a respeito da falta de pautas sobre raça e a partir de debate foi decidido à criação do Encontro Nacional de mulheres Negras (Idem, p.449). 4- I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) realizado no ano seguinte do encontro nacional feminista, em 1988, na cidade de Valença no Rio de Janeiro este teve o total de 450 mulheres negras representando 17 estados do país de diversos setores e experiências, o objetivo do encontro foi criar as próprias referências e deixando de olhar o mundo pela ótica dos homens negros ou das mulheres brancas (Idem, p.450). 5- II Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) realizado no ano 1991 na capital da Bahia, Salvador, teve a participação de 430 mulheres negras de 17 estados do país. Teve como tema principal “Organização, estratégias e perspectivas” (Idem, p.451). 6- I Seminário Nacional das Mulheres Negras foi realizado no ano de 1993 em Atibaia- São Paulo que teve participação de 48 mulheres de 9 estados diferentes. Neste seminário foi possível reunir as mulheres que estiveram ligadas aos encontros nacionais para um debate mais direto dos aspectos que foram percebidos nas organizações do ponto de vista pessoal e político e também foi possível o aprofundamento das discussões e da afirmação da necessidade de criação de formas mais criativas como foi sugerido uma Rede Nacional de Mulheres Negras (Idem, p.452). 7- II Seminário Nacional das Mulheres Negras teve como tema “Resposta Organizativas das Mulheres Negras no final do

século” foi realizado em 1994 com a participação de 67 mulheres de vários estados, este seminário teve o objetivo de debater os rumos do movimento e avaliar a última década sob o olhar da mulher negra (Idem, p.453). 8- Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizado no Rio de Janeiro no ano de 1995, com apoio de 700 mulheres, com a presença significativas das mulheres negras (Idem, p.455). 9- IV Conferência Mundial sobre Mulheres, neste evento as mulheres negras fizeram intervenção e possibilitou ampliar a discussão sobre a questão racial a nível nacional. (Idem, p.452).

Pode-se perceber que dos anos de 1970 aos anos 1990 diversos encontros e eventos aconteceram para as discussões feministas e das mulheres negras. Cardoso pontua ainda que os locais em que as mulheres negras tem se organizado em maior contingente são nas organizações não-governamentais:

Na atualidade, os principais espaços de organização mobilizados pelas mulheres negras são as ONGs, que cumprem o papel de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Ao enfrentarem o poder instituído expondo a dura realidade das mulheres negras e reivindicando soluções para os processos de opressão que produzem vulnerabilidades múltiplas e recaem sobre as mesmas asseguram o fortalecimento coletivo e promovem a sua transformação efetiva em sujeito social, político e histórico, afiançando seu empoderamento. (CARDOSO, 2012, p.62)

Matilde faz parte deste grupo de mulheres que se organizaram e foram em busca de medidas para o alcance de leis equânimes para as mulheres negras, considerando a lida diária destas com as diversas opressões, a exemplo, do racismo e do sexismo. “Muitas destas experiências promovidas pelas mulheres desafiaram os poderes estabelecidos, abrindo brechas desarticuladoras da ordem social” (CARDOSO, 2012), visto que nós mulheres nos apoiamos, nos reconhecemos e referenciamos, ou seja, a trajetória de Matilde é hoje o que ela teve quando iniciava no campo da militância, a referência de que é possível subverter espaços que estão definidos, dados (naturalizados) às mulheres e na escala social o último lugar fica disponível às mulheres negras.

É preciso perceber que militância e academia são importantes ferramentas para o combate as desigualdades, e claro, é possível que se transponha as barreiras das heterogeneidades a partir de uma destas frentes ou mesmo do ato político que se é sobreviver em meio às diversas opressões que perpassam nossa existência. Fica evidente que quando as mulheres e os grupos minoritários se juntam, a voz fica muito mais forte e ecoa nos ouvidos dos opressores gerando inibição e mesmo preocupação, mas, para além de tirar o sossego dos

dominadores é preciso buscar meios efetivos de acabar com todas as heranças que fazem com que as mulheres negras sejam as menos valorizadas e as que mais trabalham em vários campos sem o devido reconhecimento.

A mulher deve ser livre para escolher como deseja viver e se deseja se vincular a instituições a fim de compartilhar com outras vivências e outras trajetórias para o caminho ser mais leve, sabendo que a militância e a academia também podem adoecer os seus personagens é preciso vigilância e que nunca se perca de vista, que as mulheres são como as águas e crescem quando se juntam.

As mulheres sozinhas vivem bem, mas quando se tem em quem espelhar e com quem compartilhar se vive melhor. Embora haja um caminho extenso a percorrer percebemos que se caminhou um tanto considerável em busca da igualdade de gênero e de raça. Para evitar os retrocessos a respeito das conquistas das mulheres que estão à vista, é preciso monitoramento constante e que não se percam os movimentos sociais, mesmo com as restrições presentes.

5 DAI ASAS AO SEU EMPODERAMENTO

Então o que eu tenho? Por que estou viva afinal? Sim, o que eu tenho ninguém pode tirar
 Eu tenho o meu cabelo, tenho minha cabeça. Tenho meu cérebro, tenho minhas orelhas. Tenho meus olhos, tenho meu nariz. Tenho minha boca, tenho meu sorriso. Tenho minha língua, tenho meu queixo. Tenho meu pescoço, tenho meus seios. Tenho meu coração, tenho minha alma. Tenho minhas costas, tenho meu sexo. Tenho meus braços, tenho minhas mãos. Tenho meus dedos, tenho minhas pernas. Tenho meus pés. Tenho meu fígado, tenho meu sangue. Eu tenho a vida. Eu tenho minha liberdade. Eu tenho a vida. E eu vou mantê-la. Eu tenho a vida. E ninguém vai tirá-la. Eu tenho a vida.³¹

Figura 5 - Luiza Bairos, Nilma Lino Gomes e Matilde Ribeiro. Ministras da SEPPIR.



Fonte: Blog “Pretas Candangas: Irmandade de Mulheres Negras do DF” A fotografia é em homenagem pela dedicação que Luiza Bairos, Nilma Lino Gomes e Matilde Ribeiro tiveram frente à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <https://pretascandangas.wordpress.com/2016/05/13/seguiremos-unidas-e-em-marcha-a-noite-nao-adormecera/>.

³¹Música: “Ain’t got no/ I got life”. Intérprete Nina Simone (1933-2003). Compositores: GaltMacDermot, James Rado, GeromeRagno. Álbum: Nuff Said! Lançamento em outubro de 1968. Gravadora: RCA Victor. Tradução livre.

Um dos objetivos deste trabalho é mostrar através da trajetória de vida de Matilde Ribeiro que o empoderamento de uma mulher é construído e que ele pode ser referência para outras mulheres. No entanto, não gostaria de deixar o conceito de empoderamento apenas visto como um local de segurança subjetivo em que as mulheres se abrigam e que lá estão seguras de todas as opressões que são submetidas em suas vidas. O empoderar-se de uma mulher negra quando alcançado não é um estado acabado em si, é um sentimento e postura construídos que necessitam de manutenção constante, de vigília permanente. Não é aqui considerado um fim em si mesmo.

A partir desta argumentação gostaria de evidenciar algumas contribuições de pesquisas nas Ciências Sociais que compartilham deste pensamento. Dando destaque para que estas reflexões emergjam nos contextos das discussões e ações das feministas negras norte americanas, ao perceberem a interseccionalidade das opressões, elas encontraram no empoderamento um meio de enfrentamento às estruturas de opressão as quais eram submetidas.

Em termos de etimologia da palavra *empoderamento*, conforme nos indica os dicionários Aurélio e Houaiss significa o “ato ou efeito de promover conscientização e tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social, geralmente para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural no contexto que lhe afeta”³². No dicionário eletrônico de significados a palavra empoderamento é colocada na perspectiva das mulheres que “consiste na concepção do poder das mulheres como forma de exigir equidade de gênero nos variados tipos de atividades sociais, de modo democrático e responsável”.³³

O empoderamento estaria no campo da ação social coletiva e individual com o objetivo de potencializar a conscientização sobre os direitos, o que possibilitaria a autonomia individual e coletiva visando à superação da dependência social e política e maior liberdade na tomada de decisões que sejam individuais e coletivas. O empoderamento das mulheres provoca a transformação das desigualdades pelas mudanças nos comportamentos, na legislação, direitos

³² Termo retirado do jornal on-line Nexo e quem assina a matéria é Ana Freitas em 06 de outubro de 2016. Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>. Acesso em: 30/10/2016.

³³ Consulta no dicionário de significados. Fonte: <https://www.significados.com.br/empoderamento/>. Acesso em: 30/10/2016.

reprodutivos e sexuais, ou seja, contribui para que as demandas das mulheres sejam garantidas e atendidas.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivos, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. “Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (SARDENBERG, 2006, p.06)

A antropóloga e professora aposentada da Universidade Federal da Bahia no Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Mulher (NEIM), Cecília Bacellar Sardenberg, explica em seu artigo denominado “Conceituando empoderamento na perspectiva feminista” (2006) o uso do conceito empoderamento em vários estudos sócio-antropológicos e como esse conceito foi incorporado nas discussões do feminismo no Brasil, infelizmente, a maioria das autoras referenciadas por ela em seu texto é estrangeira, a exemplo de Batliwala, S. (1994; 2002); León, Magdalena (1997; 2001); Kabeer, N. (1999; 2005), e a maioria dos trabalhos publicados é em língua estrangeira e ainda não se encontram traduzidos para o português. Visto isso, tomarei liberdade de parafrasear a autora em algumas reflexões importantes que foram contribuições destas autoras supracitadas.

No que tange o objetivo maior do empoderamento entre várias estudiosas de gênero e relações sociais, parece que há um consenso quanto à requisição central de tal conceito, que seria:

[...] o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2006, p. 02)

A autora divide os principais objetivos que estão ligados ao conceito de empoderamento e elenca em três principais eixos de ação ao qual o empoderamento visa atingir, pensando, mais uma vez, na perspectiva feminista, visando o controle de suas vidas e

de seus corpos, com autonomia para tomada de decisões pertinentes às suas realidades, segundo (SARDENBERG, 2006 p.06)

- (1) Questionar a ideologia patriarcal; (2) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais.

Como foi dito por Matilde, em entrevista cedida para este trabalho, o empoderamento não é dela, **é de todas nós**, sendo assim, o empoderamento é compartilhado entre as mulheres que se vêem atingidas por formas de opressão semelhantes, seja as de raça, as de classe, de sexualidade, dentre outras. Sabendo que as pessoas têm convívio social e são fortemente marcadas por experiências do meio em que vivem o empoderamento que se constrói e se usufrui em determinado momento também o é, resultado de interações sociais, que por sua vez, são dinâmicas, por isso, o empoderamento não é fixo e nem acabado. Em entrevista cedida ao portal Geledés³⁴, Luiza Bairos fala sobre os avanços nas lutas das mulheres. Para Luiza o empoderamento é conquistado pelas mulheres através do reconhecimento em suas práticas e papéis políticos e sociais.

Não há como melhorar a vida das mulheres negras sem melhorar a vida da população negra em geral. As pessoas negras fazem parte de uma comunidade de destino. É óbvio que, na prática, ao pensar a melhoria para o conjunto da comunidade, precisa ser visto que condições devem ser criadas para que as mulheres negras se insiram nessas melhorias de forma efetiva. Não estou dizendo que gênero não faz diferença entre homem preto e mulher preta. Mas, no geral, a situação de cada um tem que ser pensada sem perder de vista a situação do conjunto. O que melhor evidencia essa visão são as pautas das organizações de mulheres negras. Vamos encontrar o trabalho específico com as mulheres, ao lado da atuação política, contra o extermínio dos jovens negros, preocupações com a questão da educação não racista. Vamos encontrar ações de apoio jurídico nos casos de discriminação racial, dirigidos tanto às mulheres quanto aos homens. Mas em todo o trabalho com a comunidade, há um esforço evidente para que as mulheres negras sejam reconhecidas e empoderadas no seu papel político e social. A dimensão de gênero é fundamentalmente o que diferencia a organização de mulheres negras das organizações negras mistas. Nas organizações mistas, o empoderamento das mulheres não está em absoluto colocado.³⁵

³⁴Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 30 de abril de 1988, localizado em São Paulo. A palavra Geledé é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade.

³⁵ Entrevista: “Assim falou Luiza Bairos” Disponível em: <http://www.geledes.org.br/assim-falou-luiza-bairos/#gs.8434XIA> Publicado em: 01/10/2016 em: Afro-brasileiros e suas lutas, Mulher Negra.

O empoderamento pode ser encarado em dois aspectos, o individual e o coletivo. Acredito que as mulheres têm se juntado e promovido muitas formas de empoderamento coletivo nos últimos anos como forma de apoio mútuo em situações de simultâneas opressões, como por exemplo, coletivos de mulheres negras, associações, grupos culturais e de estudos, além da organização e efetiva participação em diversos eventos políticos nacionais, fazendo suas demandas e pautas serem agregadas nas pautas gerais, além de encontros e eventos específicos, como a marcha das mulheres negras, macha do empoderamento cresco e dentre outros.

A antropóloga Sonia Beatriz dos Santos escreve no artigo “As ONGS de mulheres negras no Brasil” (2009) sobre as outras tantas formas de organização das mulheres negras, que vão para além das organizações não-governamentais:

As organizações não governamentais de mulheres negras não constituem a única forma pela qual as mulheres negras têm se engajado coletivamente na luta contra as formas de opressão no país. Muitas mulheres negras encontram-se organizadas em associações de moradores (Perry, 2004; Perry, 2005), em partidos políticos, sindicatos, grupos culturais, artísticos, literários (Souza e Evaristo, 1998) e em organizações religiosas, tais como as de matriz africana (Theodoro, 1996; Joaquim, 2001, Yemonjá, 2002; Bernardo, 2003), as pastorais da Igreja Católica e mesmo em alguns setores de igrejas protestantes – a exemplo da Igreja Metodista. (SANTOS, 2009, p. 02)

As organizações destas mulheres abarcam vários campos de reivindicação de representatividade e de direitos, desde a saúde, com os direitos reprodutivos, passando pela educação e as leis de acesso às universidades, por moradia e regularização fundiária, segurança, dentre outros. A esse respeito, Santos pontua:

Na atualidade, essas organizações encontram-se engajadas em uma variedade de campos sociais e políticos representando diferenciados interesses da população afro-brasileira em geral, e em especial das mulheres negras, tais como controle social da população negra na saúde pública, políticas de ação afirmativa para mulheres e negros, organização de debates e estratégias para garantir o acesso dos afro-brasileiros ao emprego e moradia, reparação para comunidades de remanescentes de quilombos, discussão sobre a violência e a segurança pública, dentre outros. (SANTOS, 2009, p. 07)

Porém, é necessário afirmar que as mulheres negras apoiaram-se e apoiaram diversos outros movimentos por formação de alianças com segmentos e organizações sociais brasileiras e internacionais. A partir dessas parcerias, essas ONGs mobilizam setores da sociedade civil organizada e o público em geral para que estes apoiem suas demandas em termos de novos programas e políticas que atendam às necessidades da comunidade negra e

das mulheres. (SANTOS, 2009, p. 09). No que tange a organização unificada a AMNB³⁶ é sistematizada pela autora:

Quanto à ação antirracista produzida pelas feministas e ativistas negras, o exemplo da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) é bastante significativo (ver AMNB, 2003; Werneck, 2003a). A AMNB foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente formada por 23 organizações oriundas de diferentes regiões brasileiras. Ela foi criada com o objetivo inicial de auxiliar na ação política das mulheres afro-brasileiras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001). Após a conferência, a AMNB estabeleceu-se institucionalmente no país e passou a ocupar-se do monitoramento das recomendações e do plano de ação originados em Durban em 2001. (SANTOS, 2009, p. 09)

No artigo “Sob as asas da vida, nos braços da história: lideranças femininas, formação e atuação em movimentos sociais” (2007) de autoria de Cristiane Souza, Ediane Lopes e Haroldo Barbosa, é possível vermos através de uma pesquisa desenvolvida no Subúrbio Ferroviário em Salvador-BA como as mulheres são consideradas lideranças e como elas se consideram enquanto tais, nas lutas por moradia, educação e melhoria nos serviços públicos em geral.

A maioria das mulheres entrevistadas são militantes algumas desde os anos de 1970, 1980 e sobre as lutas das mulheres os autores pontuam: À solidariedade entre mulheres, cuja situação de dupla subalternidade (na sociedade mais ampla e no interior do próprio grupo doméstico) refletiu-se na sua intensa participação nos vários movimentos e no seu papel de articulação entre eles. (SOUZA *et al* 2007, p.2). A militância em grupos heterogêneos também pode ser guiada por lógicas biologizantes e naturalizadas em grupos que se reúnem na tentativa de adquirir direitos ou bens sociais coletivos, neste sentido:

As sociedades – dentro dos seus aspectos socioculturais peculiares – organizam e orientam os lugares sociais que serão assumidos por homens e mulheres, partindo das características biológicas destes grupos. O que não significa que esses lugares sejam naturais, pelo contrário, são naturalizados pelos homens e pelas mulheres dentro de relações de poder – as relações de gênero (SANTANA, 2009). [...] Ao longo da história, notamos que, na maioria das sociedades, às mulheres foi atribuída uma identidade que as vinculou ao privado, aos sentimentos, à irracionalidade e à maternagem, mesmo que estas estivessem fora do lar. “Essa identidade, fruto de uma larga construção histórica, assumiu diversas formas e modalidades culturais

³⁶ Articulação de Organização de Mulheres negras Brasileiras, criada em 2000 é formada hoje por 27 organizações em todos os estados brasileiros. O lema é “A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras tem como missão institucional promover a ação política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação, contribuindo assim para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime”. Fonte: <http://www.amnb.org.br/> Acesso em 02 de novembro de 2016.

específicas” (COSTA, 1998, p. 205) e resistiu ao tempo através da memória coletiva das mulheres. [...] A prisão a este modelo de feminilidade limita a mulher, dificulta a ruptura destas com os espaços domésticos e gera uma expectativa/cobrança da sociedade, que espera delas a manutenção deste modelo em todos os espaços. Vaidade; “boa índole”; comportamento exemplar enquanto alunas, filhas, irmãs, esposas e mães, são elementos que compõem o universo da feminilidade. A ruptura com este modelo essencialista algumas vezes gera transtornos. (SOUZA *et al* 2007, p. 14-16).

Em uma perspectiva muito elucidativa os autores atestam a transformação que as lutas comunitárias e coletivas imprimem nos corpos e nos pensamento das mulheres, ao participar de grupos organizados, seja de mulheres, de bairro, de estudo, etc, estas mulheres questionam-se sobre suas experiências pessoais e coletivas e compartilham realizando trocas.

Ao aderir a um movimento público/político as mulheres são colocadas frente a novas relações de poder e de tensão, seja no interior da família, no local de trabalho ou nas relações de afeto e vizinhança (PINTO, 1992, p. 131). Quem adere a um movimento pode vir a se diferenciar rompendo, por exemplo, com antigas relações de poder estabelecidas no interior da família. [...] É importante destacar que a presença de mulheres no interior de movimentos sociais não necessariamente as transforma em feministas, mas pode transformar suas redes de relação e de poderes no interior da família e da comunidade. [...] A presença das mulheres no interior dos espaços públicos, pode vir a potencializar, mesmo que momentaneamente, uma mudança nas relações de poder estabelecidas. A aproximação das mulheres com estes movimentos as transforma de sujeitos do privado em sujeitos públicos, tornando-se um importante canal de possibilidade para o aparecimento, nas relações de poder, tanto a nível público quanto a nível privado, de novos questionamentos em relação aos desiguais lugares sociais de gênero. A compreensão dos lugares sociais das mulheres contribui, portanto, para o conhecimento das relações de poder vigentes em uma sociedade particular e para a compreensão das possibilidades de disputas em torno destas relações de poder. (SOUZA *et al* 2007, p. 17)

Quando pensamos, porém em empoderamento individual, a partir do que foi visto podemos deduzir que ele parte do empoderamento coletivo, que ele pressupõe vivências empoderadoras como as citadas acima, Sardenberg pensa que:

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem usa o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (SARDENBERG *apud* LEON, 2001, p.97).

O empoderamento é um processo, e sendo assim, ele é produzido e por isso, necessita de apoio e referência externa para atingir os sujeitos, as relações sociais possibilitam o desencadear do processo de adquirir/florescer o empoderamento, isto não quer dizer que, uma pessoa tem o poder de empoderar outra, mas sim, que em um processo de auto-reflexão, de consciência crítica pessoal é que alguém pode se sentir de fato empoderada.

O processo de empoderamento, portanto, tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. As mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça. Com o apoio do grupo e de uma facilitadora, as mulheres podem desenvolver uma consciência crítica e se mobilizar para a ação. A ação também conduz ao empoderamento. Portanto, o processo de empoderamento não é linear, mas sim espiral. A espiral do empoderamento afeta todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade. (SARDENBERG, 2006, pg.08)

Não podemos entender o empoderamento de uma pessoa como algo acabado, um produto, ele é subjetivo e não palpável, mas sim, um estado de ser, um sentimento que se vive ou se busca viver. Podemos inferir, a partir disto, que as pessoas, empoderam-se e desempoderam-se, ou seja, de acordo com as relações e ocasiões sociais uma pessoa pode se sentir com maior autoestima ou menor autoestima, com a construção da própria autonomia, o que está ligado ao processo de empoderamento individual e coletivo. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outras, ou então, em relação a si próprias anteriormente. (SARDENBERG, 2006 pg.03-04)

A professora Cecília faz menção ao conceito de **poder** que está inserido no termo empoderamento definido por Batliwala como “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia” (2006 *apud*1994, p.129), isto é visível, dado que o desenvolvimento do empoderamento perpassa por adquirir estes recursos, sabendo que as desigualdades sociais e desigualdades raciais são as principais causas do desempoderamento e está na raiz da pobreza, da falta de acesso a bens e da perpetuação destas opressões. Assim a autora define em seu entendimento destes variados recursos:

Recursos materiais– incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso à dinheiro, crédito; **Recursos Intelectuais**- conhecimento, informação, ideias; **Ideologia** – capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinados quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos – ou seja, praticamente controlando como as pessoas se percebem e agem dentro de determinados contextos socioeconômicos e políticos” (SARDENBERG, 2006 *apud*1994, p.125).

A professora e socióloga Ana Alice Costa citando Stromquist³⁷ no seu trabalho intitulado “Gênero, poder e empoderamento das mulheres” trata dos aportes ou ferramentas para o empoderamento em outros termos, neste a autora incorpora como fazem parte do processo de empoderamento, assim sendo, eles estão ligados à formação integral de cada pessoa, desde o cognitivo, passando pelo psicológico, o político e o econômico. Estes elementos estão na formação que todo indivíduo passa/vive e precisam ser entendidos quando pensamos em empoderamento. Ela sistematiza os componentes da seguinte maneira:

Componente cognitivo refere-se a compreensão que as mulheres têm da sua subordinação assim com as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. Este componente cognitivo do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais etc.;

Componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática a nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e auto-estima são fundamentais;

Componente político supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais;

Componente econômico supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico. (COSTA, 2008, p.08)

A partir do que foi visto, fica o questionamento: será que é possível alcançar estágios de empoderamento? Questiono-me por que se uma mulher possui o componente econômico e o cognitivo, mas não totalmente o componente psicológico e político é possível que esta mulher seja meio-empoderada? Se uma mulher possui os componentes cognitivo, psicológico e político, mas não tem autonomia econômica, ela ainda assim será empoderada? Uma mulher que tenha um farto componente econômico, mas não possui o cognitivo e o político, ainda assim terá empoderamento? É possível que algum destes elementos seja determinante para o empoderamento de uma mulher? Estas questões são amplas e complexas e por ora não poderia me arriscar na tentativa de dar grandes voos na busca do entendimento. Porém, penso que são questões que nos podemos guiar rumo a uma compreensão mais sistemática do que significa este processo de empoderamento, tendo como base as experiências das mulheres, em especial das mulheres negras. Enfim, o que estou dizendo aqui é que não saberia responder estes questionamentos e acredito que eles são relativos à suas determinadas ocasiões.

³⁷Stromquist, Nelly. La búsqueda Del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In. Leon, Magdalena. Op. cit. p.105.

Neste sentido, a experiência de Matilde Ribeiro nos fornece elementos para pensar como se dá o processo de empoderamento e como isso reflete em suas ações no âmbito do seu trabalho dentro da Unilab.

Sueli Carneiro³⁸ em um texto muito elucidativo “Mulheres negras e poder: um ensaio sobre as ausências”(2015) fala sobre as relações de poder e as mulheres negras, ela o trata como um *tema ausente* nas discussões políticas é importante resgatá-lo nesta discussão para entendermos como o poder não está pensado para as mulheres negras. Na discussão ela exemplifica a partir das experiências de poder a nível nacional que tiveram Matilde Ribeiro, como ministra da SEPPIR e de Benedita da Silva que foi vereadora da cidade do Rio de Janeiro, deputada federal, senadora, governadora do estado do Rio de Janeiro e ainda, ministra da Assistência e Promoção Social do Governo Federal, entre 2003 e 2004. Ambas foram retiradas destes locais de poder, e pela avaliação de Carneiro foram causas explícitas e implícitas que culminaram no afastamento dessas mulheres, em suas palavras, sobre como um ato se torna marca de todo um grupo, quando se deseja deslegitimar tal ação, no qual, não se pensa nestes personagens como, também possíveis detentores de poder:

Foucault já explicou como se dá o processo que nomeou de “dobrar o delito”. Dobrar o delito acoplando-lhe toda uma série de outras coisas que não são o delito mesmo, mas uma sequência de comportamentos, de maneiras de ser que são apresentadas como causa, origem, motivação ou ponto de partida do delito. O resultado dessa operação é que a falha cometida se torna a marca, o sinal, de uma suposta imperfeição congênita de uma pessoa ou, mais ainda, de um grupo social. É como se estivesse inscrito em sua natureza, devendo por isso ser objeto de humilhação pública para servir de alerta para os que se esquecem dessa ausência natural de qualidade e os eleva a posições para as quais não estariam talhados. (CARNEIRO, 2015 p. 02)

Carneiro encara este *dobrar o delito* como uma ameaça aos que estão inseridos no mesmo grupo que estas pessoas, já que na menor falha poderão ser humilhados e generalizados como uma característica natural. Esta ameaça funciona como preventivo para que outras mulheres não “tentem” alcançar estes locais de poder, às que ousem cruzar as linhas invisíveis das dominações e hegemonias estarão suscetíveis à ação destes que pretendem manter os estereótipos e estigmatizações.

Ao falar sobre o racismo que permeou a saída de Matilde do Ministério a autora é assertiva e afirma:

³⁸ Doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Instituto da Mulher Negra-GELEDÉS

Enquanto Matilde Ribeiro era convidada a se demitir, outros se tornaram ministros ou assumiram mandatos parlamentares com suspeitas bem mais graves, se a memória de todo mundo estiver suficientemente acesa para lembrar. Portanto, há discriminação quando as regras não se aplicam igualmente a todos, ou melhor, no fato de que alguns devam ser exemplarmente punidos e outros não. Houve racismo na associação entre a negritude da ministra e seus atos. Houve racismo no aproveitamento político de uma falha pessoal de uma gestora pública para a desqualificação da pasta que ela dirigia. Houve racismo na utilização das supostas irregularidades cometidas para negar a existência do problema racial e da necessidade de que seu combate seja objeto de políticas. (CARNEIRO, 2015, p. 03)

E continua falando sobre o que o racismo representa nas estruturas de poder, principalmente para as mulheres negras e também, sobre as naturalizações da forma de quem pode acessar estruturas de poder:

O racismo é assim, cruel. Ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera diversas perversidades. A excelência e a competência passam a serem percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder. Nunca ouvimos alguém se levantar, além da minoria de mulheres feministas ou militantes negros, quando o secretariado é composto em sua totalidade por homens brancos. Encara-se como natural. Não se coloca em questão se a competência ou a qualificação técnica foram devidamente contempladas nas nomeações. [...] O estranhamento se dá quando esse mundo inteligível ao qual nos habituamos sofre alguma alteração. E, sobretudo, quando muda por ações intencionais ditadas pelo princípio democrático de respeito à diversidade. Somente quem pertence a grupos historicamente discriminados sabe dos inúmeros negros, das incontáveis mulheres e homossexuais que deixaram e deixam de ser lembrados para ocupar posições nas estruturas de poder por essa lógica de exclusão que o racismo e o ceticismo determinam. (CARNEIRO, 2015, p. 05)

A autora encerra o texto indicando uma série de ações que as mulheres negras tem desenvolvido em contra corrente das ideologias hegemônicas e fala sobre a onda conservadora que juntando elementos de poder como mídia, justiça e empresas que se colocam contras políticas de igualdade racial e contra as cotas, na tentativa de perpetuar os locais que os grupos ocupam, ela vê a possível solução nas organizações de mulheres negras.

Desta maneira, gostaria de deixar registradas algumas ações organizadas por Matilde desde o momento de sua entrada na Unilab e desde quando a conheço e começo a acompanhar sua trajetória e suas ações de empoderamento coletivo. Parece-me que a maioria das mulheres, as estudantes que estão hoje vivendo a experiência da universidade neste Campus tiveram acesso ao debate do feminismo e as causas dos movimentos sociais, após a entrada, e os estudos que estão sendo realizados neste local. Digo isso para reforçar o quanto foi importante para muitas estudantes, como eu, o contato com professoras negras empoderadas e que sempre nos mostram que é possível alcançar espaços e subverter a ordem dada pelo

patriarcado racista que nos sufoca. Dentre as professoras que fomos conhecendo durante a nossa formação no curso de Bacharelado em Humanidades muitas apresentam trajetórias semelhantes à de Matilde e a de muitas estudantes que iniciam agora suas vidas como pesquisadoras e como militantes.

Matilde Ribeiro foi a primeira professora que conheci, ao entrar na universidade, e que me deu um ânimo indescritível para me esforçar e me dedicar a aprender tudo o que ela e a Unilab pudesse me proporcionar. Nos primeiros trimestres minha turma só tinha professores homens e me aproximei de Matilde através das atividades que ela coordenava e que juntava os estudantes de todas as turmas para contribuir com o que pudessem para que as ações fossem produtos de todas as mãos, juntas.

A seguir irei descrever algumas atividades que foram realizadas sob a coordenação de Matilde e pelo grupo de estudos, pesquisa e extensão que ela fundou no nosso Campus, “Políticas públicas de igualdade racial e de gênero, desenvolvimento e territorialidade”.³⁹ Os primeiros contatos que tivemos foram na construção e consolidação dessas atividades, principalmente a primeira que teve a interação de professoras e professores e de alunas e alunos das turmas de Bacharelado em Humanidades e do curso de Letras das primeiras turmas da Unilab em São Francisco do Conde. O empoderamento de Matilde, bem como, a segurança e vibração que ela passava a todos era visível e nos alimentava de vontade de realizar coisas novas e significativas. Isso tudo era mais um motivo que alimentou o meu desejo em escrever sobre sua trajetória com foco no empoderamento presente em suas ações vistas pelas mais jovens, como eu, como fonte de inspiração.

MADIBA VIVE⁴⁰ foi a primeira atividade realizada no Campus dos Malês em homenagem ao dia internacional Nelson Mandela- Pela liberdade, justiça e democracia, no dia 18 de julho de 2014. Neste evento, cada turma ficou responsável por apresenta alguma expressão cultural que homenageasse o líder Mandela.

³⁹O grupo de estudo, pesquisa e extensão “Políticas públicas de igualdade racial e de gênero, desenvolvimento e territorialidade” coordenado por Matilde Ribeiro é certificado pela Unilab e cadastrado na plataforma lattes e conta com a participação de seis docentes, cinco discentes e dois servidores técnicos administrativos, desde o dia 27 de dezembro de 2014.

⁴⁰ É possível assistir um vídeo com as apresentações deste dia através do canal da Unilab no site Youtube.com , no link: <https://www.youtube.com/watch?v=JY4YayoHxK4>

Figura 6 - Matilde faz a abertura do evento Madiba vive



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=JY4YayoHxK4>. Acesso em 28 de outubro de 2016.

Figura 7 - Matilde presta homenagem a Nelson Mandela



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=JY4YayoHxK4>. Acesso em 28 de outubro de 2016.

Tivemos exibição de mini-vídeos e fotografias e as apresentações culturais com poesias, música, teatro, filme e dança que foram elaborados pelos estudantes; também tivemos exposição de poesia virtual antes da cerimônia. Matilde foi quem fez a primeira intervenção artística e falou com uma linda roupa africana sobre a importância de se comemorar e resistir no dia de Nelson Mandela.

No dia 05 de agosto de 2014 Matilde organizou a roda de conversa “Mulheres Negras e participação política” e a pesquisadora Maísa Maria do Vale foi chamada pra apresentar seu trabalho, “Mulheres negras na política: trajetória social e política de mulheres candidatas às eleições municipais de Salvador (2008-2012)” e depois foi realizado o debate e os encaminhamentos para outras ações.

Em uma parceria entre a Unilab, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde e o EMUNDE (Encontro Mundial de Étnico Empreendedorismo), em comemoração ao Dia da Mulher Negra, Afro-latina Americana e Caribenha, foi realizado no dia 01 de outubro de 2014 o I Encontro Mulher Negra e Desenvolvimento, também articulado pela professora Matilde Ribeiro, durante o dia do evento houve palestras com várias ativistas, empreendedoras e mulheres que representaram o município, além de oficina de turbantes e tranças e um desfile no final com as participantes. Esse dia foi de muito empoderamento coletivo, porque várias mulheres negras contaram suas experiências, suas vivências, compartilharam lutas e vitórias. A estética é um instrumento muito forte de empoderamento e a realização de um desfile no final do dia, com as tranças e turbantes que haviam sido feitos nas participantes, foi um ponto a mais na autoestima das mulheres que participaram.

No dia 07 de maio de 2015, também pensado e organizado por Matilde, tivemos um evento muito importante e que nos deu muito ânimo, no sentido de olharmos pra trás e ver que realmente **nossos passos vêm de longe**. O encontro “Mulheres negras na construção da igualdade racial e de gênero” foi realizado na Câmara de Vereadores do município de São Francisco do Conde e foi uma homenagem a Lélia Gonzáles com o lançamento do projeto “Memória Lélia Gonzáles- o feminismo negro no palco da história” e o lançamento do livro de autoria de Matilde Ribeiro: “Políticas de promoção da igualdade racial: 1986 a 2010”, produto de sua tese de doutorado.

Figura 8 - Lançamento do projeto “Memória Lélia Gonzáles” Alunas (os) da Unilab e Matilde Ribeiro



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=774804412632941&set=pcb.774805779299471&type=3&theater>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

Após a exibição do filme de curta metragem de apresentação do projeto, Matilde fez uma fala bastante emocionada sobre a atuação de Lélia enquanto ativista dos movimentos feminista e negro, além disso, nos contou sobre o aprendizado que teve com a professora Lélia e de como nós mulheres jovens deveríamos nos inspirar na trajetória de luta de Lélia Gonzáles. Este dia foi para olharmos para o futuro para guiar nossas ações sem nos esquecer das nossas antecessoras que lutaram para que pudéssemos estar onde estamos hoje, foi dia de muita reverência às **mulheres de luta**.

Matilde acolheu a ida de alunas da instituição, com o apoio de mulheres negras organizadas em São Francisco do Conde, como a Associação Flor de Lótus e o Coletivo Juventude Viva, a I Marcha das Mulheres Negras da Bahia, realizada dia 13 de maio de 2015, em Salvador, organizado pela Rede de Mulheres Negras da Bahia. Na ocasião a marcha foi até o Centro Administrativo da Bahia- CAB, onde foi entregue um documento com as reivindicações das mulheres negras ao governador do Estado.

Figura 9 - Marcha das mulheres negras da Bahia em frente ao CAB- Centro Administrativo da Bahia



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=641191609314041&set=pcb.641192262647309&type=3&theater>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

Já no dia 21 de maio de 2015, estudantes do Campus dos Malês da Unilab saíram em jornada para acompanhar a homenagem que a Assembléia Legislativa da Bahia em parceria com a Unilab, através da professora Matilde Ribeiro, fizeram pelos cinco anos de Unilab no Ceará e de um ano de cursos presenciais da instituição na Bahia. Ainda nesta ocasião foram assinados os Termos de Cooperação Técnica e de Compromisso entre a Unilab e o Estado da Bahia.

Figura 10 - Mesa de abertura da homenagem aos cinco anos da Unilab na Assembléia Legislativa da Bahia



Fonte: https://www.facebook.com/pg/Sepromi/photos/?tab=album&album_id=808619175853843. Acesso em 02 de novembro de 2016.

O evento foi descrito no site da instituição– UNILAB- da seguinte maneira.

Participaram da mesa de abertura, presidida pelo deputado estadual, Bira Coroa⁴¹, o reitor, professor Tomaz Aroldo Santos; o representante do governador, Flávio Santos; a secretária de promoção de igualdade racial do estado⁴², Vera Lúcia Barbosa; o prefeito de São Francisco do Conde/BA, Evandro Almeida; a diretora do Campus dos Malês, Ludmylla Mendes; o professor Kabengele Munanga; o vereador Eliezer Santana; o representante da Fundação Pedro Calmon, capitão Marinho Soares; a representante da Rede de Mulheres Negras da Bahia, Ana Bispo; o presidente da Associação de Estudantes e Amigos da África, Beto Infante; e o representante do Centro Acadêmico, o estudante Nemésio Soares.⁴³

Ainda, destaco a fala do professor Kabengele Munanga que na ocasião discorreu sobre a importância e o papel da Unilab e de sua integração com países da África lusófona:

Na visão de sociedade unilateral, superando a escravidão, o Brasil aparece como parceiro cultural, econômico e educacional. O Brasil iniciou uma aproximação com a África, a partir de 1960, através de acordo diplomático, e foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, antes de muitos países capitalistas [...] a Unilab faz parte de um quadro de cooperação de solidariedade Sul-Sul e é um projeto social que respeita as necessidades de cada país que o compõe.⁴⁴

⁴¹ <http://www.biracoroea.com.br/artigo/1177-acordo-de-cooperacao-e-firmado-em-audiencia-celebrativa-a-unilab-proposta-por-bira-coroea.html>. Acesso em 02 de novembro de 2016

⁴² https://www.facebook.com/pg/Sepromi/photos/?tab=album&album_id=808619175853843

⁴³ Fonte: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2015/05/22/unilab-e-homenageada-na-assembleia-legislativa-da-bahia/>. Acesso em 02 de novembro de 2016

⁴⁴ Idem.

A assembléia legislativa da Bahia também divulgou nota sobre o evento e do comprometimento do estado com a UNILAB depois da assinatura do Termo de cooperação mútua.⁴⁵ A solenidade foi comandada pelo Deputado Bira Corôa foi o proponente da audiência, ele é deputado e presidente da Comissão de Promoção da Igualdade.

No dia 06 de outubro de 2015 foi realizada a primeira atividade da Jornada por Igualdade Racial e de Gênero, Justiça e Educação Étnico-Racial, no Campus Malês, com o tema “Conferência livre: jovens, mulheres e negras (os) na luta por direitos sociais”, a programação previu espaços de diálogos sobre os seguintes temas: 1- Desenvolvimento e Educação étnico-racial e de Gênero, desafios da atualidade; 2- Pela Valorização da Vida, contra a redução da maioridade penal; 3- Primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver; 4- Jovens, Mulheres e Negros: o direito à Educação e às Políticas Públicas, que foram amplamente discutidas com o público, a maioria de estudantes.

Matilde, também, foi a responsável pela articulação que gerou participação de cerca de vinte estudantes da Unilab- Malês na 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres com o tema: “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, realizada entre os dias 11, 12 e 13 de novembro de 2015, em Salvador, no Gran Hotel Stella Maris. Esta conferência foi realizada pelas instituições Secretaria de Políticas para as Mulheres- SPM e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

Foram realizadas várias reuniões de mobilização para a participação de alunas da Unilab na “Marcha Nacional das Mulheres Negras 2015 contra o racismo, a violência e pelo bem viver”, que ocorreu em Brasília entre os dias 16 e 18 de novembro de 2015, com o lema: “Nossos passos vem de longe, uma sobe e puxa a outra”. Neste evento cerca de vinte estudantes foram até a marcha.

⁴⁵ Fonte: <http://www.al.ba.gov.br/noticias/Noticia.php?id=19226>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

Figura 11 - Marcha das mulheres negras em Brasília- Encontro Nacional



Fonte: <https://www.facebook.com/Marchamnegra/photos/a.187629494723423.1073741827.187624468057259/557863777699991/?type=1&theater>. Acesso em: 02 de novembro de 2016.

Através de uma eleição consultiva, Matilde Ribeiro tornou-se diretora do Campus dos Malês, sendo nomeada para o cargo no dia 22 de outubro de 2015, conforme consta no Diário oficial da União.⁴⁶ A cerimônia de posse foi realizada no Campus no dia 4 de novembro de 2015 com a presença do Reitor, à época, Tomaz Aroldo Mota Santos e outras personalidades como o representante da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi), Ailton Ferreira; o deputado estadual, Bira Corôa; a secretária de Planejamento de São Francisco do Conde/BA, Silmar Carmo; a representante da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Laura Bezerra; o vereador do município de São Francisco do Conde, Eliezer Santana; e o diretor da Casa de Angola na Bahia, Camilo Afonso, que falaram sobre o apoio que estas instituições davam para a gestão de Matilde na direção do Campus da Unilab em São Francisco do Conde.

Após a assinatura do termo de posse, Matilde fez um discurso bastante contundente para o momento, mostrando que este é mais um desafio em sua vida e que ela estava disposta

⁴⁶ Fonte: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2015/10/22/publicada-nomeacao-da-professora-matilde-ribeiro-para-o-cargo-de-diretora-do-campus-dos-males/>

a lutar para que a Unilab fosse uma universidade longe da proposta hegemônica de outras instituições de ensino superior do nosso país e que fizesse jus as propostas de integração internacional, em suas palavras:

Entusiasmo porque identifico nessa instituição a possibilidade de dar continuidade a **um processo que em minha vida foi iniciado há mais de trinta anos**, quando a inserção na universidade me estimulou à participação política. Estar na Unilab soma-se às vivências anteriores de militância nos movimentos negro e feminista, à ação profissional na área do serviço social e à experiência como gestora pública em municípios e governo federal [...] em todas as situações, a grande motivação é **contribuir na luta pela igualdade racial e de gênero, por justiça e democracia, fortalecendo as ações afirmativas** (grifos meus).⁴⁷

Figura 12 - Matilde discursa na cerimônia de posse como diretora do Campus dos Malês, no dia 4 de novembro de 2015



Fonte: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2015/11/05/nova-diretora-do-campus-dos-males-e-empossada-durante-cerimonia/>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

É possível entender, a partir das diversas atividades que Matilde proporcionou aos estudantes da Unilab no Campus dos Malês desde a sua chegada, e também por sua trajetória de vida, que o empoderamento é coletivo. E visto nesta perspectiva, mulheres empoderaram outras, sim, através das ações de suas vidas e de suas superações, isso não quer dizer que o empoderamento é exclusivamente externo, mas que através dos componentes internos e subjetivos que foram citados acima, aliados a componentes externos como a representatividade e oportunidades as mulheres negras podem se sentir empoderadas e donas das suas próprias vidas, em busca de que seus direitos sejam garantidos.

⁴⁷ Fonte: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2015/11/05/nova-diretora-do-campus-dos-males-e-empossada-durante-cerimonia/>

Por entender que o empoderamento não é constante e imutável, devo deixar negrito que muitas mulheres que são referências deste processo podem se sentir com baixa auto-estima, desestimuladas e, muitas vezes, sem a mesma força de outros tempos para dar conta da luta diária contra as formas de opressão que sempre as atravessam.

É preciso que estas mulheres não sejam cobradas uma postura permanente de empoderamento, por que é dado na construção social de que as mulheres negras são as mais fortes tanto fisicamente quanto emocionalmente, e este discurso paradoxal que alimenta a manutenção de muitas mulheres na luta é mais uma herança do pensamento colonial que escravizava as mulheres, usando da sua força de trabalho, de seu corpo, e de seu intelecto para manter as bases da colonização. Às mulheres negras são à base de uma pirâmide social em que no topo se encontra, homem branco e estas posições são inalteráveis, ou seja, as mulheres negras são as que mais são preteridas na sociedade, ou seja, quando uma mulher negra avança ninguém fica para trás, este é quase um lema da luta das mulheres negras.

Em outras palavras, muitas vezes as mulheres são muito pressionadas a manterem uma postura de força intransponível que não corresponde com o seu real estado, então, é preciso que estas mulheres sejam apoiadas e sempre lembradas de sua importância para uma luta e de como elas contribuem e contribuíram para que muitas de nós (as gerações mais novas) pudéssemos continuar a busca por igualdade de raça e de gênero. Matilde é uma dessas mulheres que é um marco da luta anti-racista e machista no nosso país, que contribuiu e ainda contribui de maneira ímpar na gestão pública e nas políticas de igualdade racial, e deve ser lembrada por aquelas que se iniciam neste caminho que ela trilha **há mais de trinta anos**.

6 SE WO WERE FI NA WO SANKOFA ⁴⁸ A YENKYI ⁴⁹ TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é referenciado no título destas últimas reflexões, precisamos olhar o passado para pensarmos o futuro e é neste pensamento que eu reafirmo que os nossos passos vêm de longe e que somente ao reconhecermos às lutas dos e das que nos antecederam seremos capazes de pensar estratégias e possibilidades de avançar no presente e no futuro.

Dito isso, a trajetória de Matilde Ribeiro como militante e intelectual que contribui muito, como pôde ser visto ao longo desta monografia, para as lutas do movimento negro e feminista, em suas diversas faces precisa ser registrada e apesar das diversas adversidades e perversidades que o racismo e o machismo apresentam, tentando deslegitimar lutas e apagar personalidades que foram tão importantes para que hoje pudéssemos vislumbrar várias conquistas e nos impulsionar para a continuidade das lutas que se apresentam mais difíceis em tempos que o conservadorismo avança a olhos vistos.

As primeiras sistematizações deste trabalho há aproximadamente três anos foram no sentido de valorizar a trajetória de uma mulher que a partir do momento do primeiro contato me pareceu uma das maiores referências de luta e enfrentamento das dominações existentes. No intento de valorizar e dar visibilidade às vozes silenciadas, às mulheres que atravessadas por formas de opressão, encontram maneiras inteligentes e criativas de subversão destas barreiras.

Visto as construções teóricas metodológicas canônicas que estão postas no saber científico das universidades, o uso de trajetórias de vida, de relatos orais, se mostra, afirmo, importantes ferramentas para discussão e reflexão sobre contextos sociais e situacionais em que estes personagens inseridos, são invisibilizados, ficando à mostra apenas a versão dominante dos processos, o que não indica serem as verdades absolutas.

Ao ser rodeada pelo questionamento das formas como a historiografia foi e é formada e documentada, ficam algumas indagações, como: Quem tem o poder de fazer/escrever a história? Quem tem acesso aos meios de comunicação universais a ponto de disseminar

⁴⁸O símbolo Sankofa dos Adinkras, um pássaro estilizado que se move para frente, mas sempre olha para trás, lembra-nos que é impossível entender o presente sem entender e estar conscientes do passado. Fonte: <https://ccsankofa.wordpress.com/2012/09/01/sankofa-simbolo-adinkra/>. Acesso em 09 de novembro de 2016.

⁴⁹ Tradução: Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você perdeu. Fonte: idem

[in]verdades à seu próprio benefício? Por que pessoas não têm direito de decidir sobre seus corpos, sobre suas escolhas? Porque algumas pessoas são julgadas como em uma arena e outras têm o “direito” à privacidade? Quem tem o poder dos bens materiais? Porque outros não têm o que comer?

A partir destes pensamentos que cercam a minha vivência e foram intensificadas a partir da construção deste trabalho, teço algumas hipóteses e alternativas para tentar transpor estas barreiras, com exemplo de outras mulheres que antes de nós se mostraram aguerridas na subida de mais alguns degraus da escada em sentido à igualdade.

Pode ser que estas linhas não respondam indagações, ou que avivem as dúvidas, também podem aparecer luzes, podem aparecer referências e pode ser que faça pensar mais nas mulheres que, próximas a nós muitas vezes, não são estimadas e reconhecidas ao ponto de sua força e luta.

O que foi proposto é uma [re]ligação com as nossas, com as próximas, com as desconhecidas e com as que ouvimos falar aqui. Uma frase famosa diz que só a luta muda a vida, eu diria que, também, se olharmos o passado, aprendermos com ele para que possamos planejar, se isso for possível, o futuro.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Editora Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI. v. 9, nº 4, pp. 10-23, 2000.
- BARROS, Zelinda dos Santos. Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2003. Dissertação.
- BARBOSA, Silvia Maria Silva. O poder de Zeferina no quilombo do urubu: uma reconstrução histórica político-social. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.
- BRAGA, Julio. Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens. Feira de Santana. UEFS Editora, 2014.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. Em revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. I, 2007.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador, 2012. Programa de estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. Tese.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecendo o feminismo. 2003. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf> Acesso em 12 de jan 2016
- _____. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre as ausências. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf> Acesso em 20 mai 2016.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. 2008.
- DAVIS, Ângela. Mulher, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. -1 ed. São Paulo: Editora Boitempo. 2016.
- FILHO, Walter Fraga. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a abolição. UNEB- Bahia 2009.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48º edição. Global Editora. 2003.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Em: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LORDE, Audre. Sister Outsider: essays & speeches by Audre Lorde. Berkeley: Crossing Press, 2007.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. Seminário Internacional del Uso de Histórias de Vida en Ciencias Sociales, Universidad Externado de Colombia- Villa de Leyva. 1992. Cadernos PAGU, 1994.

_____. Mulher, mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas/SP- Editora da Unicamp, 2001.

_____. (org.). Histórias de vida, biografias e trajetórias. Cadernos do IFCH (31). Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 308p, 2004.

_____. Uma trajetória, em narrativas. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.

KOFES, Suely e MANICA, Daniela (org). Vida e Grafias. Narrativas antropológicas, entre biografias e etnografia. Editoras Lamparina e Faperj, Rio de Janeiro, 2015.

HOOKS, Bell Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade. Cap. 7 De mãos dadas com minha irmã, solidariedade feminista. WMF Martins Fontes. São Paulo 2013.

MUNANGA, Kabenguele Rediscutindo mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus identidade negra. Editora Vozes, Petrópolis, 1999, cap. IV e cap. V.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento/ Alex Ratts (org).São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. Mulher Negra: afetividade e solidão. Salvador EDUFBA, 2013.

_____. A trajetória de uma intelectual negra: uma voz subalternizada? Em Gênero Trans e Multidisciplinar. Org. Alfrancio Ferreira Dias e Ana Cláudia Lemos Pacheco. Ed. Paco Editorial. 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao dizível. 1988. In. Von Simon, O.M. (org)- Experimentos com História de vida. São Paulo: Vértice

REIS, João José. Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos engenhos baianos. 2009.

RIBEIRO, Matilde – Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. Em Revista de Estudos Feministas, ano 3, 2º semestre de 1995, versão internet:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16459/15033>

_____. Gênero e raça no processo do orçamento participativo: Santo André, 1997-1998. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999. Dissertação de mestrado.

_____. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. Em Revista Estudos Feministas, vol. 16, n. 3, set/dez 2008, Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2008000300017/919> Acesso de 02 de set de 2015

_____. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010). 1 ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Em: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

SANSONE, Lívio. Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde. Em revista USP, São Paulo, n.68, p. 234-251, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SANTOS, Sonia Beatriz dos. As ONGS de mulheres negras no Brasil. Em Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SARDENBERG, Cecília M. B., Conceituando empoderamento na perspectiva feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SOUZA, Cristiane Santos; LOPES, Ediane; BARBOSA, Aroldo. Sob as asas da vida, nos braços da história: lideranças femininas, formação e atuação em movimentos sociais. SEPHIS, 2010.

SOUZA, Cristiane Santos. Trajetórias de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. Companhia das Letras 1993.

WERNECK, Jurema. Nossos Passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil / WERNECK, Jurema (org.). Rio de Janeiro: Criola. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

IDENTIFICAÇÃO:

- 1- Como você se chama? Como as pessoas identificam você? (apelido)
- 2- Qual sua idade?
- 3- Qual a sua origem? Você nasceu onde?
- 4- Você tem alguma religião?
- 5- Situação Conjugal? Já se casou?
- 6- Tem filhos? Já teve?

ORIGEM E TRAJETÓRIA PESSOAL

- 7- Quem são seus pais, sua família?
- 8- Eles estão vivos, fale um pouco deles
- 9- Qual a origem dela (família)?
- 10- E sua infância? Fale um pouco dela
- 11- Tem alguma lembrança que te marca até hoje?
- 12- Como é sua relação com sua família hoje em dia?
- 13- Fale um pouco dos seus amores, eles tiveram alguma influência nos caminhos que você percorreu?
- 14- Você imaginava a trajetória que iria construir? Você a planejou de alguma forma? O que você considera que te trouxe até onde você está?

TRAJETÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL

- 15- Fale sobre sua formação escolar. Sua trajetória na educação básica. Quando você começou a estudar?
- 16- E no ensino médio?
- 17- Como foi sua inserção na vida acadêmica? (universidade)
- 18- Como foi a continuação? (mestrado e doutorado) – Quando você entrou na universidade tinha no seu horizonte o desejo de fazer pós-graduação? Quando e como veio a decisão de continuar os estudos acadêmicos?
- 19- Quando, como e com o que você começou a trabalhar?

MOVIMENTO/ MILITÂNCIA

- 20- Como e quando você começou a se envolver/participar da militância política? Como se deu a sua entrada?
- 21- Como você a define?
- 22- O que mudou na sua vida após sua inserção na militância?
- 23- Após sua inserção na militância a forma como sua família te tratava mudou? De que forma?
- 24- E o momento que entrou no PT? Fale um pouco sobre este momento...

- 25- E as pessoas do bairro, mudaram com você? De que forma?
- 26- Após sua inserção no PT a forma como sua família te tratava mudou? De que forma?
- 27- Havia diferença na participação entre homens e mulheres no PT?
- 28- Como era a participação das mulheres?
- 29- Como era a participação dos homens?
- 30- Quais eram os seus principais parceiros? Estão vivos? Você mantém contato?
- 31- Quais as principais reivindicações/lutas de vocês na época?
- 32- Como vocês começaram a organizar o partido?
- 33- Conte um pouco da história da luta de vocês.
- 34- Quais as principais dificuldades enfrentadas por você?
- 35- Quais as conquistas? E as derrotas?
- 36- Conte um pouco sobre a história de organização do partido?
- 37- Você ainda participa do partido ou de outras organizações sociais? E de que forma?
- 38- Quais os momentos mais significativos dos tempos no PT?
- 39- Quem são suas referências de militância política? (mulheres, homens)
- 40- O que mudou na Organização do Partido dos Trabalhadores? Da militância política?
E nos movimentos sociais de uma forma geral?

MINISTÉRIO

- 41- Como foi se desenhando sua atuação nas políticas públicas? E em especial, com as políticas de igualdade racial?
- 42- E a entrada na SEPPIR? Fale deste momento? O que sentiu no momento em que foi convidada a assumir o Ministério? Você conseguiu descrever as reações internas e externas ao PT com a indicação do seu nome?
- 43- Quais as situações que marcaram a sua gestão na SEPPIR?
- 44- Quais as dificuldades na atuação dentro do ministério?
- 45- Quais os avanços na política deste ministério?
- 46- Como você vê a militância política partidária hoje?
- 47- O que significa ser uma liderança para você?
- 48- Você se considera uma liderança? Por quê?
- 49- Como foi conciliar militância e academia?

REFAZENDO OS CAMINHOS

- 50- Como foi a decisão de voltar a docência e mudar de estado para dar aulas na UNILAB?
- 51- Como avalia este momento da sua vida?
- 52- Como é para você estar numa instituição que se propõe a integração com países africanos de língua portuguesa?
- 53- E a militância hoje como é?

PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS

- 54- Quais os projetos para o futuro?

- 55- Diante da sua história de vida, você acha importante fazer parte de um projeto de militância política e ou movimento social? Por quê
- 56- Você acredita que para uma mulher conciliar vida pessoal, militância e academia, pode ser um sinal de empoderamento?
- 57- O que você diria para as mulheres que iniciam no campo da militância e da academia?
- 58- Qual o papel da mulher de hoje?
- 59- Você se sente satisfeita com a sua trajetória?
- 60- Mudaria alguma coisa na sua vida?

APÊNDICE 2

Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz e Nome

Eu, Matilde Ribeiro, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz e nome por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor o trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Humanidades da estudante Bruna Aparecida Thalita Maia e outros eventuais trabalhos desta, relacionados a minha trajetória de vida.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (revistas virtuais, blogs e entre outros), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza epistêmica voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

São Francisco do Conde - BA, ____ de _____ de 2016

ASSINATURA

Nome:
Endereço:
Cidade:
RG Nº:
CPF Nº:
Telefone para contato: